

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCHLA
NÚCLEO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS – NCDH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS,
CIDADANIA E POLÍTICAS PÚBLICAS**

MARIA ROZÂNGELA DA SILVA

**EDUCAÇÃO POPULAR:
UMA LEITURA A PARTIR DOS DIREITOS HUMANOS DAS
MULHERES**

JOÃO PESSOA

2023

MARIA ROZÂNGELA DA SILVA

**EDUCAÇÃO POPULAR:
UMA LEITURA A PARTIR DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas da Universidade Federal da Paraíba – UFPB.

Linha de pesquisa: Políticas Públicas em Educação em Direitos Humanos

Orientador: Prof. Dr. Orlandil de Lima Moreira

João Pessoa

2023

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586e Silva, Maria Rozângela da.

Educação popular : uma leitura a partir dos direitos humanos das mulheres / Maria Rozângela da Silva. - João Pessoa, 2023.

117 f. : il.

Orientação: Orlandil de Lima Moreira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Direitos humanos - Mulheres. 2. Educação popular.
3. Educação - Direitos humanos. 4. Teorias feministas.
5. Políticas públicas - Mulheres. I. Moreira, Orlandil de Lima. II. Título.

UFPB/BC

CDU 342.7-055.2(043)

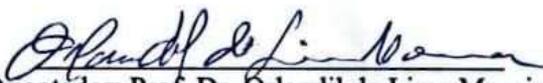
MARIA ROZÂNGELA DA SILVA

**EDUCAÇÃO POPULAR:
UMA LEITURA A PARTIR DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES**

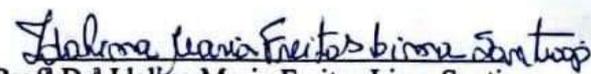
Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Cidadania e Políticas do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos Públicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), área de concentração Políticas Públicas em Educação em Direitos Humanos.

Aprovada em: 29 de maio de 2023.

Banca Examinadora


Orientador: Prof. Dr. Orlandil de Lima Moreira
Universidade Federal da Paraíba – UFPB

Profª Drª Glória de Lourdes Freire Rabay
Universidade Federal da Paraíba – UFPB


Profª Drª Idalma Maria Freitas Lima Santiago
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB

João Pessoa, 2023

AGRADECIMENTOS

Agradeço às minhas duas famílias. À minha mãe, Cícera, uma das mulheres mais fortes que conheci e, por meio dela, a minha avó materna a D. Ester, Aristeia Francisco de Oliveira à minha avó (*in memoriam*), que nos deixou ano passado, aos 96 anos de vida. Ao meu pai, Milton, agricultor, sertanejo alagoano, com quem aprendi a respeitar o chão onde se pisa, a terra, a natureza, as plantações. Às minhas irmãs: Rosana, Rozeane, Rosilda e Romarta, e irmãos, Rosivaldo, Roselino, Rivelino, ao Renan e ao Renato. Assim como as minhas sobrinhas, Ana Verônica, Sarah e Ingryd, e sobrinhos, Ayslan, Alysson, Ryan, Gabriel e Henrique. À minha família AD'OR, família espiritual e de coração, através de Maet, mestra, por todos os ensinamentos que mudou com propósito e significado a minha existência nessa vida, a quem sou eternamente agradecida. Ao mestre Paulo Dantas, por toda generosidade e dedicação nessa trajetória.

Agradeço imensamente às mulheres entrevistadas e que responderam aos grupos focais: da Coletiva Mulheres Guerreiras do Mutirão – Rute, D. Bastinha, D. Rosa, Maria Lúcia, Aparecida, Gisele, Carminha e D. Maria José; do Grupo de Mulheres do Nordeste – Gilmara, D. Socorro, Dinha, Gorete, Janecléide, D. Maria José e Janete; e do Grupo de Mulheres do Conjunto Nossa Senhora Aparecida – Maria Célia, Luciene, D. Maria, Maria Aparecida e Luzinete. Sem contribuição dessas mulheres esse trabalho não teria sido viável. Posso garantir que os diálogos provenientes dos nossos encontros geraram imenso aprendizado para minha prática e de forma subjetiva. O seu estrato não caberia numa dissertação. São mulheres que levaram uma vida toda em busca dos direitos básicos: saúde, educação, moradia, comida. Algumas, assim comenta D. Bastinha, compreenderam o conceito direitos pela “ausência de direitos”.

À Associação Serviço de Educação Popular que, desde o princípio, respondeu positivamente à proposta, disponibilizando as informações, documentos acerca do trabalho realizado com mulheres, e com abertura para a participação dos eventos relativos aos temas estudados promovidos pela Instituição, durante a pesquisa.

À Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), que há mais de vinte anos, por meio de várias companheiras que construíram e constroem este momento feminista, necessário ao Brasil e ao mundo, e que foi tão importante em minha formação feminista, me informando e inspirando constantemente na atuação como mulher feminista.

Ao meu orientador, Professor Dr. Orlandil de Lima Moreira, que me guiou nesse processo de estudos e pesquisa, sendo ponto de apoio e um animador nos momentos em que pensei em desistir, nas fases difíceis.

Finalmente, agradeço às professoras doutoras Glória de Lourdes Freire Rabay (UFPB) e Idalina Maria Freitas Lima Santiago (UEPB), que aceitaram compor a banca examinadora desse trabalho dissertativo.

“Uma das características peculiares do movimento feminista em relação aos outros movimentos sociais reside na sua capacidade de teorizar criticamente sobre si próprio.”

Céli Regina Jardim Pinto

RESUMO

Este trabalho discorre sobre a trajetória das mulheres organizadas em grupos de bairros populares, tendo como objeto a luta por direitos numa perspectiva da afirmação dos direitos humanos para a mulheres no seu cotidiano. Tem como objetivo geral compreender como a ação educativa popular da Associação SEDUP junto às mulheres, na sua interface com a Educação em Direitos Humanos, influencia na autonomia e ampliação de uma cultura de direitos humanos para mulheres. Como objetivos específicos buscou-se mapear as ações educativas desenvolvidas junto a mulheres nas comunidades populares de Guarabira; averiguar em que medida as ações formativas/informativas desenvolvidas junto aos grupos fortalece a sua participação social; e observar se as temáticas dos direitos humanos presentes nas ações educativas contribuem na ampliação de uma cultura de direitos para as mulheres. O estudo foi realizado junto às mulheres dos bairros populares do Mutirão, Nordeste e Conjunto Nossa Senhora Aparecida da cidade Guarabira na Paraíba no período de 2018 a 2022. Orienta-se pela perspectiva do materialismo histórico e dialético como método de investigação e de análise da realidade social, conforme sugere Saffioti (1992), quando investiga as trilhas do método dialético e as particularidades da opressão e exploração das mulheres, nos advertindo a respeito do patriarcado, do capitalismo e do racismo. É uma pesquisa de caráter qualitativo, realizada com vinte mulheres pertencentes às Coletivas de mulheres. Sustenta-se teórica e metodologicamente no campo dos estudos e pesquisas dos movimentos sociais feministas, refletindo com o pensamento dos movimentos de mulheres e feministas e da luta histórica das mulheres por direitos no Brasil em interface com a educação popular e a educação em direitos humanos, dialogando com as discussões de Teles (1999), Ávila (2005; 2009; 2016), Zenaide, Dias e Ferreira (2016), Freire (1980; 2006; 2011) e Moreira (2021). A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, grupo focal, observação dos processos formativos e análise de documentos provenientes dos relatórios dos encontros e das práticas de educação popular da Associação Serviço de Educação Popular (SEDUP). Como resultado da pesquisa concluiu-se que o trabalho educativo junto aos grupos gera impactos na vida das mulheres no que se refere à sua consciência crítica de mundo, reverberando em sua participação em espaços públicos por garantia e ampliação de direitos, tendo como referência as pautas de luta das mulheres, considerando a realidade de suas comunidades. Concluiu-se, portanto, por meio desse trabalho dissertativo que as ações educativas realizadas pela Associação SEDUP nesses anos em estudo têm despertado uma cultura participativa junto às mulheres, provocando para o seu protagonismo na garantia de direitos humanos que refletem no seu cotidiano e na sua cidadania.

Palavras-chave: Educação em Direitos Humanos. Educação Popular. Direitos Humanos das Mulheres. Teorias feministas. Políticas públicas para as mulheres.

ABSTRACT

This research discusses the trajectory of women organized in popular neighborhood groups, having as its object the fight for rights in a perspective of the affirmation of human rights for women in their daily lives. Its general objective is to understand how the popular educational action of the SEDUP Association with women, in its interface with the Education in Human Rights, influences the autonomy and expansion of a culture of human rights for women. The specific objectives were to map the educational activities developed with women in the low-income communities of Guarabira; to verify to what extent the informative/formative activities developed with the groups strengthen their social participation; and to observe if the human rights themes present in the educational activities contribute to the expansion of a culture of rights for women. The study was carried out with women from the working-class neighborhoods of Mutirão, Nordeste and Conjunto Nossa Senhora Aparecida of the city of Guarabira in Paraíba in the period from 2018 to 2022. It is guided by the perspective of historical and dialectical materialism as a method of investigation and analysis of social reality, as suggested by Saffioti (1992), when investigating the trails of the dialectical method and the particularities of oppression and exploitation of women, warning us about patriarchy, capitalism, and racism. This is a qualitative research, carried out with twenty women belonging to the Women's Collectives. It is supported theoretically and methodologically in the field of studies and researches of feminist social movements, reflecting with the thought of women's and feminist movements and the historical struggle of women for rights in Brazil in interface with popular education and education in human rights, dialoguing with the discussions of Teles (1999), Ávila (2005; 2009; 2016), Zenaide, Dias and Ferreira (2016), Freire (1980; 2006; 2011) and Moreira (2021). Data collection was carried out through semi-structured interviews, focus group, observation of the formative processes and analysis of documents from the reports of the meetings and popular education practices of the Associação Serviço de Educação Popular (SEDUP). As a result of the research, I conclude that the educational work with the groups generates impacts in the lives of women regarding their critical awareness of the world, reverberating in their participation in public spaces for the guarantee and expansion of rights, having as reference the agendas of women's struggles, considering the reality of their communities. We conclude, therefore, through this dissertation that the educational actions carried out by the SEDUP Association in these years under study have awakened a participative culture among women, provoking their protagonism in the guaranteeing of human rights that reflect in their daily lives and in their citizenship.

Keywords: Human Rights Education. Popular Education. Women's Human Rights. Feminist theories. Public policies for women.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Incidência política com a participação das mulheres.....	16
Figura 2 -	Cartilha Mulher: nossa vista clareou.....	51
Figura 3 -	Imagens do Encontro de planejamento semestral com as lideranças de mulheres dos grupos de Guarabira e dos Assentamentos da Reforma Agraria de Areia e Pilões.....	61
Figura 4 -	Lideranças do MMT pautando as políticas públicas para as mulheres.....	70
Figura 5 -	Encontro de Mulheres do campo e das cidades da região do Brejo paraibano ..	77
Figura 6 -	Mulheres trabalhando na produção do sabão.....	82
Figura 7 -	Incidência das mulheres em defesa do transporte público e gratuito, por emprego dentre outros direitos das mulheres.....	83
Figura 8 -	Atividade realizada com as mulheres.....	104

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES, FEMINISMO, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO POPULAR	17
2.1	MOVIMENTO DE MULHERES POR DIREITOS NO BRASIL	17
2.2	APROXIMAÇÕES E INTERFACES ENTRE DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO POPULAR E FEMINISMO	32
3	PRÁTICAS EDUCATIVAS POPULARES E LUTAS SOCIAIS DAS MULHERES NA REGIÃO DO BREJO PARAIBANO	50
3.1	O SEDUP E SUAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA.....	54
3.2	LUTAS SOCIAIS E PROTAGONISMO DAS MULHERES NA PARAÍBA.....	61
3.3	O MMT/PB – MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS DO BREJO PARAIBANO.....	64
4	POSSIBILIDADES E CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DA AUTONOMIA E DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES	71
4.1	PERFIL DAS MULHERES PARTICIPANTES DAS AÇÕES EDUCATIVAS DA ASSOCIAÇÃO SEDUP.....	74
4.2	MULHERES COMO PROTAGONISTAS NA LUTA POR DIREITOS	77
4.3	AS AÇÕES EDUCATIVAS POPULARES EM INTERFACE COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	97
4.4	FORTALECENDO A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A AUTONOMIA DAS MULHERES	103
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	106
	REFERÊNCIAS	109

1 INTRODUÇÃO

O interesse em torno desse estudo surgiu das experiências que acumulei com o trabalho de Educação Popular junto às mulheres das comunidades populares e periféricas de Guarabira, PB¹, promovido pela Associação Serviço de Educação Popular (SEDUP). Tem foco nas ações efetivadas com essas mulheres entre os anos de 2017 e 2021, quando trabalhei na instituição como educadora popular, especificamente na articulação e fortalecimento dos coletivos de mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com atividades nos bairros populares da periferia da cidade.

Dessa forma proponho, por meio dessa pesquisa, observar como as temáticas referentes aos direitos humanos atravessam as vidas dessas mulheres nas práticas da educação popular e de que forma as influenciam nas ações de incidência política, luta por direitos e por políticas públicas sociais para as mulheres. Ao mesmo tempo, a pesquisa coincide com um momento em que tenho me colocado no desafio de estudar, pesquisar, numa provocação constante enquanto investigadora, trazendo a minha própria experiência, que perpassa os estudos, trabalho e militância². Acredito que este estudo possui relevância acadêmica, haja vista as teorias pesquisadas e o estudo empírico, junto às mulheres populares, com apontamentos necessários, com novos diálogos e experiências vivenciadas a partir de suas comunidades.

Ao longo do percurso da pesquisa, busquei responder a algumas questões sobre a contribuição das ações educativas populares desenvolvidas pela Associação SEDUP para a educação em e para os direitos humanos das mulheres, e se essas ações fortalecem e promovem uma cultura dos direitos humanos das mulheres. A partir dos temas que nortearam a pesquisa,

¹ Guarabira-PB, situa-se a 98 km da capital do Estado, com uma população estimada em cerca de 60 mil habitantes segundo o IBGE (2020). A maioria, 48.960 habitantes, reside na área urbana e 6.366 na área rural. As mulheres somam 51.75% desta população. A cidade está organizada em 30 bairros, em sua maioria bairros populares e/ou comunidades periféricas em situação de pobreza, conforme ocorre nos bairros onde se realizarão as ações deste projeto (bairro Nordeste I, e II, bairro Nossa Senhora Aparecida, bairro Mutirão). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) é 0,673, (2010), situado na faixa de Desenvolvimento Humano Médio. Em relação ao nível de pobreza, 74, 4% da população está acima da linha da pobreza; 9,0% abaixo da linha de pobreza e 16,4% entre a indigência e a linha de pobreza (Censo/IBGE2010), o que representa uma realidade significativa de famílias em situação de carência.

² Militância – Nos movimentos sociais, com atuação na PJMP, Pastoral de Juventude do Meio Popular, lutando por um mundo melhor para todas as pessoas e visando a transformação da própria realidade e do mundo. No movimento feminista e de mulheres, construindo pautas formativas e de incidência política, em alguns períodos mais orgânica junto à Articulação de Mulheres Brasileira – AMB. Na universidade, me graduei em Ciências Sociais, com engajamento em grupos de estudos e projetos de extensão, com temas que envolveram a participação de estudantes de origem popular, com objetivo de proporcionar a troca de saberes e fazeres entre as comunidades populares e a universidade pública. Tenho relação com movimentos de educação popular, e mais recente, atuo na Associação SEDUP.

contrapondo com a Educação Popular, procurei identificar ainda se esses favorecem a formação de uma consciência dos direitos humanos das mulheres individualmente, assim como de suas coletivas nos bairros populares.

O estudo tem como objetivo geral compreender como a ação educativa popular da Associação SEDUP junto às mulheres, na sua interface com a Educação em Direitos Humanos, influencia na autonomia e ampliação de uma cultura de direitos humanos para mulheres. Como objetivos específicos elencamos seguintes: mapear as ações educativas desenvolvidas pela Associação junto a mulheres das comunidades populares de Guarabira; averiguar em que medida as ações formativas/informativas desenvolvidas junto aos grupos de mulheres têm fortalecido a sua participação social; e identificar as temáticas dos direitos humanos das mulheres nessas ações educativas e sua contribuição na ampliação de uma cultura de direitos para as mulheres.

São várias as evidências identificadas nesta pesquisa, sobre o trabalho desenvolvido pelo SEDUP, que dialogam diretamente com a temática dos direitos humanos e da educação popular com abertura para as diversidades, incidindo no fortalecimento dos grupos acompanhados, conforme apresenta Moreira (2021):

A temática da cidadania se constituiu na década de 1990 como um eixo balizador das ações educativas populares desenvolvidas pelo SEDUP em interface com a democracia participativa. Prática educativa que se realizou em consonância com o debate que estava ocorrendo no campo dos movimentos sociais sobre a importância dos direitos, seja em termo de sua efetivação, seja construção de novos direitos. Dimensões que se entrelaçaram como ações fundamentais para a construção da cidadania ativa e sociedade com justiça social. (MOREIRA. 2021, p. 173).

A presente pesquisa oferece para a academia e a sociedade estudos a respeito da memória e história das lutas sociais populares na região do Brejo Paraibano dos últimos anos, do ponto de vista das lutas sociais das mulheres organizadas, fazendo uma interface com a educação popular e os direitos humanos. Neste contexto, a Associação SEDUP realiza ações educativas disseminadas por meio de processos de formação em suas diferentes dimensões, com atividades de cunho formativo e organizativo junto aos grupos, movimentos sociais e populares, numa perspectiva de promoção da justiça social, como revela Moreira (2021) em seu estudo.

A dimensão educativa presente nas ações desenvolvidas pelo SEDUP sempre teve como horizonte a construção de uma sociedade democrática que possibilitasse a participação dos sujeitos populares, não apenas como público, mas desenvolvendo o seu protagonismo político na perspectiva da emancipação popular. (MOREIRA. 2021, p. 179).

Uma ação educativa que segue um fluxo diferenciado, se caracterizando como uma educação não escolar, mas de base pedagógica, ponderando por seu modelo exposto em sua sistematização, dotado por suas finalidades e metodologias. Nesse sentido, pontua Libânio (2002) que compreende a educação não escolar, desenvolvida por organizações profissionais, científicas e culturais, tais como agências formativas para grupos sociais. O autor reflete a respeito dos processos que constituem o objeto de estudo da pedagogia, como um campo próprio de investigação e justifica a sua existência pelo estudo sistemático das práticas educativas. Dessa forma, segundo o estudioso, convém investigar a natureza desta proposta pedagógica, as finalidades e os processos necessários às práticas educativas com o objetivo de propor a realização dessas metodologias nos vários contextos em que são aplicadas.

A prática pedagógica da Associação SEDUP junto aos grupos de mulheres se alinha às orientações do Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3, Eixo orientador V, quando trata da educação e cultura em Direitos Humanos, como uma educação não formal, que se norteia pelos princípios emancipatórios e da autonomia, como procedimentos de sensibilização e formação da consciência crítica, propondo que a Educação em Direitos Humanos (EDH) deve ser incluída em processos formativos e de capacitação de lideranças (BRASIL, 2010).

Observa-se que este pensamento coaduna com o de Freire (2006), quando prioriza o coletivo como fundamentação para a construção de conhecimentos, a problematização e a relação dialógica do aprendizado como procedimentos metodológicos para o desenvolvimento de uma consciência crítica na leitura de mundo. Assim, ler o mundo pressupõe um papel político e pedagógico, uma prática que só pode ser fomentada por meio da educação que se propõe a ser crítica. Para Freire (2011), o diálogo é ponto central para a construção desse conhecimento crítico, e também para a sustentação das intencionalidades, pois faz parte da natureza das pessoas. E essa relação dialógica se consolida nas práxis sociais transformadoras. A proposta educativa de Freire (2011, p. 52) baseia-se na práxis, na ação e reflexão, que é a prática de libertação. Implica a negação do homem enquanto ser teórico, abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, vazio e abstraído das relações sociais, e situa o ser humano e o acontecimento educacional junto às relações sociais e sua relação com a história das sociedades.

Essa pesquisa apoia-se em aportes teóricos e metodológicos de estudiosos que versam sobre educação popular, direitos humanos, educação em direitos humanos e teorias feministas que refletem e dialogam sobre a perspectiva dos movimentos de mulheres e feministas, em movimento, em sua práxis, de modo especial aquelas teóricas, que pensam, pesquisaram e escreveram a respeito dos direitos humanos das mulheres, considerando a realidade do cotidiano das lideranças e grupos de mulheres populares e periféricas.

A abrangência desse estudo, do ponto de vista metodológico, aporta-se na pesquisa de caráter qualitativo, e a perspectiva de investigação compreende ainda abordagens teóricas e metodológicas produzidas nas técnicas dos estudos e da pesquisa do campo feminista e da educação popular. Isso porque, do ponto de vista da análise, consiste em realizar procedimentos de estudo e apreensão do objeto, considerando a totalidade, observando as determinações históricas e sociais, assim como percebendo as suas contradições, que o forjam um movimento vivo de interpretação da realidade, em nosso caso, as mulheres em sua organicidade por direitos.

Dessa forma empregamos o método de caráter qualitativo, na modalidade de análise temática, para apreciação do conteúdo pesquisado, considerando as três etapas, apresentadas por Laurence Bardin (2011): pré-análise, para a avaliação do que foi coletado e do que faz sentido estudar; exploração do material, para o momento de codificação e categorização do material e dos subsídios; tratamento dos resultados obtidos para posteriores reflexões e articulações com a pesquisa bibliográfica realizadas. Utilizamos este método pela concepção crítica e dialética, que melhor se adequa, quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende em sua prioridade à quantificação.

Normalmente este tipo de análise é usada quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Nesse sentido, entendemos que para aprender métodos qualitativos, é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas (MINAYO, 1994). Ressalto, portanto, como pesquisadora, que acompanhei algumas atividades formativas e de incidência política junto ao público em estudo no período da investigação, experimentando na prática a observação participante. Ainda tive como apoio para as leituras, os relatórios das atividades. Usei na pesquisa de campo, questionários como instrumentos para coleta das informações e, para a produção o roteiro pré-estabelecido, utilizado nos grupos focais com questões abertas e fechadas, com abordagens pertinentes à pesquisa.

O lócus do estudo são os grupos de mulheres acompanhados pela Associação SEDUP, no período de 2018 a 2022, por ocasião do desenvolvimento de atividades formativas em diferentes territórios: Comunidades do Mutirão, Nordeste, Conjunto Nossa Senhora Aparecida, situadas na cidade de Guarabira. O trabalho de pesquisa foi composto por três etapas: 1) pesquisa bibliográfica e revisão da literatura, acerca das categorias e conceitos centrais a respeito das temáticas abordadas, visando a aproximação com o objeto de estudo; 2) pesquisa documental junto ao arquivo do SEDUP (relatórios das atividades formativas, cartilhas, folhetos, diário de campo, dentre outras); e 3) pesquisa de campo, por meio das entrevistas

semiestruturadas junto a educadoras e da realização de grupos focais com as mulheres, visando o acesso às informações da realidade objetiva e contextualizada.

A amostra da pesquisa é composta por 20 mulheres, envolvendo os grupos de base das ações formativas. As participantes foram assim distribuídas: dois (02) grupos focais, no total de 20 mulheres – primeiro grupo composto por oito (08) mulheres, sendo formado por representantes da Comunidade do Mutirão e o segundo grupo, por (12) mulheres representantes do Conjunto Nossa Senhora Aparecida e Comunidade do Nordeste. Foram ainda realizadas entrevistas com duas (02) mulheres – lideranças de cada grupo focal – que tiveram maior visibilidade no sentido da participação e representatividade nas atividades desenvolvidas, presentes no processo de organização, formação e mobilização social dos coletivos.

As participantes do processo foram informadas quanto ao caráter voluntário de seu envolvimento, assinando um termo de seu consentimento. Neste sentido, foi assegurado às mesmas o aspecto confidencial das informações prestadas no preenchimento dos instrumentos e ressaltou-se ainda o direito de desistirem de sua participação na pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo das partes interessadas, assim como os aspectos éticos do estudo.

Destaca-se que foi observada a realidade de insegurança em relação às condições sanitárias que o Brasil ainda vive por causa da pandemia da Covid-19. Assim, houve uma adequação da abordagem ao que a realidade permitiu, considerando os decretos e indicativos de segurança, como a utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) – máscaras, álcool 70% – quando dos momentos presenciais, sempre respeitando as orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) e das autoridades de saúde local.

Este trabalho está organizado por quatro capítulos. A Introdução apresenta a temática, justificativa acadêmica e social da pesquisa, objetivos, problema e metodologia. O segundo capítulo discorre sobre os movimentos de mulheres e feministas por direitos no Brasil, a participação social das mulheres, feminismo, direitos humanos e educação popular, assim como as aproximações teóricas e interfaces entre feminismo, direitos humanos e educação popular. O terceiro capítulo busca refletir sobre as práticas educativas populares e lutas sociais das mulheres na região do Brejo paraibano, com ênfase na experiência do SEDUP em suas práticas de mediação pedagógica, nas lutas sociais e no protagonismo das mulheres, a partir do Movimento das Mulheres Trabalhadoras do Brejo paraibano (MMT). O quarto capítulo, trata da construção de uma cultura dos direitos humanos das mulheres, conforme as respostas das participantes, por meio dos grupos focais e das entrevistas. Reflete-se como as mulheres se compreendem nesse processo, tanto para dentro dos próprios grupos, assim como se busca identificar se as aprendizagens educativa e popular contribuem na atuação das mulheres em

movimento, na defesa de suas bandeiras de luta pela construção de uma cultura de autonomia econômica e política, através das coletivas de mulheres organizadas.

Por meio desses capítulos e acompanhando a realidade das mulheres-público do estudo pude observar algumas mudanças que foram ocorrendo processualmente do ponto de vista formativo e de participação, principalmente no que refere à incidência política, conforme será exposto a seguir.

Figura 1 - Incidência política com a participação das mulheres



Fonte: Acervo SEDUP, março de 2018.

2 PARTICIPAÇÃO SOCIAL DAS MULHERES, FEMINISMO, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO POPULAR

Neste capítulo, apresentaremos brevemente os três principais referenciais teóricos que orientam o trabalho, conforme as alíneas já expostas na metodologia: Educação popular (EP), Educação em Direitos Humanos (EDH) e Teoria Feminista (TF). Estas temáticas serão ajuizadas no fulgor das experiências refletidas por teóricos que elaboram a respeito das experiências concretas, estudadas por meio dessa pesquisa.

2.1 MOVIMENTO DE MULHERES POR DIREITOS NO BRASIL

“O feminismo é o contrário da solidão.”

Marcia Tiburi³, 2018

No século XVIII, chegavam ao Brasil informações sobre as reivindicações das mulheres provenientes da Europa, ativistas ainda não organizadas coletivamente, mas que lutavam em prol dos direitos das mulheres durante a efervescência da Revolução Francesa (1789). Entre elas, uma das precursoras era Olympe de Gouges⁴, revolucionária francesa questionou os ideais de Igualdade, Liberdade e Fraternidade, que só garantiam os direitos exclusivos aos homens (TELES, 1993). Gouges afrontou esta realidade na época e escreveu e publicou a Declaração dos direitos da mulher e da cidadã, em 1791, reivindicando a emancipação política da mulher.

³ TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 1 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. Graduada e mestra em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutora em Filosofia Contemporânea e pós-doutora em Artes pelo Instituto de Artes da Unicamp. Autora de várias obras sobre feminismos, filosofia e ética dentre outras obras correlata.

⁴ Olympe de Gouges (1748-1793) – Dramaturga, ativista política, feminista e abolicionista francesa, defensora da democracia e dos direitos das mulheres e autora da Declaração dos Direitos da Mulher. Defendia a emancipação das mulheres, a instituição do divórcio e o fim da escravatura. À frente de um grupo de teatro, formado apenas por mulheres, Olympe debatia suas ideias em peças, panfletos e cartazes que escrevia e colava pela cidade. Defendeu a revolução, que derrubou a monarquia, por Liberdade, Igualdade e Fraternidade. Mas criticou os abusos do Novo Regime. Jean-Paul Marat e Maximiliano de Robespierre, líder dos jacobinos, setor extremista da revolução que ocupou o poder, entre 1792 e 1794, não aceitaram críticas. E executaram a ativista numa guilhotina, em 3 de novembro de 1793. Antes de ser assassinada, Olympe de Gouges, repetiu a frase: “Se a mulher tem o direito de subir ao cadafalso, ela deve ter igualmente o direito de subir à tribuna”. TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

Este se tornou um dos temas mais constantes na Europa, a partir desse período, visto que a transformação almejada por meio da revolução não incluía os direitos das mulheres em sua integralidade assim como era garantido aos homens, gerando um descontentamento das mulheres que estiveram à frente da insurreição junto aos homens, fortalecendo diferentes frentes de lutas.

No contexto imperial brasileiro, Nísia Floresta Brasileira Augusta⁵ foi pioneira nesse debate, de certa forma, pois a autora fez a livre tradução do clássico de Mary Wollstonecraft⁶, *Vindication of the Rights of Women* (1797), com versão brasileira intitulada *Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens*, publicada em 1832, décadas depois desse movimento ter acontecido na Europa. A filósofa inglesa defendeu a igualdade entre homens e mulheres como uma ética, que deveria ser levada em consideração pelo Estado, questionando o que significava a defesa da libertação da mulher em relação à opressão. Argumentava que alguns talentos femininos deveriam ser enxergados como virtudes, como por exemplo a modéstia, que nada tem a ver com humildade ou vaidade. Contestou os teóricos do século XVIII, pautando questões sobre educação e política, direitos em que os acessos eram negados às mulheres, posto que o sistema educacional da época era oferecido exclusivamente aos homens.

Julgo, pois, ter provado de uma maneira evidente, que não há ciência, empregos e dignidades, a que as mulheres não tenham direito de pretender como os homens; pois que eles não podem alegar outra superioridade que a força do corpo, para justificar o cuidado que têm de arrogar a si toda a autoridade e prerrogativas e que não provam outra incapacidade nas mulheres, que possa privá-las de seu direito, senão a que resulta da injustiça opressão dos homens, que é fácil refutar. (WOLLSTONECRAFT, 1792 apud FLORESTA, 1989, p. 86).

A obra apontou o esforço dessas mulheres em construir argumentos que configurassem novos entendimentos a respeito dos direitos das mulheres, observando que as mulheres são dotadas de todas as condições e que podem exercer todas as atividades oferecidas aos homens. Além dessas teses, por meio do trabalho de Mary Wollstonecraft, Nísia Floresta, no Brasil, defendeu a educação feminina como chave para o progresso da sociedade. “É uma verdade

⁵ FLORESTA, Dionísia Gonçalves Pinto (1810-1885). Nascida no Sítio Floresta, na época Papari, RN. Conhecida como Nísia Floresta Brasileira Augusta, firme combatente pela extensão dos direitos políticos às mulheres. Escritora, ocupada em registrar a imensidão de temas. Investiu contra a escravidão, denunciou as injustiças, deixou conselhos de mãe às filhas, anotou suas impressões de viagens à Europa, defendeu o aleitamento materno, o exercício físico para as moças, o povo originário, a Nação e as mulheres. Retirada da obra de FLORESTA, Nísia Floresta Brasileira Augusta. **Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

⁶ WOLLSTONECRAFT, Mary (1759-1797). Inglesa, defendia as ideias revolucionárias Francês, questionava o ideal de Igualdade, Liberdade e Fraternidade, que garantia o direito exclusivo aos homens. Defendeu a razão, a tolerância, a liberdade e a igualdade para as mulheres. FLORESTA, Nísia Floresta Brasileira Augusta. **Direitos das Mulheres e Injustiça dos Homens**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1989.

incontestável que a educação da mulher muita influência teve sempre sobre a moralidade dos povos e que o lugar que ela ocupa entre eles é o barômetro que indica os progressos de sua civilização (FLORESTA, 1989, p. 12). A autora, reservava igualmente à mulher o papel de formação da consciência nacional, portanto, defendia que não fazia sentido a educação ser negada às mulheres como um direito, assim como era ofertada aos homens. Floresta, em seu tempo, foi firme também na defesa da abolição da escravidão.

A escritora não alcançou em vida as mulheres ocupando as cadeiras escolares como um direito igual ao que era garantido aos homens, tampouco com direito de votar e serem votadas, tais direitos só se realizam no País no século seguinte, sendo o último com o sufrágio universal, conquistado no Brasil, por meio do Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932 (TELES, 1993). No Dicionário Mulheres do Brasil de 1500 até a atualidade, Schuma Schumacher relata que, em 1934, Carlota Pereira de Queiroz elege-se a primeira deputada federal por São Paulo. E antes mesmo do decreto, Luisa Alzira Teixeira de Vasconcelos, mais conhecida como Alzira Soriano é eleita prefeita de Jardim de Angicos, RN, em 1928. Ela assume a função no dia 1º de janeiro de 1929, e torna-se a primeira mulher eleita, prefeita da América Latina, um grande feito histórico pra época, repercutindo internacionalmente, como um evento que se deve às lutas pelo sufrágio universal, com extraordinárias contribuições para as mulheres no que se refere à participação do espaço político e fortalecimento das organizações por direitos das mulheres no período.

O direito de voto só se tornou realidade para as mulheres depois da revolução de 30. Esta, embora originada por uma divisão no seio das oligarquias que dominavam o Brasil, teve de reconhecer a necessidade de espaço pleiteado por setores da população antes simplesmente ignorado ou, no caso dos trabalhadores, tratados sempre como caso de polícia. Nesse contexto foi que a luta pelo voto feminino conseguiu resultado positivo, voto incorporado à Constituição Brasileira de 1934, com a ajuda de Carlota Pereira de Queiroz, a primeira constituinte Brasileira. (TELES, 1993, p. 46).

Processo histórico, que mesmo nas condições observadas pela autora, dá início a novo tempo de reclamações e processos organizativos das mulheres no País.

Neste sentido, para entendermos melhor como se organiza o movimento de mulheres no Brasil, vou considerar o desenho das ondas históricas do movimento feminista, ajuizados por algumas pensadoras que estudam a respeito, mesmo compreendendo que este formato já recebeu críticas, e gerou alguns conflitos, principalmente do ponto de vista de processo histórico, e do tempo dos acontecimentos.

Delinearemos os períodos históricos e os principais acontecimentos por meio das ondas feministas, refletindo, o que apontam Ilze Zirbel (2021), Amelinha Teles (1993), Michela

Calaça (2021), Alvarez (2000), Perez e Ricoldi, 2018), dentre outras pensadoras. Para Zirbel, as ondas feministas são formadas por diferentes momentos, lugares, grupos e tempos históricos de lutas das mulheres.

Constituindo-se como a primeira onda, o movimento sufragista que data de meados do século XIX e início do XX, deflagrado em diversos países do ocidente. Uma perspectiva de entendimento de como se organiza o movimento feminista, em sua forma, amplitude e diversidade, considerando os períodos históricos de cada nação. Compunha-se em sua maioria por mulheres de classe alta, brancas e bem instruídas.

Teles (1993) ressalta o movimento liderado por mulheres como Maria Lacerda de Moura e Bertha Lutz, fundadoras da Liga para a Emancipação Internacional da Mulher, no Rio de Janeiro, em que defendiam a igualdade política das mulheres. Para isso a liga promoveu encontros, conferências, visitou grupos e mulheres em vários estados do Brasil em apoio às iniciativas em prol dos direitos políticos para as mulheres. Maria Lacerda de Moura⁷ era mais aguerrida no sentido revolucionário, dirigiu uma revista e, por meio dela, difundia o pacifismo, o amor livre e a emancipação da mulher. Denunciou o capitalismo, o militarismo e o fascismo.

De acordo com Teles (1993), é no século XIX surgem no Brasil os primeiros núcleos em defesa dos ideais feministas, relacionando-se diretamente com as propostas anarquistas e socialistas, trazidas por imigrantes europeus, que localmente se somaram às lutas por melhores condições salariais e de trabalho. No século XX, a realidade dessas lutas passa por mudanças, assim como aponta Costa e Sardenberg (2008), observando as identidades políticas e de aproximação, desde um feminismo mais “conservador”, que disputou o sufrágio universal para as mulheres, a princípio sem questionar os papéis subalternos, reproduzidos pelo sistema patriarcal, a exemplo do que defendeu Bertha Lutz, líder da Federação Brasileira para o Progresso Feminino (FBPF). Nesse período as ações mais libertárias eram lideradas por Maria Moura Lacerda e reivindicavam a ampliação da vida pública das mulheres, fazendo a defesa irrestrita do movimento dos trabalhadores e a consolidação dos princípios de lutas comunistas.

⁷ MOURA, Maria Lacerda de (16/05/1887-20/03/1945). Professora, escritora, anarquista e feminista brasileira. Envolveu-se em organizações por direitos sociais, através de campanhas nacionais de alfabetização e reformas educacionais. Em 1921, quando morava em São Paulo, ligou-se ao movimento operário e feminista, chegando a presidir a Federação Internacional Feminina, com Bertha Lutz. Em 1922, rompeu com os movimentos associativos feministas, observando que, tais grupos, preocupava-se fundamentalmente com o voto feminino, uma luta limitada que atendia apenas uma parcela das mulheres. Nessa época, se dedicou à imprensa operária e progressista de São Paulo, lançando a revista *Renascença*, em 1923. Considerada uma das pioneiras do feminismo no Brasil, em seus escritos, falou de temas sobre a condição feminina, amor livre, direito ao prazer sexual, divórcio, maternidade consciente, prostituição, combate ao clericalismo, ao fascismo e ao militarismo. Promoveu articulações, entre a questão da emancipação feminina e a luta pelos direitos do indivíduo no capitalismo industrial (TELES, 1993).

Este movimento organizava-se por meio de núcleos formados por mulheres intelectuais e por aquelas diretamente envolvidas nas organizações sindicais.

A primeira onda chega à década de 1940, sendo as décadas de 1930 e 1940, o período de maior crescimento da participação de mulheres em partidos políticos e sindicatos, Teles (1993, p. 47-51), o que fortaleceu as três frentes do movimento feminino que se organizavam “paralelamente – as sufragistas, as tecelãs e as costureiras grevistas” –, que reivindicavam o direito ao voto e as melhores condições de trabalho.

A segunda onda se dá em torno da década de 1960, em meio à pressão da segunda guerra mundial. Diante desse contexto, Zirbel (2021) aponta que, em diferentes países do ocidente as mulheres, continuavam se organizando e pautando suas reivindicações por direitos, com reconhecimento em âmbito mundial, movimento que se fortalece por meio da influência da Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948, que instituiu a igualdade entre os sexos.

Nesse período, grande parcela do movimento feminista, principalmente as mulheres que atuavam em organizações não governamentais (ONG), reorganiza-se por meio de suas ações formativas pelo princípio de que “o pessoal é político”, provocando o debate no que se refere ao direito individual, no primeiro momento, para expor e denunciar as violências às quais as mulheres estavam submetidas no campo da vida privada. Este processo se respaldava em Simone de Beauvoir (1949), com a tese de que ser mulher não seria uma determinação do sexo biológico, mas uma construção social: “não se nasce mulher, torna-se”. Nesse sentido, Ana Paula Portela, em seu artigo “Novas e velhas questões sobre corpo, sexualidade e reprodução”, dialoga com a filósofa.

A frase de Simone de Beauvoir adquire maior significado se pensarmos que é enunciada por uma mulher, coroando um ciclo e abrindo uma nova etapa de reflexões que traz mais fortemente à cena o pensamento das mulheres sobre si mesmas e sobre o mundo. (PORTELA, 2001, p. 78).

Para Beauvoir (1949), é nessa construção social e cultural que estaria a base da opressão sofrida pelas mulheres. Pode-se dizer que, este debate e as questões relacionadas a ele marca o ciclo da chamada “segunda onda” do movimento feminista.

Ares que chegam ao Brasil, segundo afirma Teles (1993,) descrevendo que é justamente nas décadas de 1940 a 1960 que é fundada a Federação das Mulheres do Brasil (FMB), em 1947, por influência das mulheres do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Na década seguinte, em 1951, acontece um dos mais importantes e histórico encontro da década, do ponto de vista da lutas e pautas das mulheres no Brasil, haja vista a organização de um encontro nacional de mulheres, promovido pelo partido, com as lideranças das mulheres que se organizam no movimento de mulheres. Foi o primeiro encontro nacional

de mulheres, que contou com a participação de 231 delegadas: operárias, funcionárias públicas, professoras, donas de casa, profissionais liberais, camponesas e estudantes de todos os estados do Brasil, discutindo pautas como o direito ao voto, a luta contra a carestia e o fim dos despejos nas grades cidades e a reivindicação por creches e melhores condições de trabalho para as mulheres.

Em paralelo a essa movimentação das mulheres que se organizavam e tinham minimamente mais acesso a informações e recursos para pleitear suas pautas reivindicativas e fortalecer seus processos organizativos, pondero ser importante, expor outras realidades distintas. Protagonizado por uma classe de mulheres que eram sub-representadas, nesses espaços e pelos movimentos que surgiam, a exemplo da realidade de muitas mulheres que experimentavam em seu corpo a realidade extrema das vulnerabilidades socioeconômicas, assim como se destaca nos escritos de Carolina Maria de Jesus⁸, que evidencia tais condições, em *O Quarto de Despejo* (1960). Carolina faz constantes reflexões sobre política e sociedade, o que garante à obra passagens valorosas para os leitores. Ela também teceu críticas aos políticos, segundo a escritoras, estes, os políticos, só lembram da favela e dos seus pobres habitantes durante as eleições.

As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora do uso, digno de estar num quarto de despejo (JESUS, 1960, p. 33).

A escritora expôs seu cotidiano, enquanto mulher negra e favelada, lutando para sobreviver à pobreza na favela do Canindé, São Paulo. Expõe reflexões sobre política e sociedade, assim como a invisibilidade social que ela, seus filhos e vizinhos viviam. Em síntese, o livro é composto por dias, meses e anos, contendo relatos e percepções reais do cotidiano de uma mãe solteira, pobre e catadora de lixo, cuja realidade foi marcada pela fome, preconceito, violências e sofrimento, nos oferecendo argumentos paralelos, contudo extremamente importantes do ponto de vista da pesquisa e estudos que compõem este trabalho.

Nesse sentido, Bell Hooks (2018), em sua obra *O feminismo é para todo mundo*, quando fala a respeito da classe, tece algumas críticas ao feminismo hegemônico, observando que as

⁸ JESUS, Carolina Maria de. Nasceu em Sacramento, Minas Gerais, mas é na Favela do Canindé, São Paulo, que escreve seus diários que compõem *Quarto de Despejo*, que retrata seus dias e de sua filha e seus filhos (Vera Eunice, João José, José Carlos), por quem lutava, na periferia de São Paulo, como mãe solteira, trabalhando como catadora de lixo, com sua narrativa forte, tocante e que nos surpreende. Com uma narrativa única, mesmo tendo estudado apenas os dois primeiros anos de educação básica, Carolina era apaixonada por literatura e se tornou autodidata: aproveitava o material escolar encontrado no lixo para se aprofundar na escrita.

mulheres brancas reformistas pleiteavam uma liberdade e um poder, apreciados por homens brancos de classe econômica privilegiada, resistindo a uma dominação masculina patriarcal, sem considerar que podiam usar outras estratégias para se unir em toda classe com outras mulheres, cansadas da dominação masculina, a exemplo das mulheres da classe trabalhadora que já sabiam que os salários que recebiam não as tinham libertado. No entanto, quando se trata de privilégios, somente as mulheres brancas pertencentes ao feminismo hegemônico tiveram o luxo de imaginar que trabalhar fora de casa realmente lhes proporcionaria renda suficiente para alcançarem poder e autonomia.

Nessa perspectiva a década de 1960, é marcada pela ascensão das pautas por direitos reprodutivos e sobre a sexualidade feminina, o conceito de ser mulher passava por mudanças, assim como a inclusão nos debates da pílula anticoncepcional como uma aliada das mulheres, contribuindo na desvinculação de sexo, amor e maternidade, com o sexo compreendido como fonte de prazer também para as mulheres, não só para procriação. Nesse período é agregada às lutas a pauta do direito ao aborto e do planejamento familiar como demandas de políticas públicas, além do direito das mulheres ao seu corpo, de decidir seu modo de se vestir. Ideário, defendido pela atriz Leila Diniz⁹, o grande símbolo dessas lutas na época.

Em 1964, o Brasil sofre a instauração de uma ditadura militar¹⁰, uma experiência drástica e infeliz que aconteceu também em vários países da região da América Latina, regime que permanece nas duas décadas seguintes (1970 e 1980). Nessa ocasião, de acordo com Teles (1999), as mulheres intensificaram a inclusão de suas bandeiras às lutas gerais, pela anistia, pelo direito a identificar e enterrar os seus parentes mortos, e reivindicaram a responsabilização do Estado brasileiro pelos crimes cruéis, cometidos durante a ditadura militar. Foram as mulheres as primeiras protagonistas do movimento contra a carestia e que estiveram atuantes nas mobilizações pelas “Diretas já”, pela democratização do País. Sem renunciar às lutas próprias, históricas e pleiteadas por décadas.

Pode-se dizer que, de forma geral, nesse momento havia a influência de uma visão socialista e classista, levando algumas parcelas do movimento feminista a definirem como prioridade ações voltadas a disseminar o feminismo entre as mulheres dos setores populares,

⁹ DINIZ. Leila Roque (25/03/1945-14/06/1972). Formada em magistério, inicia sua vida profissional como professora do jardim de infância. Como atriz, atuou em várias telenovelas, filmes e peças teatrais. Quebrou muitos tabus em sua época, período em que o Brasil vivia sob a repressão. Invejada e criticada pela sociedade conservadora das décadas de 1960 e 1970, inclusive de algumas feministas ao considerarem que, por vezes, ela estava a serviço dos homens.

¹⁰ Ditadura militar no Brasil. Regime que prevaleceu no Brasil entre 1964 e 1985, e torturou, matou, perseguiu e fez desaparecer muitos ativistas políticos, sindicalistas, artistas, professores, dentre outros defensores dos direitos humanos e qualquer pessoa que se colocasse contra o sistema ditatorial. No Brasil, o regime militar adotou um sistema rotativo de presidentes militares.

contudo não foi algo que recebeu apoio de todas as ativistas e, em alguns momentos, surgiram tensões entre as feministas e o movimento amplo em torno de algumas bandeiras disseminadas, com debates que reverberaram por décadas.

Entretanto, havia dificuldades nessa tarefa, dirigentes políticos ou religiosos do bairro cercavam as feministas para impedi-las de falar sobre sexualidade, violência sexual e doméstica, aborto e, enfim, tudo o que envolve mais de perto a condição feminina, a pretexto de que tais questões só “dividem o movimento operário”, enfraquecendo a luta conjunta pelas transformações sociais. Na realidade só se permitiam o debate limitado ao trabalho doméstico, a educação das crianças, a discriminação no trabalho e, no mais, a questões gerais. O estupro era uma palavra quase proibida, só usadas nos meios policiais. Os próprios militantes de esquerda chegavam a afirmar que ele ocorria apenas nos países da Europa..., mas a feminista e a mulher da periferia conseguiram romper essa barreira e, muitas vezes, terminavam suas reuniões falando de tais assuntos tachados de “sexistas”. Era comum na época dizer que esses assuntos eram sexistas porque dividiam os homens e as mulheres, desviando-os da luta política. (TELES, 1999. p. 77).

A pesquisadora apresenta muitas dificuldades no que se refere a determinadas temáticas da luta feminista, principalmente quando se pretendeu ampliar a articulação junto aos setores mais populares naquele período. Alvarez (1990) observa que nesse período de chumbo, as questões das mulheres não eram vistas como assuntos políticos, ou potencialmente subversivos. Dessa forma, a segunda onda do movimento feminista no Brasil contou também com o trabalho das feministas exiladas, militantes de partidos políticos, que na maior parte das vezes exerciam a dupla militância, estudantes universitárias e acadêmicas, somando-se aos movimentos sociais da época numa luta geral, ressaltando a independência e fim do Estado opressor. De modo geral, para o movimento de mulheres, a autonomia do movimento era uma das bandeiras predominantes que reverberavam no período.

A terceira onda do movimento feminista se estabelece na década de 1990, período em que o país se reorganizava pela redemocratização, com o surgimento de diversos partidos políticos, cuja atuação começa a ser marcada pela presença de mulheres nos organismos de governo. Este também é um período em que o feminismo popular se destaca, funcionando de maneira independente, através da ação das Organizações Não Governamentais (ONGs), que fortaleciam suas atividades junto às comunidades periféricas e pobres das médias e grandes cidades, em defesa dos direitos das mulheres e pelo fim da violência doméstica contra às mulheres.

São os vários movimentos de lutas que chegam ao século XXI no Brasil, segundo Alvarez (2000), com suas bandeiras pelo o fim da cultura do estupro e do assédio, das violências contra mulheres, pela criação de políticas públicas que garantam o bem-estar e a igualdade de

condições em todos os espaços, inclusive de poder e decisão, pelo fim das desigualdades salariais quando da ocupação dos mesmos postos de trabalho. Neste período, o movimento se amplia e se aproxima de outras organizações sociais, principalmente do movimento negro e LGBTQIA+.

Um período de surgimento de vários conflitos e autocríticas dentro do próprio movimento feminista no Brasil, em torno da temática das identidades feministas, expressando-se principalmente entre as militantes ligadas aos partidos políticos e as feministas, não vinculadas à partidos políticos, assim como distingue Alvarez (2000), visto que partidos de esquerda e movimentos mistos em sua maioria não reconheciam a importância do feminismo, considerando esta uma luta de caráter liberal da classe média e da pequena burguesia.

A estudiosa observa, que embora esta visão gerasse um conflito constante entre as partes, por outro lado, buscava-se estratégias para que as mulheres dos setores populares assumissem uma visão feminista, já que nos anos de 1990 umas das faces evidentes do feminismo hegemônico girava em torno das relações de poder e por ampliação e fortalecimento de organizações de forças feministas para pôr abaixo a opressão às mulheres. Contudo, mesmo as análises mais abrangentes não conseguiam expressar no momento os vários aspectos desenvolvidos em alguns setores do movimento feminista e de mulheres, principalmente do feminismo das esferas populares e dos sindicatos. A crítica ao movimento feminista se dava por considerarem este demasiadamente intelectualizado, de modo que a maioria das militantes oriundas da classe média não assimilavam plenamente o significado da prática feminista das mulheres pobres, a partir de sua luta cotidiana, assim como de suas experiências formativas, oriundas da vida em suas comunidades.

Do ponto de vista da dinâmica do movimento, na segunda metade dos anos 1990 e anos 2000, as ações foram direcionadas para consolidar os chamados avanços das conferências por meio de *lobbys*, monitoramento e consultorias, em particular das ONGs. Foram anos em que prevaleceu um discurso triunfalista do setor, que também era chamado de feminismo institucionalizado. Como parte deste processo, essas organizações mistas abandonaram elementos de seu discurso e de suas demandas, vinculadas à dimensão de gênero e classe, e passaram a priorizar o tema “mulheres e poder” ou mesmo, o discurso de políticas públicas, que se restringiu na verdade, a políticas focais, deixando de lado a discussão de mudanças estruturais, conforme observa Alvarez (2000) em seu estudo sobre a globalização e os feminismos latino-americanos.

Nessa ocasião, se teciam debates sobre relações de gênero e classe, construção da identidade feminista latino-americana e caribenha, com o desenvolvimento de visões liberais

centradas nos direitos individuais. Se, por um lado, havia essa tentativa de análise global e se passasse a considerar o geral, a partir do conceito de gênero, por outro, a discussão sobre a autonomia das mulheres perdia força, por um pensamento normativo geral. Por exemplo, na luta contra a violência, passou-se a focar os custos econômicos e não mais a autonomia das mulheres. Em vários países, inclusive no Brasil, principalmente quando os setores do movimento feminista e de mulheres passaram a priorizar a atuação no interior dos governos, sem os devidos aprofundamentos.

Dessa forma, Alvarez (2014) lembra a visão de Estado predominante, e como o movimento lidou com esse processo de democratização e modernização, haja vista que alguns governos promoviam o ajuste estrutural e fiscal de caráter neoliberal. Nesse aspecto, a atuação pela implantação de políticas públicas desconsiderou a efetividade dessas políticas ao conjunto das mulheres, por um discurso universal de ajustes para que as políticas adotadas por esses governos dessem certo.

Nesse período, segundo a estudiosa, muitas das vezes, a relação com os organismos governamentais ocupados por feministas foi bastante ambígua. Por um lado, a pressão sobre o movimento para fortalecer as feministas que ocupavam cargos em organismos de políticas para as mulheres, uma vez que estes não tinham e ainda não têm poder efetivo e eficaz para implementação de políticas públicas, visto que as estruturas governamentais, mesmo aquelas mais democráticas, ainda são arcaicas, não se aprimoraram no sentido de corresponder às mulheres e suas especificidades, quando da ocupação dos espaços de poder. De outro lado, por consequência, é uma fase em que se observa a fragilização dos movimentos sociais, não só do movimento feminista, como força de mobilização e pressão, uma vez que era exaltado por parte do movimento, sempre, o receio pelo fim da existência de tais organismos, depois das lutas travadas por essas instituições.

Em síntese, havia uma avaliação que se teria conseguido importantes avanços nas plataformas e que as próximas empreitadas deveria ser o monitoramento das políticas para garantir a implementação das mesmas, considerando a dificuldade de se pensar criticamente sobre o modelo neoliberal que perpassava por dentro das políticas. Esses dois componentes: visão política e discurso triunfalista, desqualificava as vozes, e impediram que se debatesse e se construísse de forma ampla uma crítica em relação aos retrocessos ocorridos na vida das mulheres no contexto do neoliberalismo.

Nesse sentido, no Brasil, as condições de trabalho continuaram extremamente precárias, principalmente para as mulheres periféricas e de bairros populares de grandes e médias cidades, de áreas rurais, da floresta e das águas. Estas enfrentavam problemas de outra ordem,

permanecendo difícil sua sobrevivência: crescente número das que arcam sozinhas com o sustento das filhas e filhos, as consequências da não assistência dos serviços sociais e do aumento da violência urbana, incluindo o envolvimento dos filhos com o narcotráfico. Isso ocorre ao mesmo tempo em que a pobreza deixa, cada vez mais, de ser refletida como um problema econômico, passando a ser vista como uma questão social, contribuindo com o pensamento de que os pobres são aqueles que não deram certo, sob o modelo econômico vigente no País (Alvarez, 2014). São tratados como mais uma patologia social, mesmo com a ascensão do governo do campo democrático popular, e seu esforço, que buscou reorientar esse discurso a partir de meados da década de 2000.

Foi um período, conforme a autora expõe, de ascensão do governo do campo democrático popular, que promoveu ganhos, principalmente no que se refere ao acesso às políticas públicas e à ocupação das mulheres em espaços de poder, assim como a ampliação e o destaque oferecido as temáticas feministas perpassando por vários setores governamental. Ao mesmo tempo, as mulheres tornaram-se foco dessas políticas, por serem vistas como melhores gestoras dos recursos governamentais, e, portanto, mais preocupadas com o bem-estar das/os filhas/os do que com o delas próprias. Por isso, são as beneficiárias prioritárias de políticas, no recebimento da renda mínima, do microcrédito, do título de propriedade da casa, entre outras políticas. Porém, tais mudanças acarretaram um acúmulo de responsabilidades, pois não foi delegada aos homens na mesma medida a responsabilização pelas funções historicamente assumidas por mulheres. Mais uma vez, o corpo e a vida das mulheres, continuam sendo usados, custando a elas a tripla jornada de trabalho e a sobrecarga de responsabilidades.

Para Alvarez (2014) a fase do feminismo e a luta institucional das mulheres quando passam a confrontar o patriarcado, a partir do Estado, sendo legisladoras, exercendo cargos executivos, participando de instituições de cooperação e agências internacionais, promovem mudanças para as mulheres, também dessas instituições. Contudo, não entendemos essa como mais uma fase do feminismo, mas sim, como mais uma tática em que algumas feministas apostam. Se pensarmos em termos de ondas do feminismo, defenderíamos que ainda estamos na segunda onda e dela só teremos como sair com a superação da sociedade capitalista, patriarcal e racista na qual vivemos, pois, as diferenças entre homens e mulheres e entre as próprias mulheres estão estruturadas nesses pilares e sem sua superação não há igualdade possível.

Outra reflexão importante de ser observada é o fato de que parte hegemônica do movimento feminista e de mulheres terem mantido, durante mais de uma década, um discurso governamental e dos organismos multilaterais, de defesa da equidade de gênero, dificultando

nesse período a possibilidade de uma análise crítica, mais ampla, de todo esse processo. Esse setor dos movimentos, que havia investido quase toda sua energia nessa estratégia de garantir os direitos a partir de seu reconhecimento nos acordos internacionais, ou seja, sendo parte do chamado espaço de poder central, Alvarez (2014) agarrou-se à defesa do que havia sido conquistado e pelo não retrocesso. Em alguns momentos perde-se a radicalidade própria do movimento feminista, de responder crítica e coletivamente às questões que lhes são pertinentes, contudo, é importante considerar se havia condições para este enfrentamento, considerando o tamanho do movimento e o período político e com todos os seus desafios.

Sobre a quarta onda do movimento feminista, para Martinez (2021, p. 2) por meio de seu artigo sobre, “Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital”, considera que um dos traços da quarta onda do feminismo liga-se a chegada e apropriação das mídias digitais, de acordo com a estudiosa “Se hoje em dia o feminismo compõe o imaginário cultural de mulheres de todos os tipos, vivências e marcadores sociais, é devido à profunda relação entre mulheres e redes sociais. Esta relação imprimiu uma nova dimensão às lutas feministas”. Nesse sentido, existem debates que prosseguem a respeito do seu surgimento, assim como as demais apresentadas até então, a exemplo de Perez e Ricoldi (2018), a respeito do seu surgimento. Para as mesmas, a referida onda surge em torno dos anos de 2012-2013. Tendo como principais características “a mobilização construída e divulgada na internet, a interseccionalidade e a atuação por meio de coletivos” (Perez; Ricoldi, 2018, p. 7-8). Segundo as autoras, esta qualidade potencializou a capacidade de articulação e mobilização de forma rápida, e com abertura para a chegada de novas mulheres, antes excluídas, proporcionando a diversidade do movimento, que passou a agregar: mulheres “negras, indígenas, brancas, universitárias, lésbicas, mulheres de diferentes classes sociais, como trabalhadoras urbanas e rurais, domésticas, acadêmicas, portadoras de necessidades especiais e outras” (Perez; Ricoldi, 2018, p.14). Para Matos (2014), a quarta onda surge no princípio dos anos 2000, na medida em que as redes atuantes superam a organização nacional, constituindo inclusive novos espaços, inclusive no “ciberespaço”, meio de comunicação global e de massa. Segundo a pensadora, vem reforçar a necessidade de ampliar a transversalidade em suas demandas, por direitos humanos e justiça social para todas as mulheres e aponta como características:

1. O alargamento, adensamento e aprofundamento da concepção de direitos humanos que tem sexo, gênero, cor, raça, sexualidade, idade, geração, classe social (...);
2. A ampliação e diversificação da base das mobilizações sociais e políticas, sobretudo dentro de um novo enquadramento ou moldura transnacional, global, além de uma moldura resinificada nacionalmente (...);
3. O foco no “sidestreaming” feminista, ou seja, uma perspectiva que reforça a discriminação de gênero mas vai além dela e valoriza igualmente o princípio

da não discriminação com base na raça, etnia, geração, nacionalidade, classe ou religião. Trata-se do reconhecimento de “feminismos outros”, profundamente entrelaçados, e, por vezes controversamente emaranhados com as lutas nacionais e globais para a justiça social, sexual, geracional e racial (...); 4. O foco no “mainstreaming” feminista, onde ganham visibilidade e destaque as novas formas de relação com o Estado e de suas muitas instituições e àquelas dinâmicas vinculadas a este novo formato de teorização feminista, destacando-se, por sua vez, o esforço no sentido da construção participativa de ações transversais, interseccionais e intersetoriais de despatriarcalização das instituições estatais; 5. Também se destaca a nova forma teórica – transversal e interseccional – de compreensão dos fenômenos de raça, gênero, sexualidade, classe e geração...; 6. Uma renovada retomada e aproximação entre pensamento, a teoria e os movimentos feministas. (MATOS, 2014, p. 10-11).

Para MATOS (2014), são perspectivas que propõem reformular profundamente as teorias, considerando as “tradições teórico-críticas feministas contemporâneas decoloniais” que possam juntar um feminismo cosmopolita.

Ao mesmo tempo, Perez e Ricoldi (2018) observam que a referida onda do movimento em estudo se define ainda por meio de protestos de rua e suas campanhas nas redes sociais, coletivos organizados por mulheres jovens majoritariamente, com a propagação de sites e blogs feministas, anunciando seu advento, impactando fortemente na cultura, nas relações sociais, nas instituições e na política institucional. Nesse período, as principais pautas foram a violência sexual e a representatividade. Manifestações como a Marcha das Vadias, que havia surgido desde 2011, fortalecem esse coro, cujo movimento iniciou-se organizado por estudantes canadenses que saíram às ruas com o corpo à mostra para protestarem contra a culpabilização de uma colega que havia sido vítima de violência sexual por uma autoridade policial. O movimento chega ao Brasil e a outros países do mundo no mesmo ano.

Em 2012, se refletiu muito a partir da perspectiva apresentada por Malala Yousafza (jovem paquistanesa), baleada na cabeça pelos talibãs ao insistir em ir à escola. Malala se torna um símbolo do direito das meninas a frequentarem escolas a estudar em qualquer lugar do mundo. No mesmo ano, é publicada e ganha grande alcance uma palestra gravada em vídeo da escritora nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, intitulada *Sejamos todos feministas*¹¹, onde a escritora reflete sobre as visões negativas sobre o feminismo na sociedade, defendendo que todas as pessoas, e não só as mulheres, sejam feministas e lutem pelas pautas apontadas pelo movimento feminista.

O surgimento das *hashtags* que se tornaram uma importante ferramenta de mobilização feminista na internet, permitindo que mulheres de todo o mundo manifestassem sua indignação,

¹¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mSO5EgN1MII>. Acesso em: 25 jan. 2023.

passando também a expor publicamente suas experiências ligadas ao machismo e a todas as formas de violências contra as mulheres. No Brasil, (ZIRBEL, 2021; MATOS, 2014) as campanhas como #ChegadeFiuFiu, lançada em 2013 contra o assédio sexual em espaços públicos, #MeuPrimeiroAssédio e #MeuAmigoSecreto, ambas de 2015, trouxeram à tona a onipresença velada do assédio na vida das mulheres. No mesmo ano, as brasileiras foram às ruas em várias cidades em um movimento que ficou conhecido como Primavera Feminista.

Em 2015 as argentinas saem às ruas, protestando contra o feminicídio com o #NiUnaMenos. Em 2017, as americanas reagiram à eleição do candidato a presidente de seu país, numa manifestação histórica reproduzida em várias cidades. A maior delas, na capital Washington, chegou a juntar em torno de 500 mil pessoas, que se posicionavam contra condutas misóginas do presidente eleito, Donald Trump, e os retrocessos que seu governo poderia trazer para os direitos das mulheres. No fim do mesmo ano, a explosão de um escândalo envolvendo abusos sexuais cometidos sistematicamente ao longo de anos contra mulheres pelo produtor de Hollywood Harvey Weinstein, traz à tona esse tipo de violência silenciado por décadas por outras mulheres na indústria do cinema, em situações semelhantes, ocasionando o movimento #MeToo (eu também). Acusações contra homens poderosos se multiplicaram em diferentes áreas e países. No Brasil, às vésperas das eleições de 2018, mulheres lideraram grandes protestos em diversas cidades contra o então candidato a presidente da república, Jair Bolsonaro, manifestando sua oposição, visto o grande risco não só para as mulheres, mas para a garantia dos direitos humanos em suas várias alíneas. Tais manifestações foram repercutidas também nas redes sociais por meio da hashtag #EleNão, sendo o maior ato de manifestação de mulheres na história do Brasil.

Para Zirbel (2021, p.18), mesmo com as diferenças de contextos e experiência de militância, os mais distintos grupos de feministas vêm “produzindo uma agenda interseccional pautada nas lutas anti-sexistas anti-racistas, anti-capitalista, anti-homofóbicas, decolonialistas e ecofeministas”, compartilhando o enfrentamento de difíceis e complexas formas de violência e opressão, praticadas por um sistema que a mesma chama de “patriarco-capitalo-racista de dominação”.

Por fim, Perez e Ricoldi (2018, p.4) observam que o debate sobre as ondas se assemelha a “ciclos de protesto”, equivalendo-se com à “fase da intensificação de conflitos, na qual o protesto público ganha força, difundindo-se amplamente em vários setores da sociedade”, se relaciona amplamente à realidade social, política e histórica, mesmo que essas experiências se modifiquem, a depender do tempo histórico de cada País. Neste sentido, apontam como exemplo o direito das mulheres ao sufrágio universal, na Finlândia, que acontece em 1906,

enquanto que, na África do Sul, essa demanda só será atendida somente no final do século em 1993, da mesma forma que a “luta pela igualdade entre homens e mulheres”.

Pode-se afirmar, através das leituras, que esse formato de ondas é apenas uma das formas de se refletir sobre a auto-organização das mulheres, sozinhas, organizadas em grupos, por meio das ONGs e movimentos, podendo apresentar lacunas, dependendo da forma como as narrativas são construídas, quando apenas em um período/décadas, quando segue uma crença de progresso linear, dentre outros pensamentos limitantes, que tendem a diminuir e desqualificar o movimento (ZIRBEL, 2021). Nos importa nesse estudo, apresentar a seriedade desse movimento e suas contribuições para as transformações na constituição da sociedade e de se pensar enquanto povo. E nesse caso específico articulamos com as ações que mais se aproximam do exercício da educação popular e dos direitos humanos.

Outra possibilidade estudar a temática feminista é seguir a movimentação das mulheres por visibilidade de suas pautas. Uma das estratégias dos movimentos de mulheres e feministas foi estar na agenda dos direitos humanos, desde a proclamação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948 (DUDH), pela ONU. “Sem as mulheres os direitos não são humanos”, aclamavam as mulheres na Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena, Áustria, em 1973.

Referente à agenda global dos direitos humanos das mulheres vale destacar alguns resultados, principalmente a partir das décadas de 1970, 1980 e 1990, quando América Latina e Caribe se mobilizam em torno da realização da I Conferência Mundial sobre Mulher, no México, em 1975, com o tema Igualdade, Desenvolvimento e Paz, assim como nas conferências seguintes. Em 1980, a II Conferência Mundial sobre a Mulher, com o tema Educação, Emprego e Saúde, foi realizada em Copenhague, na Dinamarca. Em 1985, a III Conferência Mundial sobre a Mulher, intitulada Estratégias Orientadas ao Futuro, para o Desenvolvimento da Mulher até o ano 2000, aconteceu em Nairóbi, no Quênia. Em 1994, a Conferência sobre a população e desenvolvimento, que aconteceu no Cairo, enfatizou a importância de investir nas meninas e mulheres, propondo a melhoria da saúde sexual e reprodutiva e o planejamento familiar como possibilidade de empoderamento das mulheres e melhoria da qualidade de vida para todos. E, em 1995, a IV Conferência Mundial sobre a Mulher teve como tema central “Ação para a Igualdade, o Desenvolvimento e a Paz”, realizada em Beijing (Pequim), na China.

Essas conferências acenderam mundialmente entre os movimentos de mulheres análises diversas sobre a complexidade e ganhos desse processo, principalmente quando foram consideradas as especificidades políticas e culturais de cada região e o quanto essas diferenças poderiam somar a todas as lutas por direitos para mulheres.

No Brasil, é o momento em que efervesce vários grupos autônomos de mulheres, com críticas aos sindicatos e partidos políticos, por sua reprodução de política sexista, mesmo com a presença de militantes feministas partidárias que se articulavam no interior desses setores, dentro do movimento de mulheres e em partidos de esquerda, disputando espaços de participação e lutando por mudanças. É nesse ambiente que a Organização das Nações Unidas (ONU) realiza o ciclo das grandes conferências internacionais, sendo a IV Conferência da Mulher, em Pequim, que provoca grande visibilidade nos meios de comunicação de massa. O processo em torno da realização dessa conferência colaborou na articulação dos movimentos de mulheres e feministas no Brasil, com a realização de processos preparatórios para a participação do referido evento, gerando uma mobilização das mulheres e entre as mulheres em toda a sua diversidade em vários países do mundo.

A IV Conferência da Mulher foi uma das conferências de maior impacto, com repercussões em diversos setores, inclusive para além do movimento de mulheres e feminista, tornando-se um marco referencial. O evento debateu acima de tudo a importância do monitoramento e implementação de sua plataforma, mesmo que alguns segmentos feministas tenham tecido críticas às suas definições, por terem sido genéricas e não questionarem de forma incisiva os aspectos estruturantes das desigualdades.

São ganhos históricos que ampliou e difundiu globalmente as reivindicações, por direitos humanos das mulheres, repercutindo em nações membros da ONU, sendo parte da agenda dos governos mais democráticos.

2.2 APROXIMAÇÕES E INTERFACES ENTRE DIREITOS HUMANOS, EDUCAÇÃO POPULAR E FEMINISMO

Nesse subitem, refletimos sobre as interfaces teóricas a partir das temáticas dos Direitos Humanos, Educação Popular e feminismo, priorizando o ponto de vista do movimento feminista e mulheres do meio popular.

Para Boaventura de Sousa Santos, a história dos direitos humanos surge no século XVIII, em meio aos eventos do iluminismo. Contudo, vale observar que, desde a sua origem, seu legado foi marcado por ambiguidades e por uma dupla genealogia, seguindo esse percurso na modernidade ocidental.

Geralmente os direitos humanos são reconhecidos como uma linguagem emancipatória que provêm do Iluminismo do século XVIII, da revolução francesa e da revolução americana. O que não é referido, é que, desde então até os nossos dias, os direitos humanos foram usados, como discurso e como arma política, em contextos muito distintos e com objetivos contraditórios (SANTOS, 2014, p. 20).

O autor observa que mesmo sendo os direitos humanos uma linguagem de dignidade humana universal, quando observada a partir de outras perspectivas, essa dignidade humana pode servir a ações de opressão e dominação, a exemplo da que levou ao extermínio e colonização de muitos povos em nome do discurso civilizador dos direitos humanos. Podemos expor o Egito, por exemplo, em 1798, quando foi invadido por Napoleão em nome dos direitos humanos. Sob o mesmo discurso de civilização, se empregou a linguagem emancipatória dos direitos humanos para a colonização ao modo perverso em diversas partes do mundo, notadamente cruel na África e nas Américas. No caso brasileiro, o extermínio se deu, a princípio, pela negação aos direitos das populações indígenas em nome desse mesmo discurso civilizador dos direitos humanos. Nesse sentido, parece contraditório que a Europa tenha concebido a ideia dos direitos humanos, quando seu colonialismo subumanizou grande parte da população mundial a partir de uma única perspectiva, a eurocêntrica.

Sendo assim, a genealogia revolucionária dos direitos humanos tem sua referência na parte Norte do globo, com as revoluções; francesa e americana, que encontraram na lei e no direito relações muito próximas com a sociedade burguesa. Já no Sul global, a linguagem dos direitos humanos serviu em várias situações para justificar a colonização e exploração (SANTOS, 2014), a exemplo das civilizações na América Latina.

Nesse sentido, visando dialogar sobre essas contradições, Both e Brutscher (2006) nos ajudam a refletir sobre essa relação, compartilhando do pensamento de Bobbio (1992).

Norberto Bobbio, autor italiano que levou muito a sério a temática atual dos Direitos Humanos, dirá que “o problema fundamental em relação aos Direitos do Homem, hoje, não é tanto o de justificá-los, mas o de protegê-los. Trata-se de um problema não filosófico, mas político” (BOBBIO, 1992, p. 24). Ao nosso ver, muito mais do que exprimir uma concepção estática da normatividade em relação aos Direitos Humanos, onde teríamos chegado ao limite da constituição de leis e agora bastaria implementá-las, Bobbio chama atenção para o fato de haver uma distância muito grande nas sociedades atuais entre o que é proclamado (lei) em direitos humanos e a realidade concreta de grande parcela da humanidade. Na América Latina, uma pesquisa feita pela própria ONU em 2002 e publicada recentemente, revela que “em 15 dos 18 países analisados, mais de 25% da população viviam abaixo da linha de pobreza”. Para o Brasil, esses números significam que partimos do fato de quarenta e cinco milhões de seres humanos terem praticamente todos os direitos violados. Esse é o número mínimo de onde partimos, mas que aumenta vertiginosamente se fizermos qualquer análise mais profunda a partir

das conclusões de Viena, de que os Direitos Humanos são Universais, Indivisíveis e Interdependentes. (BOTH; BRUTSCHER, 2006, p. 01).

Boaventura de Sousa Santos (2013), em sua obra *Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos*, faz algumas contribuições nesse sentido, observando que há uma hegemonia em torno de sua linguagem. Mesmo coexistindo essas contradições, considerando o fato que uma maioria da população mundial não é sujeito de DH, ainda que esteja continuamente presente como objeto deste discurso. Segundo o autor,

A busca de uma concepção contra-hegemônica dos direitos humanos deve começar por uma hermenêutica de suspeita em relação aos direitos humanos tal como são convencionalmente entendidos e defendidos, isto é, em relação à concepção dos direitos humanos mais diretamente vinculados à matriz liberal e ocidental destes. (SANTOS, 2013, p. 03).

E propõe a superação de quatro ilusões que rondam os direitos humanos, conforme citação a seguir:

[...] a ilusão teleológica – consiste na aparente universalidade e naturalidade dos direitos humanos na sociedade; o triunfalismo, ou seja, a crença segundo a qual os direitos humanos são um bem incondicional e que todas as outras linguagens de dignidade humana lhes são inferiores em termos éticos e políticos; a descontextualização. É geralmente reconhecido que os direitos humanos, como linguagem emancipatória, provêm do Iluminismo do século XVIII, da Revolução Francesa e da Revolução Americana. O que normalmente não é referido, é que, desde então até os nossos dias, os direitos humanos foram usados como discurso, e como arma política, em contextos muito distintos e com objetivos contraditórios; e o monolitismo. (SANTOS, 2013, p. 19).

O monolitismo é considerado pelo autor como sendo a ilusão mais importante, pois consiste em minimizar e negar inclusive as contradições internas a respeito da teoria.

Para exemplificar, Santos (2014) afirma que a Declaração se considerou universal, a partir do instante em que os grupos sociais que antes não tinham a linguagem dos direitos humanos começaram a usá-la e reivindicá-la, tal como os movimentos feministas, o movimento indígena, negro, quilombolas, pessoas LGBT, imigrantes, entre tantos outros grupos que não foram concebidos pela linguagem original dos direitos humanos. Grupos que, sendo alvos constantes da discriminação sistêmica, começaram a tomar para si este conceito, defendendo que os direitos humanos não devem ser apenas individuais, devem ser coletivos, empregando a linguagem dos direitos humanos em sua própria defesa. Um discurso que serve a diferentes interesses, usado muitas vezes para controlar o poder dos Estados, e em outros contextos como instrumento político para a dominação e expansão dos interesses capitalistas, dado que o sistema jurídico, ao invés de ser um sistema fechado e autônomo, como sugere Luhmann (2000), é não raro sobreposto por códigos políticos e econômicos que fazem a

instrumentalização política do direito, seja por estruturas normativas, seja através dos jogos de interesses.

Contudo, vale ressaltar que em nosso tempo, os direitos humanos continuam a ser a única linguagem de oposição disponível para confrontar as “patologias do poder” (SANTOS, 2014, p. 27). Assim, compreendemos a necessidade de se adotar outra perspectiva de direitos humanos, se de fato queremos construir uma sociedade em que os princípios da igualdade e da soberania popular sejam efetivados. Uma perspectiva contra-hegemônica e intercultural, que deve partir dos grupos oprimidos, dando prioridade aos direitos coletivos que reivindiquem outras formas de conceber a dignidade humana, colocando o capitalismo em advertência constante, visto que este é o principal obstáculo para a efetivação real da política de direitos humanos.

Nesse sentido de reivindicação e atenção aos acontecimentos, podemos expor como exemplo o Brasil, no contexto do governo de extrema direita (2018-2022), que adotou uma política neoliberal, com um discurso de violência e contra os direitos humanos, ameaçando constantemente o sistema democrático, os direitos políticos, civis, retrocedendo em avanços e lutas históricas pleiteadas nas últimas décadas no País, afetando os direitos econômicos, trabalhistas, de proteção social. Porém, quando o neoliberalismo incorpora a linguagem dos direitos humanos a partir do discurso da liberdade e da igualdade formal, o seu limite se dá exatamente no ponto em que os interesses do capital são ameaçados.

Diante desse contexto, devemos lembrar a história dos direitos humanos por uma ótica crítica, visto que, mesmo surgindo com um propósito revolucionário e emancipatório, muitas vezes sua concepção foi utilizada servindo a diferentes finalidades, a depender dos contextos e períodos históricos. Com a primeira Declaração Universal dos Direitos Humanos, não foi diferente. Ela expressa determinado momento político e uma motivação histórica, erguida no contexto da Guerra Fria, em 1948, após as barbáries da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), a Declaração representou formalmente um novo acordo mundial para limitar o poder dos Estados-nação, a fim de evitar novas guerras e destruição em massa da humanidade.

O contexto da Guerra Fria marca esta polarização do mundo ocidental, que se dividiu em dois grandes blocos políticos e por anos viveram em constantes disputas: um liderado pelos Estados Unidos, usando sua lógica política e econômica capitalista, e o outro, pela União Soviética, que vivia sob o regime político “comunista”. Nesse cenário, a Declaração surge com toda a sua potência, estabelecida pela Organização das Nações Unidas, tendo como seu principal porta-voz os Estados Unidos da América. A Declaração afirmou os direitos civis e

políticos dos indivíduos, com a promessa de promover o bem-estar das populações com a vantagem da liberdade e do respeito, sob a égide da dignidade humana para todos os povos.

Assim, utilizando os princípios da Declaração, os Estados Unidos asseguraram sua lógica capitalista como sendo superior a socialista, uma vez que respeita o que a nação da América do Norte postula como direitos humanos universais. A partir disso, se cria uma ideia no mundo ocidental de que as violações dos direitos humanos só ocorriam no lado soviético, no lado ocidental não existia violação dos direitos humanos, pois se respeitava as liberdades políticas e civis. Mais um exemplo de incoerências já pontuadas neste estudo, visto a escolha de um lado do bloco passível de direitos, considerando que nesse contexto o discurso dos direitos humanos foi utilizado para estigmatizar e isolar o bloco soviético. Enquanto os Estados Unidos acusavam seus opositores de violarem os direitos humanos, eram o país o responsável por uma larga experiência de intervenções imperialistas na América Latina, com o propósito de derrubar governos progressistas que poderiam ameaçar a suposta supremacia americana, também como suas intervenções em países africanos e asiáticos.

No Brasil, a intervenção militar no governo de João Goulart, o governo que deu início à ditadura civil-militar, em 1964, teve o apoio e participação dos Estados Unidos, no período representado pelo presidente John Kennedy e pelo embaixador americano no Brasil, Lincoln Gordon, que instigou e financiou os militares para serem a oposição às forças democráticas da época e a boicotarem a economia, a fim de impedir que o país se tornasse independente e socialista.

Outro fato histórico importante é a queda do muro de Berlim (1989), que representou a vitória do bloco capitalista no mundo ocidental e, portanto, a vitória dos direitos humanos, tornando-se a partir de então uma linguagem universal acerca da dignidade humana. Entretanto, devemos questionar se de fato este triunfo representou a abertura para uma sociedade que respeita os direitos humanos. Isso porque, contraditoriamente, o que vivenciamos, a partir de 1989, é uma crise dos direitos humanos de muitas formas, como o ataque aos direitos de cidadania, aos direitos democráticos, se concretizando em longos anos de ditaduras militares principalmente na América Latina e no acirramento das condições do capitalismo, gerando colossais desigualdades e miserabilidades socioeconômicas.

Seguindo esse raciocínio, Santos (2014, p. 19), conclui que “o discurso dominante dos direitos humanos passou a ser o da dignidade humana consonante com as políticas neoliberais”. E que, se os direitos humanos impedem o desenvolvimento capitalista, logo se tornam alvo de violação. Mesmo assim, também é verdade que este discurso dominante dos direitos humanos, sendo uma concessão aberta, permitiu concessões contra-hegemônicas ao longo do tempo.

Nessa perspectiva, o autor propõe que os direitos humanos devem partir de uma luta contra-hegemônica, intercultural e que coloque em xeque seu principal limitador: o capitalismo e sua política neoliberal, pois, desse ponto de vista, os direitos humanos só fazem sentido na luta contra o regime político e econômico, que tem na sua própria lógica de funcionamento a manutenção das desigualdades sociais, econômicas e políticas, ou seja, a luta pelos direitos humanos deve ser sobretudo uma luta anticapitalista.

O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e de Convenções das Organizações das Nações Unidas (ONU) e, por isso, tem como princípio a afirmação dos direitos humanos como universais, indivisíveis e interdependentes. E, para sua efetivação, todas as políticas públicas devem considerar o ponto de vista da construção de uma sociedade baseada na promoção da igualdade de oportunidades e da equidade, no respeito à diversidade e à consolidação de uma cultura democrática e cidadã (BRASIL, 2007, p. 11).

Neste sentido e considerando o nosso objeto em estudo, continuaremos esse diálogo tratando do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), instituído em 2016 como resultado de uma construção histórica dos setores da sociedade civil organizada no país, junto a especialistas e militantes da área da educação que defendem os direitos humanos, das instituições de ensino superior entre outros sujeitos. O PNEDH é fruto do compromisso do Estado, ali subscrito com a garantia dos direitos humanos. De acordo com o plano, os direitos humanos devem ser apreendidos para socialização de conteúdo através de experiências, e devem ser praticados em todos os níveis do sistema escolar e em suas práticas educativas (BRASIL, 2007). O plano traz, dentre seus objetivos, uma relação direta com a educação, campo de investigação no nosso estudo, como podemos observar na seguinte afirmação: fomentar a reflexão, o estudo e a pesquisa voltada para a educação em direitos humanos e orientar à transversalidade da educação em sua aplicação.

A educação em direitos humanos é parte integrante do direito à educação, permitindo o reconhecimento dos direitos civis, políticos, sociais, culturais, econômicos e ambientais que preparam a cidadã e o cidadão conscientes de seu papel social para lutarem contra as desigualdades e injustiças, e que pode apontar saídas para o reconhecimento e defesa intransigente dos direitos fundamentais para todos os seres humanos, na defesa e fortalecimento da democracia (SILVA; TAVARES, 2010).

Segundo Mendonça (2010), a Educação em Direitos Humanos pode ser compreendida como um processo sistemático e multidimensional que orienta a formação dos sujeitos de direitos, articulando várias extensões, como a apreensão de conhecimento sobre Direitos Humanos; afirmação de valores, atitudes e práticas que expressam esta cultura; compromisso

com uma consciência cidadã; desenvolvimento de processos metodológicos participativos; e fortalecimento de práticas individuais e sociais que gerem ações e instrumentos que favoreçam a promoção e a defesa dos direitos humanos.

Portanto, a transformação possível, presente na Educação em Direitos Humanos (EDH), tem a finalidade de contribuir com o desenvolvimento de sua condição, para que se ative na luta por seus direitos, no cumprimento de seus deveres e na fomentação de sua humanidade. Assim, desenvolve Tavares (2007), ao afirmar que todos os direitos estão interligados e a materialização de um direito está relacionada com a concretização dos outros direitos. O PNDH-3/PR (BRASIL, 2010), no Eixo Orientador V, aborda a transdisciplinaridade e transversalidade nas atividades acadêmicas em Direitos Humanos, reconhece a educação não formal como espaço de defesa e promoção dos Direitos Humanos, e determina a sua inserção num processo de apoio à memória e à história dos movimentos sociais em articulação com o Eixo Orientador I, que trata da interação democrática entre Estado e sociedade civil, como instrumento de fortalecimento da democracia participativa. Como garantia desse processo, estão a participação e o controle social das políticas públicas em Direitos Humanos, num diálogo plural e transversal entre os vários atores sociais que agem em direção ao fortalecimento dos Direitos Humanos, como instrumento transversal das políticas públicas e de interação democrática.

Este estudo especialmente tem foco na educação popular, haja vista a capacidade de diálogo desse campo para com a dignidade humana, apregoada pelo discurso da declaração dos Direitos Humanos, quando propõe a promoção e o bem-estar das populações, sob a égide da dignidade humana para todas as pessoas, um jeito de aprender e ensinar que se fortalece e se identifica com o que Paulo Freire (2001) propõe, quando faz a crítica à educação bancária, apresentando uma proposta construída como alicerce para uma educação libertadora. Uma educação como prática da liberdade, fundamentada na teoria da ação dialógica, alterando o modelo do autoritarismo presente nas escolas tradicionais pelo diálogo democrático que deve se fazer e se repensar nos diferentes espaços de vivências e de aprendizagens. Uma educação que exige que todas as pessoas envolvidas estejam engajadas na luta para alcançar a libertação, em um processo incessante de conquista, se dando em conjunto com as pessoas participantes, visando como resultado uma conscientização em que os homens e as mulheres (crianças, jovens e adultos) compreendam a sua capacidade ontológica e histórica de serem mais, bem mais do que acreditam ser Freire (2001). Essa experiência acontece pela atitude dialógica, que contribui na reflexão crítica em sua relação com o mundo para uma libertação autêntica, na medida em que lembra a experiência das “práxis, que implica na ação e na reflexão dos homens sobre o

mundo para transformá-lo” (FREIRE, 2001, p.67). Dessa forma é possível que outras relações sejam construídas entre os seres humanos, comprometidas com as mudanças para uma nova realidade inclusiva a todas as pessoas.

Both e Brutscher (2006), no artigo “Educação Popular e Direitos Humanos, Pautas Pedagógicas para a Atuação”, observam que a educação popular propõe maior aproximação com a realidade, no sentido de considerar todas as pessoas nas metodologias de aprendizado, uma sugestão democrática em dinâmica de desenvolvimento.

A educação popular constitui-se para responder à dicotomia entre o discurso pedagógico de que a educação tem compromisso com o desenvolvimento da totalidade da humanidade, bem como com a democracia e com a cidadania e a prática educativa que exclui a maioria dos seres humanos dos processos educativos e, conseqüentemente, do desenvolvimento humano e cidadão. Ela se propõe fazer educação a partir e com as classes subalternas e populares, historicamente oprimidas e roubadas em sua humanidade, isto é, excluídas do desenvolvimento humano e cidadão que deveriam levar. A educação popular parte da tese, tão bem elaborada por Paulo Freire no seu livro *Pedagogia do Oprimido*, de que atuando junto aos oprimidos e levando eles à condição de sujeitos da sua libertação, ela está recuperando tanto a humanidade roubada dos oprimidos como a humanidade perdida dos opressores (já tematizado por Hegel na dialética do Senhor x Escravo) e, assim, desenvolve a humanidade como um todo, que no geral é o tom do discurso pedagógico. (BOTH; BRUTSCHER, 2006, p. 02).

Este modo de pensar coloca a educação popular em um patamar sociopolítico, recomendando às sociedades para uma responsabilidade político-pedagógica à mobilização das classes populares pelos princípios democráticos e solidária e com justiça social. É uma pedagogia que acolhe várias frentes, servindo como proposta educativa inclusive aos movimentos sociais. Nádia Rodrigues, em *Educação Popular Integral: um quê de utopia*, reflete a respeito, sobre o papel dos movimentos sociais, através de seus grupos, e elabora a respeito de sua aproximação para um entendimento diferenciado do “trabalho, da tecnologia, da propriedade como valores de uso e não de troca como determina a forma histórica da relação social capitalista” (RODRIGUES, 2006, p. 220), recomendando que

A concepção de educação que enfoca a ideia de que a vida e o mundo não são mercadorias e que o parâmetro e medida de tudo é o ser humano, aponta críticas radicais ao capitalismo tardio e às perspectivas que subordinam o trabalho, a educação, a ciência e a tecnologia à lógica do capital e do mercado. (RODRIGUES, 2006, p. 220).

A educação popular se configura como um movimento de força que contribui para o exercício dos direitos humanos na prática do cotidiano.

Nesse sentido, a reprodução das desigualdades se daria através dos padrões culturais. Para que haja mudança, é necessário o reconhecimento de que a identidade de gênero obedece

a padrões culturais altamente discriminatórios: “o diálogo para desvendar quais práticas respondem à discriminação de gênero pode abrir uma grande oportunidade para construir processos de relações inclusivas”, como propõe Freire (2011, p. 57).

[...] a pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro em que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão se comprometendo, na práxis, com a sua transformação; o segundo, em que, transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser a pedagogia dos homens em processo de permanente libertação. (FREIRE, 2011, p. 57).

Freire (2011) reflete sobre o aprendizado que acontece para cada indivíduo e os sujeitos coletivos também no coletivo, sendo a superação concretizada “por si mesmos” um empoderamento que acontece em prol da própria autonomia, mesmo sabendo que esta realidade é construída a cada passo e em diálogo com outros atores-chave. E nesse caso a educação popular chega a ser um acontecimento em torno de práticas político-pedagógicas de denúncia da exclusão social das classes e de grupos populares, propiciando a criação de metodologias e referenciais teóricos de inclusão social, amplamente diversa, considerando a cultura de cada povo. A Educação Popular tem como base um conjunto de práticas de resistência ao modelo formal de educação, assim como uma perspectiva de crítica à sociedade instituída, agregando diversas dimensões: política, ética, metodológica e epistemológica.

Assim como pensava Freire (2011), compreendemos a Educação Popular como um esforço de mobilização, organização e capacitação científica, técnica e política das classes populares, que visa à transformação e inclusão social, no sentido de entender que as práticas pedagógicas são provenientes de um chão concreto cultural de cada sociedade. Nesse sentido, vale observar o que expõe MOREIRA (2021, p. 190) sobre a prática educativa da Associação SEDUP Serviço de Educação Popular:

[...] a presença do SEDUP na região do Brejo paraibano fez emergir um movimento educativo popular, realizado de forma subterrânea, sem visibilidade, sempre em busca de potenciais organizativos que foram interrompidos por força da repressão do regime militar, mas que estavam submergidos à espera de tempos propícios para brotarem e ganharem vitalidade. (MOREIRA, 2021, p. 190).

A educação popular, como instrumento para a percepção e construção de leituras da realidade, propicia análises de contexto e do tempo da luta, assim como observa Marcela Tchimino Nahmías, em seu artigo “Os desafios da educação popular frente à diversidade e à exclusão”, onde afirma que a educação popular nasce no Brasil justamente quando a necessidade de liberdade é reivindicada no contexto da ditadura militar, período em que o apelo era sobretudo pelos direitos fundamentais. “Contexto que mostra que a maior necessidade era

trabalhar pela liberdade, e da geração de uma consciência coletiva, transformadora e libertadora, permitindo a quebra das cadeias da opressão” (NAHMÍAS, 2006, p. 123).

Entretanto, nos novos tempos, esta necessidade se reverbera em lutas contra a opressão do mercado e a exclusão social, através da conscientização político-pedagógica. Para a autora, “existia um inimigo comum ao qual enfrentar, e a Educação Popular representou um papel-chave ao tornar visíveis os atropelos e buscar caminhos para a resistência e a geração de uma consciência crítica, por meio de um método fundamentalmente dialógico e de espírito crítico” (Nahmías, 2006, p. 127). O “pedagogizar a diversidade cultural”, considerando que ela se manifesta de modo amplo, significou a análise dessas dimensões como consciência, por serem diversas e se relacionarem entre si, a exemplo da perspectiva de gênero.

Nesse caso também se incluem as experiências organizativas dos movimentos feministas e de mulheres, pois perpassam por fundamentos que dialogam entre si, também com o movimento de educação popular, principalmente quando se fala da problematização e relação dialógica como elementos que favorecem o processo da pesquisa e análises, vislumbrado nas experiências de educação popular. Nesse sentido da transformação da realidade, quando os oprimidos se reconhecem nessa condição e acreditam que podem ser mais do que sempre acreditaram que pudessem ser, a pedagogia proposta pela educação popular se mostra em diálogo com a reflexão sobre a opressão de gênero, raça e classe, conforme abordaremos acerca da realidade das mulheres das comunidades populares e periféricas, sujeitos em estudo pela ótica dos Direitos Humanos para as mulheres.

Para compreender as bases de sustentação das desigualdades que afetam as mulheres, enquanto categoria de análise que vive sob uma condição humana desigual no que se refere aos homens, ajuizaremos brevemente a partir do ponto de vista de Hannah Arendt (2007), por meio de sua obra *A Condição Humana*, ao tratar das esferas pública e privada, visto que alguns aspectos são reproduzidos até hoje, atravessando vários períodos históricos, desde a Grécia Antiga até a época moderna. Arendt busca entender a existência humana, compreender a natureza dessas sociedades e sua evolução para refletir sobre as origens da alienação no mundo moderno.

Nesse contexto, a autora faz uma genealogia da ação política, sublinhando a oposição entre a esfera daquilo que é comum (*koinon*) aos cidadãos – a esfera pública da política. A esfera privada engloba o trabalho e a produção, assim a ação faz parte da esfera pública, uma vez que envolve os indivíduos na política, sendo a obra e o trabalho partes da essência humana que não exigem a presença de outros seres humanos, aquilo que lhes é próprio (*idion*) ou do domínio da casa (*oikos*) – a esfera privada.

Arendt (2007) aponta três conceitos principais: trabalho, produção e ação. O trabalho é necessário à sobrevivência biológica e efetiva-se na atividade do animal que labora, o qual, a partir de um estágio primitivo de existência, vivia isolado dos outros seres humanos regendo-se apenas pelos ditames fisiológicos da vida animal. A produção é o estágio do *homo faber*, que produz objetos duráveis (técnicas), partilhando o seu saber de fabrico com outros homens. Finalmente, a ação é a característica matricial da vida humana em sociedade. Os homens agem e interagem uns com os outros no seio de uma vida política em sociedade, sendo a ação a única característica da essência humana que depende exclusivamente da contínua presença de outros seres humanos.

A autora coloca o trabalho (*labor*) e a produção (*work*) no domínio da esfera privada, enquanto a ação estaria ligada exclusivamente ao plano da esfera pública. O privado é o reino da necessidade e o público, o reino da liberdade. A ação nunca é equivalente a um trabalho necessário à sobrevivência biológica ou à produção técnica, caracteriza-se por uma atividade comunicacional mediada pela linguagem da pluralidade de opiniões no confronto político, efetivada através da retórica.

A esfera privada é a esfera da casa, da família, daquilo que é próprio ao homem, que nesse caso baseia-se em relações de parentesco com a família, espaço de irmandade, mas que se trata de um reino de violência em que só o chefe da família exercia o poder despótico sobre os seus subordinados: a sua mulher, filhos e escravos, sem existir qualquer discussão livre e racional. Os homens viviam juntos subordinados por necessidades e carências biológicas, por exemplo: alimentação, moradia, segurança. A necessidade motivava toda a atividade no lar: o chefe da família proporcionava os alimentos e a segurança face a ameaças internas e externas, a mulher também era tida como propriedade do chefe da família. O poder do chefe da família não era limitado a qualquer lei, ele exercia um poder totalitário sobre a vida e a morte, mesmo que na esfera privada.

O poder dos homens sobre as mulheres também havia feito o filósofo inglês John Stuart Mill, no início do século XIX, refletir criticamente a respeito da sociedade de sua época, por meio de sua obra *A Sujeição das Mulheres*. Mill (2006, p. 15) diz que “o princípio que regula as relações sociais existentes entre os sexos – a subordinação legal de um sexo a outro, está errado em si mesmo, e, portanto, é um dos principais obstáculos para o desenvolvimento humano”. Assim, a sociedade perdia quando mesmo uma só mulher talentosa fosse impedida de exercer uma profissão permitida a todos os homens, mesmo os mais medíocres.

Desse mesmo modo, os poderes conferidos aos homens sobre as mulheres despertavam neles o que havia de pior: a tirania e violências. O filósofo defendeu a emancipação das

mulheres no que se refere aos direitos pessoais, legais e políticos sobre a propriedade, voto, carreira profissional e política, quaisquer que fossem de interesse da mulher. Mill estava imbuído das informações reivindicativas das mulheres da época, do movimento em prol dos direitos da mulher do século XVIII, da efervescência da Revolução Francesa (1789), simbolizada pela revolucionária francesa Olympe de Gouges.

Contudo, me apoiarei principalmente nos estudos de Heleieth Saffioti (1976), a exemplo de sua obra *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, visto que dialoga diretamente com o público pesquisado. A estudiosa apresenta as diversas faces da condição da mulher no Brasil, desde período colonial, do ponto de vista da organização familiar, política, da educação, economia dentre outras.

A organização do movimento feminista no Brasil, apesar de ter resultado da importação de ideais que não encontravam muito eco na sociedade brasileira (neste sentido, teria, se tivesse tido pleno êxito desde seu início, criado um grande hiato entre a legislação referente à mulher e as verdadeiras relações sociais que a interiorizavam), inoculou, em boa parcela das mulheres, a aspiração de libertar-se e de emancipar-se através do trabalho, processo este que foi amadurecendo à medida que, efetivamente, iam os elementos femininos penetrando em áreas até então reservadas exclusivamente aos homens. Deste ângulo, sua «importação prematura» operou como fator positivo, porquanto permitiu certa concomitância entre o amadurecimento das ideias feministas e o avanço da mulher em determinadas áreas como as do trabalho fora do lar, da educação, da participação na vida social em geral. A obtenção do direito ao voto, mais de um decênio antes que a França, não levou, todavia, a mulher a participar significativamente da esfera política. Nada há a estranhar, entretanto, pois se trata de fenômeno corrente nas sociedades de classes. (SAFFIOTI, 1976, p. 155-156).

A autora observa ainda que o Brasil viveu diversas formas de organizações feministas de bases ideológicas distintas, contudo, aponta algumas fragilidades no princípio das primeiras décadas do surgimento do movimento no Brasil.

A análise do feminismo, realizada na Parte I do presente trabalho, é válida, em suas linhas gerais, para o feminismo brasileiro. O feminismo preocupado exclusiva ou precipuamente com os problemas imediatos da mulher, aparentemente autônoma face às ideologias políticas, constitui, na verdade, decorrência de uma perspectiva de pensamento que pode ser classificada: 1. de utópica, se realmente acredita possível transformar profundamente os papéis e a posição social da mulher nas sociedades competitivas, sem alterar, concomitantemente, as bases em que está assentada e organizada a vida social. Neste caso, a consciência feminista está inconscientemente comprometida com o status quo capitalista; 2. de conscientemente compromissada com a ordem social competitiva, se, lutando pela completa igualdade social dos sexos, souber, de antemão, contentar-se com uma igualdade parcial, plenamente compatível com aquela ordem, pois, mesmo nos países em que as diferenças de direitos entre homens e mulheres foram abolidas, persistem desigualdades de fato. (SAFFIOTI, 1976, p. 158).

Saffioti é considerada uma das referências mais importantes do feminismo no País, influenciando pesquisadoras e gerações de feministas. Suas pesquisas, estudos feministas e de gênero reverberaram para além de suas fronteiras e tornaram-se marcos para as feministas de esquerda no Brasil. Saffioti afirma que as mulheres devem ser sujeitas de sua própria história, articulando as interrelações entre o preconceito, patriarcado e capitalismo, sendo uma das primeiras intelectuais brasileiras a articular diferentes marcadores sociais de diferença, dialogando com as dimensões de gênero, raça e classe, tecendo argumentos sobre as transformações na ordem patriarcal de gênero e sua intersecção histórica com o racismo e com o capitalismo. Afirmou que:

[...] o pertencimento a um sexo/gênero, raça/etnia limita a estrutura da sociedade, numa estrutura racista, sexista e classista, considerando obviamente que as trabalhadoras não se constituem da mesma forma que os trabalhadores. Elas são sempre trabalhadoras mulheres brancas ou trabalhadoras mulheres negras ou de outra raça/etnia. (SAFFIOTI, 2003, p. 36).

Todas as pesquisas e obras da socióloga têm sido de suma importância para se refletir sobre a condição das mulheres e sua formação no exercício das lutas por direitos, voltando atualmente a ser referência recorrente nos estudos realizados por feministas das novas gerações.

Dialogaremos ainda com outras estudiosas que seja possível relacionar com os temas da pesquisa, a exemplo de Gusmán (2003, p. 147), que descreve que o movimento feminista, promoveu significativas contribuições na medida que os questiona.

[...] conceitos e paradigmas do conhecimento social e do caráter das ciências que teria dividido a realidade, empobrecendo-a em disciplinas; evidenciando a falha das dicotomias separando o público do privado, o produtivo do reprodutivo, o trabalho do não-trabalho; enfatiza a importância da rotina cotidiana na reprodução do sistema, e a subversão da ordem social, reivindica o papel das mulheres e das subjetividades nos processos sociais.

A autora propunha um novo discurso que considerasse a realidade das mulheres, inclusive dos setores populares. Observa que o “movimento” dos direitos humanos reconheceu o movimento feminista, quando da convocação das conferências de 1975, 1980, 1985, ocasião em que a ONU (Organizações das Nações Unidas) discutiu as questões relativas às mulheres, o que pode ser averiguado por meio de relatórios, dentre outros tratados. No primeiro momento, se discutiu sobre a eliminação de todo tipo de discriminação contra a mulher, em sua integralidade, assim como as políticas de desenvolvimento em igualdade de condições e oportunidades, aconselhando às sociedades o agenciamento de pesquisas e diagnósticos sobre as temáticas apresentadas pelo movimento feminista para a produção de dados e o

conhecimento das diferentes realidades das mulheres nos diversos países no que diz respeito às suas condições em todo o mundo.

Nesse sentido, convém apontar os principais documentos referenciais da ONU: *Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher* (CEDAW, 1979) – documento produzido no âmbito internacional e reconhecido pela Assembleia Geral da ONU, que definiu o que constituía a discriminação, como a exclusão ou restrição baseada no sexo, que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício da mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nas esferas política, econômica, social, cultural e civil, apresentando uma agenda de atividades, em prol do fim de qualquer forma de discriminação contra as mulheres; *Plano de Ação da Conferência de Beijing* (1995) – assim como as conferências mundiais sobre mulher que antecederam (México, Copenhague e Nairóbi). Conferências são de grande importância, pois sugerem ao movimento de mulheres uma agenda política bem específica no sentido das negociações junto aos governos, dentre outros atores da sociedade civil, para a implantação de uma agenda de Estado, com as demandas reivindicadas pelas mulheres.

Por fim, nesse contexto, é importante expor documentos provenientes desses tratados: *Carta das Nações Unidas* (1945); *Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher* (1979); *Declaração de Viena* (1993); *Declaração sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher* (1993); *Convenção de Belém do Pará* (1995); *Declaração de Beijing* (1995); *Protocolo Facultativo à Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher* (CEDAW). O último passou a vigorar no país somente em 2002. Por fim, destacamos o *Pacto Planetário*, envolvendo 191 Estados-membros das Nações Unidas (2000) em torno das Metas do Milênio, a serem cumpridas até 2015, assumindo em duas delas o empenho de promover a igualdade de gêneros e empoderar as mulheres (terceira meta) e melhorar a saúde materna (quinta meta).

À luz desses documentos e tratados, dialogaremos com as teóricas feministas, com literaturas relevantes do ponto de vista conceitual e de aproximação com a realidade do estudo. Neste sentido, Camurça e Silva (2010, p. 24) afirmam:

O que vive uma mulher não é explicado apenas pelas relações de gênero do tipo patriarcal – relações de dominação dos homens sobre as mulheres – mas por outras relações sociais que também são de opressão e/ou de exploração, como as relações raciais, inter-étnicas e as relações de classe.

De acordo com as teóricas, “as relações sociais, em seu conjunto, configuram um sistema de dominação sobre as mulheres, sistema que se transforma no tempo e por contextos particulares, mas mantém seu eixo na dominação dos homens sobre as mulheres” (CAMURÇA; SILVA, 2010, p. 24). Portanto, é necessário compreender as conjecturas das estratégias para a transformação social, partindo das diferentes questões, incluindo as epistemológicas, perpassando pelas inquietações originárias, até mesmo do ponto de vista das metodologias utilizadas nos processos de formação, articulações e fortalecimentos do movimento.

Nesse sentido, adotaremos o conhecimento teórico-metodológico de contextos, considerando as experiências dos grupos que também considerou as mulheres trabalhadoras e periféricas por entendermos que ampliar a noção de território aponta o espaço-tempo no qual as relações sociais tomam lugar e expressam suas particularidades, através de práticas sociais concretas (ÁVILA; FERREIRA; ARANTES, 2016). Tal perspectiva leva em conta os chamados grupos de reflexão, realizados junto a mulheres de comunidades dos bairros populares que fortaleceram sua atuação a partir das décadas de 1970, 1980 e 1990. Estas atividades se baseavam na relação entre narrativa da experiência pessoal e análise de contexto político, social e histórico.

Conforme observa Silva (2021), nos anos de 1990, os movimentos feministas e suas diversas vertentes apresentaram à sociedade significativas contribuições a respeito de lutas por políticas públicas para as mulheres do campo, da cidade, da floresta, principalmente no que se refere à igualdade de gênero e pelo fim das violências contra as mulheres.

Assim, a pesquisa e os objetivos deste estudo explicitam anuência com o materialismo histórico e dialético como método de investigação e análise da realidade social, conforme sugere Saffioti (1992) ao analisar as trilhas do método dialético e as particularidades da opressão e exploração das mulheres pelo patriarcado, pelo capitalismo e pelo racismo, sistemas que produzem as desigualdades e se sustentam mutuamente de forma distinta em determinados períodos históricos. A teórica feminista faz aproximações a respeito das contradições entre o conceito de gênero, classe e raça, assim como a constituição do sistema de dominação e exploração.

Saffioti foi uma das primeiras teóricas a analisar as trilhas do método dialético, sobre as particularidades da opressão-exploração das mulheres no contexto das economias dependentes. Dialogaremos com este pensamento da teoria feminista, principalmente quando revela em suas alíneas as expressões das desigualdades, que se manifestam também no interior da classe trabalhadora, mediando-se por outras relações sociais de opressão. A pensadora expõe a abordagem materialista, no sentido de observar que o sexo não é uma faceta natural, faz parte

de uma construção social, que dividiu a humanidade em dois grupos sociais: mulheres e homens, sendo as mulheres subordinadas ao segundo grupo. São grupos que compartilham experiências objetivas e subjetivas distintas, mediadas pelas determinações de classe e raça, já apontadas por Beauvoir (2009), dando sentido ao pensamento teórico que perpassa objetivamente e subjetivamente pelas experiências desses grupos sociais, ou seja, ser mulher é pertencer a um grupo, partilhando com outras mulheres uma experiência de subordinação, desvalorização, opressão, exploração, dominação e diferentes formas de violência.

No que se refere aos direitos humanos das mulheres, consideraremos alguns períodos históricos, nos quais as lutas por direitos das mulheres se evidenciam através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em suas conferências e tratados, até os diálogos que permeiam a experiência prática de muitas mulheres no exercício de suas reivindicações na construção por processos de mudança. Carole Pateman (1992), em seu livro *Participação e Teoria Democrática*, apresenta a experiência da participação das mulheres em grupos reivindicativos por direito à participação das decisões no local de trabalho e nas indústrias, na mesma linha de Mill (2006) e Perrot (2005) – ao versarem sobre a ação combativa de muitas mulheres que pleitearam seu lugar na história da humanidade. Ao fim, chegamos às teóricas feministas orgânicas: pesquisadoras da atualidade que discorrem sobre as organizações de mulheres e suas experiências na luta por direitos e participação, a partir das comunidades populares e periferias, principalmente da região do Nordeste do Brasil, a exemplo de Ávila, Ferreira e Arantes (2016); Tavares (2010); Camurça e Silva (2010) e Arantes (2018).

São estudiosas que nos apresentam informações e pesquisas contemporâneas sobre o ponto de vista de classe, gênero e raça, numa perspectiva popular, considerando processos vividos pelas comunidades e grupos/movimentos que constroem a incidência política com pautas reivindicativas das mulheres na luta por direitos. Lutas que agregam marcadores históricos como os dispositivos de desigualdades, em prejuízo das mulheres, acentuando ainda mais quando esta mulher é negra, lésbica/trans, em situação de pobreza socioeconômica, vivendo em comunidades populares nas periferias das cidades e ou em comunidades rurais.

Para Delphy, trata-se de redescobrir o feminismo como movimento social que instituiu as mulheres como sujeito político (ÁVILA, 2005), contudo adverte que a arena política ainda é mantida sob controle dos homens, sendo necessário cada vez mais mulheres em movimento, fortalecendo os processos de diálogos e estudos para contribuir cotidianamente na formação de uma consciência crítica. Pois como movimento, precisa se atentar ao desafio político-pedagógico de sua ação, método que subsidia para a concepção sobre a própria exploração e opressão.

O movimento feminista brasileiro tem repetido em sua prática experimentos de reflexão coletiva a respeito da realidade de ser mulher, sob tempos de sistemas patriarcais, racistas e capitalistas. Estes momentos são também espaços coletivos de formação na ação, mobilização e de ampliação do próprio movimento, ao mesmo tempo em que se constroem as leituras conjunturais a respeito da condição de ser mulher e os consensos do modo de atuação coletiva. Uma práxis que se desafia a todo instante, a cada encontro, intercâmbio, leituras. Existe uma magnitude de desafios que acompanham o movimento desde o seu surgimento, como por exemplo, compreender e explicar as mulheres em sua singularidade, ao mesmo tempo que organiza a ação política diante da infinidade de dificuldades e desigualdades enfrentadas pelas mulheres. Por outro lado, em diversos momentos da luta política, o movimento feminista também tem a capacidade de construir unidade diante de tantas prioridades que vão das questões individuais às políticas.

Observamos que o caminho ainda é longo, há muito o que se fazer a respeito da fragilidade dos direitos conquistados até agora e dos retrocessos concretos vivenciados pelas mulheres. Conforme afirmava Beauvoir (2009, p. 29), já no século passado, “basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam colocados em questão”. Portanto, não é novo afirmar a urgência de fortalecer pautas que coadunem com os Direitos Humanos para as mulheres, que costumam ser as primeiras atingidas em contextos de crise, conforme se observa no processo de mundialização neoliberal. As mulheres somam, em grande parte, por exemplo, a parcela da população com os postos de trabalho mais precários e desvalorizados, são diretamente as mais impactadas quando há redução do Estado em situação de crise, principalmente quando se refere às políticas sociais de saúde, educação, assistência, dentre outras, além da sobrecarga de trabalho que lhes é imposta, especialmente as das classes mais pauperizadas.

Da mesma forma, a formulação de políticas sociais com foco nas famílias, na prática da vida das mulheres, funciona com transferência dos encargos (DUQUE-ARRAZOLA, 2004) para as mulheres, pela reprodução das famílias e mediação da divisão sexual do trabalho, e as encarrega das responsabilidades, acumulando a dupla ou mais jornadas de trabalho.

As mulheres dedicam seu tempo aos cuidados de seus familiares, impossibilitando muitas vezes sua dedicação aos estudos e à atuação em espaços de poder, de representatividade, participação e de tomada de decisões a seu próprio respeito, conforme propõem Prá e Epping (2012), em artigo que examina as ações de cidadania e de proteção dos direitos humanos das mulheres. As autoras falam da importância da articulação global dos movimentos de mulheres e feministas e o seu impacto na configuração de acordos internacionais e da agenda pública

nacional nos três últimos decênios. Analisam a conexão entre estudos feministas, de gênero e de capital social para refletir sobre os padrões de inserção política feminina nos âmbitos mundial e brasileiro, avaliando os sentidos e significados dessa participação e a sua incidência na geração de mudanças legais e culturais, orientando à equidade de gênero e à expansão da cidadania das mulheres.

O Brasil tem participação em reivindicações no âmbito internacional, por meio da ratificação de planos, acordos, tratados e protocolos em prol dos Direitos Humanos para as mulheres, resultado das mobilizações de movimentos de mulheres e feministas, que têm construído diálogos “em decisões negociadas com instâncias sociais e governamentais” (PRÁ; EPPING, 2012, p. 33.), que em muitos países produzem “possibilidade de intervir no desenho e na gestão de políticas públicas, incluindo na disputa a garantia de direitos. Desse cenário emana uma nova concepção de cidadania fundamentada na ideia do reconhecimento e da ampliação de direitos da população feminina”.

Por fim, as autoras observam que as principais teóricas do movimento feminista no Brasil propõem a continuação de produção de conhecimentos na prática cotidiana a respeito da realidade de uma sociedade construída sob sistemas de desigualdades e da opressão sexual para as mulheres, que se reproduz através de culturas determinadas por uma sociedade patriarcal, suscitando diversos tipos de violência como a dominação e a exploração das mulheres (SAFFIOTI, 2004). Segundo a teórica feminista, este processo de violência tem raízes na família, que naturaliza e reproduz um poder que vem da ideia da supremacia masculina, motivando e alimentando as desigualdades sociais e suas estruturas desiguais.

Contudo, nas últimas décadas, os movimentos de mulheres e feministas, em sua atuação, acenderam possibilidades e oportunidades para que as mulheres em sua diversidade possam exercer e ocupar, por direito, espaços de poder de participação política e social (PINTO, 2010; CAMURÇA, 2010). Assim, entendem ser necessário o fortalecimento de suas bandeiras e ativismo por equidade, igualdade e transformação social até que todas sejam livres e sujeitas de direito, alterando a ordem em vigor.

3 PRÁTICAS EDUCATIVAS POPULARES E LUTAS SOCIAIS DAS MULHERES NA REGIÃO DO BREJO PARAIBANO

Nesse capítulo, discutiremos as lutas sociais na região do Brejo paraibano, com foco nos movimentos de educação popular e das mulheres trabalhadoras organizadas, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT), que surge na região, nos anos de 1980. Mulheres que estavam envolvidas certamente com a realidade do povo, exposta na época em Guarabira e região. Moreira (2021, p. 40), observa que a região estava imersa em várias tensões, conflitos provenientes principalmente da luta por reforma agrária e, a partir desse chão, iniciam-se serviços e movimentos de apoio aos trabalhadores, lutadores por direitos humanos dentre outros.

Trata-se de um cenário de conflitos que envolveu muitos atores da sociedade civil paraibana, com destaque para a Igreja Católica através da Pastoral Rural, além de outros órgãos e serviços que foram sendo criados pela Diocese de Guarabira, a exemplo do Projeto educativo do menor (PEM), Centro de Orientação de Orientação dos Direitos Humanos (CODH) e o Serviço de Educação Popular (SEDUP), os quais apoiavam os processos de organização e mobilização dos trabalhadores juntamente com os sindicatos, grupos de oposição sindical e CEBs na região.

Foram instituições e movimentos que influenciaram significativamente na e para a mobilização e formação do povo, o que fomentou o aparecimento de novos movimentos, a exemplo do próprio Movimento de Mulheres Trabalhadoras.

De acordo com Souza (2019, p. 65), esses grupos procuravam difundir um trabalho de conscientização política, no que se refere “aos direitos e liberdade de expressão entre as próprias mulheres”, debatendo principalmente as questões de gênero. Este processo refletia a realidade opressiva e de violência à qual as mulheres estavam submetidas no seio familiar e no espaço de trabalho, assim como aponta a cartilha *Mulher: nossa vista clareou* (1984), material de estudo produzido na época pela Associação Serviço de Educação Popular.

Figura 2 - Cartilha *Mulher: nossa vista clareou*



Fonte: acervo SEDUP (1984).

Nessa perspectiva, Tosi (1988, p. 48) expõe que este movimento começa organizando as mulheres a partir dos pequenos grupos, a princípio, por dentro da própria estrutura das lutas sociais, em um período em que imperava o poder do latifúndio na região, monopolizada pela monocultura da cana-de-açúcar. Porém, faz-se necessário lembrar que nessa época, a partir dos anos de 1980, a região do Brejo passa por um período de fortalecimento das lutas sociais, principalmente pela terra e sindicais. Tosi (1988, p. 48) reflete a respeito, expondo, sobre as lutas sociais no campo:

as áreas de conflito representam ilhas de resistência que não conseguem reter à tendência da concentração fundiária e ao processo de proletarização. A grande maioria das famílias de pequenos produtores que moravam e trabalhavam nas propriedades já foram expulsos e se encontram nas periferias das cidades ou emigraram para a outras regiões.

A luta pela terra na região fazia parte da resistência e se apresentava de diferentes formas, desde a busca por agentes pastorais e sindicalistas que apoiavam a causa da organização de mutirões para o trabalho na terra, construindo processos que fortalecia a tradição do coletivo. Experiência que fez com que os trabalhadores ampliassem seu entendimento de sociedade, assim como dos problemas sociais que vivenciavam, fortalecendo a própria organização,

sindicatos, filiação partidária, dentre outras lutas, provocando rupturas, saída do isolamento e ampliando as relações.

Nesse sentido Tosi (1988, p. 75) expõe a primeira mobilização dos trabalhadores canavieiros de forma organizada por direitos trabalhistas, tendo seu auge entre os anos de 1982 a 1984, com a realização de primeira greve, que tinha como objetivo impulsionar o acesso a direitos e instigar as ações trabalhistas na justiça.

Entretanto, vale lembrar que a resistência pelo o direito de permanecer na terra na região já vinha desde as Ligas Camponesas, fundadas em 1958 por João Pedro Teixeira, na cidade de Sapé, que contava com filiação de 227 trabalhadores rurais (MUNIZ, 2000). Teixeira liderou ações organizativas junto aos trabalhadores rurais, com o objetivo de combater a miséria em que viviam a população do campo, na região (BANDEIRA, 1997). Por isso, foi assassinado por encomenda de um grupo de latifundiário da região da várzea, em 1962. E as organizações sindicais que entram em conflitos, que na época, algumas defendiam os interesses das Ligas Camponesas (SILVA, 2011), outras não, visto que muitos desses sindicatos havia sido fundada com o apoio de setores conservadores da igreja católica e do Estado. Com o tempo, essas estruturas sindicais passam por reconfigurações significativas, conforme, assim cita SILVA (2011):

Segundo Koury (1983), a ação da igreja católica com os trabalhadores rurais, na Paraíba, enfrentou um processo paulatinamente, diverso, desde os anos sessenta, até os dias atuais. Um exemplo bem significativo está na CEPLAR, que inicialmente, se fundamentava numa visão conservadora, mas com o aparecimento da Ação Popular – AP, 1961, e do Movimento de Educação de Base – MEB 3, esta redefiniu sua orientação e, no final de 1963, envolve-se com o processo de Sindicalização Rural no Estado, passando até a integrar uma frente conjuntamente com outras forças de esquerda atuantes no contexto rural paraibano, constituindo-se como uma das forças que se contrapunham à orientação conservadora da Igreja ao movimento camponês. (SILVA, 1982, p. 82).

Nesse período o sindicato de força mais progressista, era presidido pela sindicalista Margarida Maria Alves, que liderou por doze anos o Sindicato Rural (STR) de Alagoa Grande, PB. Suas principais lutas junto aos trabalhadores e trabalhadoras no campo pautavam: melhores condições de trabalho no campo e a garantia dos direitos trabalhistas, como a carteira assinada, férias, 13º salário e repouso remunerado. Margarida Maria Alves foi a primeira mulher a presidir um sindicato na região do Brejo e uma das primeiras no Brasil.

Junto com Maria da Penha do Nascimento e outras mulheres, visitou as casas das famílias e promoveu pequenas reuniões, incentivando a participarem também de mulheres a participarem da luta pelos direitos trabalhistas. Era uma proposta ainda muito tímida, mas era

o começo da incorporação das mulheres trabalhadoras rurais e camponesas na luta por direitos, este sujeito até então ausente, invisível, sendo aos poucos incorporadas aos debates da luta agrária, (FRANCO GARCÍA, 2004). A sindicalista foi assassinada em 1983, a mando de fazendeiros e usineiros da região.

Por causa dos conflitos agrários na região do Brejo paraibano com e muitas lideranças do povo ameaçadas e algumas assassinadas, é criado em Guarabira, PB, o Centro de Defesa dos Direitos Humanos (CDDH), com objetivo de assessorar e dar apoio jurídico as lideranças.

Nessa região, por muitos anos prosperou o latifúndio monocultor da cana-de-açúcar, monopolizando todo o território e as relações de trabalho e produção, explorando os trabalhadores nos canaviais e a expropriando os camponeses de suas moradias e da terra.

Nesse contexto, a diocese de Guarabira, coordenada por Dom Marcelo Pinto Carvalheira¹², numa parceria com a Irmã Valéria Rezende¹³, da Congregação de Nossa Senhora (CSA), funda o Serviço de Ação Educativa, com o objetivo de defender a justiça social e os direitos humanos dos grupos excluídos da sociedade. Nos primeiros anos de sua existência, desenvolveu atividades voltadas para a organização comunitária junto aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, com a Pastoral da Terra, e com os trabalhadores urbanos periféricos, a exemplo das empregadas domésticas, trabalhadores da limpeza urbana, dentre outros sujeitos, realizando atividades educativas de alfabetização de crianças, jovens e adultos nas comunidades da cidade e região do Brejo. Mais tarde, no princípio dos anos de 1990, este Serviço de Ação Educativa, sob assessoria e apoio dos idealizadores torna-se a Associação Serviço de Educação Popular (SEDUP), com atuação na região até os dias atuais. Ainda neste capítulo, será

¹² Dom Marcelo Pinto Cavalheiro (1928 – 2017) Pastor afinado com as pessoas no convívio da comunidade de fé e pelos direitos humanos. Sua permanência em Guarabira-PB, foi decisivo na promoção da conscientização política e social na região do Brejo. Apoiou as lutas sociais: Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Centro de Orientação dos Direitos Humanos (CODM), Programa Comunitário de Educação Popular (PROCEP), Associação das Viúvas, inclusive aquelas cujos maridos foram assassinados durante a ditadura no Brasil, Pastoral da Juventude do Meio Popular (PJMP), e outros. Sócio fundador da Associação Serviço de Educação Popular (SEDUP). Pesquisa: <https://arquiocesepb.org.br/dom-marcelo-entre-a-oracao-e-a-acao/>

¹³ Irmã Valéria (Maria Valéria Rezende) Natural de Santos/SP, radicada na Paraíba desde 1976. Integrou a direção nacional da Juventude Estudantil Católica e, após o golpe de 1964, abrigou na sua casa militantes que lutavam contra o regime militar. Entrou para a Congregação de Nossa Senhora - Cônegas de Santo Agostinho em 1965. Graduiu-se em Língua e Literatura Francesa pela Universidade de Nancy e em Pedagogia pela PUC-SP. Fez mestrado em Sociologia na Universidade Federal da Paraíba. Desde a década de 1960, trabalha com educação popular, atuou em várias regiões do País e outros continentes, contribuindo com projetos de formação p/ educadoras/es em diferentes regiões do País e outros continentes. Morou no sertão de Pernambuco e em Recife/Olinda na década de 70. Desde meados dos anos 1970, veio residir em Guarabira - Brejo paraibano e, 1988, em João Pessoa -PB. Publicou vários livros e artigos de não ficção. Estreou na literatura em 2001, com o livro *Vasto Mundo*. Ganhou o Prêmio Jabuti de 2009 na categoria literatura infantil com *no Risco do caracol*, em 2013, categoria juvenil, com *Ouro dentro da cabeça* e em 2015 nas categorias romance e *Livro do Ano de Ficção*, com *Quarenta dias*. Pesquisa: https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_cultura/maria-valeria-rezende-ganha-premio-literario-cubano-pelo-romance-outros-cantos

apresentada a associação, devido a sua importância para o estudo apresentado de acordo com a *Cartilha sobre a História da Associação*, publicada pela ocasião dos 30 anos do SEDUP (2015).

Diante desses processos inicialmente apresentados, é importante ressaltar a influência do movimento de cultura e de educação popular, que se mobilizava desde a década de 1960 (BRANDÃO; 2016). “Nunca antes os sujeitos de classes populares, homens do campo, os povos indígenas foram convocados a assumir sua própria passagem de agentes econômicos a atores sociais responsáveis pela sua própria história” (BRANDÃO;2016).

É nesse sentido que o desenvolvimento dos direitos humanos em educação esteve e está notadamente relacionado ao surgimento e consolidação de prerrogativas que se integram mais extensivamente ao significado de cidadania em sua envergadura histórica. (MARINHO; COLAÇA, 2016, p. 246).

Para Marinho e Colaça (2016), a práxis da educação popular a partir da concepção freireana se consolida entre as décadas de 1960 a 1990, enquanto fomento de defesa dos direitos humanos.

3.1 O SEDUP E SUAS PRÁTICAS DE MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA

A Associação SEDUP – Serviço de Educação Popular, organização não governamental sem fins lucrativos, com sede em Guarabira, Paraíba, fundada em fevereiro de 1981, surge como uma Ação Educativa da Diocese de Guarabira. Quando fala sobre a memória e a história da associação, Moreira (2021, p. 11) revela que a instituição nasce da pastoral social da Igreja Católica na região do Brejo paraibano. Em um período de ditadura militar, em que a Educação Popular agia provocando mudanças estratégicas, simbolizando “forças de oposição ao regime militar, que pode ser definida com esta fórmula: da esquerda armada à esquerda alternativa...”.

Surge, a princípio, como parte da pastoral da Igreja Católica, depois torna-se autônoma. Em sua composição agregou desde o início educadoras/es, pessoas que se colocavam integralmente na militância, a “serviço dos movimentos sociais, que não queriam ser liderança, deixando esse papel aos trabalhadores [...]”. O autor continua: “Neste sentido a experiência do SEDUP se insere no movimento de Educação Popular libertadora que estava se espalhando por todo o Brasil e América Latina, com influência também em outras partes do mundo” (MOREIRA, 2021, p. 13).

Nesse perspectiva da trajetória da Associação Serviço de Educação Popular, a cartilha publicada pela ocasião dos 30 anos da associação (SEDUP, 2015, p. 5-7) fala de sua “germinação”, evidenciando as linhas de trabalho da organização, que naquele momento visavam sindicatos rurais e organizações populares, numa proposta de formar lideranças comunitárias e sindicais, além de prestar assessorias e acompanhar os grupos para o seu fortalecimento em suas frentes de luta, que se organizavam em Guarabira e região. Nessa perspectiva, o documento aponta que, com a evolução dos trabalhos, em 1983, este serviço de Ação Educativa passa a se organizar internamente por setores: Comunicação e Documentação Popular, Formação Sociopolítica e Sindical. Atuando com assessorias para a organização sindical e trabalhadoras/res rurais. Na ocasião o SEDUP, oferece “assessoria técnica e educativa”, no sentido de contribuir com o debate a respeito das diferenças salariais dos trabalhadores na região e problemas que se destacava desde a produção e comercialização dentre outras demandas dos trabalhadores e trabalho produzido pelos agricultores, “parceiros, arrendatários, meeiros, ” em situação de conflitos pela posse da terra.

Ainda na década de 1980 o SEDUP se aproxima das atividades com mulheres, respondendo a demandas de um pequeno grupo, pertencente à Comissão Pastoral da Terra (CPT), a “pastoral rural”, para apoiar as reflexões de sensibilização em prol da ampliação da participação das mulheres nos espaços organizativos da pastoral e contribuir com a organização das mulheres camponesas. As mesmas se sentiam excluídas dos espaços de decisão da pastoral, assim como aponta Moreira (2021, p.141).

O que se observou foi que a ação de organização e mobilização camponesa realizada pela pastoral rural em torno da luta pela terra reproduzia as relações sociais de dominação em torno das questões de gênero presentes na sociedade, quando não valorizava a participação da mulher nas atividades de base e assembleias. Realidade que se constituiu em um dos principais fatores para a insatisfação das poucas mulheres presentes nesse espaço. Atitude que as levou a questionar se valeria a pena continuar participando, tendo em vista a falta de reconhecimento da participação feminina. (MOREIRA, 2021, p.141).

Nesse sentido, o SEDUP apoiou as mulheres camponesas pedagogicamente, desde processos metodológicos para a capacitação e formação dos grupos de mulheres e de sua organização, considerando os princípios da educação popular.

Nesse período, na década de 1980, a Instituição produziu instrumentos pedagógicos e de comunicação, com materiais embasados na proposta educativa popular e produziu uma pesquisa junto aos trabalhadores rurais, considerando “três eixos: condições de vida do trabalho do assalariado da cana-de-açúcar, perfil dos associados dos sindicatos dos trabalhadores rurais e reprodução dos pequenos agricultores rurais” (MOREIRA, 2021, p. 124).

Em 1991, com a evolução e organização dos trabalhos e por causa da fragilidade dos ideais da teologia da libertação, num contexto eclesial mundial de disputas políticas dentro da própria estrutura da Igreja, evidenciam-se retrocessos em relação aos avanços das duas décadas anteriores de trabalho junto ao povo com ideal libertador – promovido por alguns bispos, padres e religiosas na América Latina, a exemplo de Dom Marcelo e a Irmã Valéria, com sua atuação no Nordeste brasileiro. Neste período, o serviço de Ação Educativa torna-se uma entidade autônoma institucionalmente formada, o que se constituiu em um marco estratégico e histórico para a Associação SEDUP Serviço de Educação Popular, como é conhecida até os dias atuais.

A associação continuou sendo apoio nas lutas sociais na região, desenvolvendo ações voltadas a diversas áreas, na luta por direitos, inclusive com mulheres, como pontua Moreira (2021, p. 140) a respeito de um movimento realizado por mulheres da Pastoral Rural, no início da década 1980. Com intuito de se organizarem em prol de suas pautas específicas, o grupo busca suporte da Associação SEDUP para contribuir com seus processos pedagógicos, tendo em vista a articulação, sensibilização e adesão de novas mulheres, assim como para prestar assessorias sobre determinados debates.

Essa discussão no interior da pastoral se deparou com algumas dificuldades, pelo perfil dos participantes ser predominantemente de homens, o que apresentou muita resistência para a aceitação da participação e organização das mulheres de forma ativa, como relata uma participante desse movimento. “Não foi muito fácil pra gente começar essa estória. Tinha uma repressão tão grande. As mulheres são tão oprimidas. Os maridos não queriam deixar, diziam mil coisas. Tem delas hoje até separadas (OXFAM,1990)”. (MOREIRA, 2021, p. 141).

Particularidades vivenciadas por mulheres que se reproduzem até os tempos de hoje, mesmo que se observem algumas mudanças, a exemplo de uma maior participação das mulheres organizadas através de suas coletivas, grupos e movimentos na região conforme foi evidenciado em nossa pesquisa, e algumas conquistas em âmbito nacional como a Lei Maria da Penha, que propõe a sociedade uma mudança de postura em relação à violência contra as mulheres.

Mesmo com alguns avanços no campo do acesso a direitos e políticas sociais, a associação manteve sua ligação com as pastorais da Igreja Católica, movimentos populares e organizações dos trabalhadores rurais da região Diocesana de Guarabira, apoiando os grupos de produção comunitária na cidade (produção de redes, roupas etc.), bancos de sementes comunitários na zona rural e realização da capacitação profissional. Contudo, alguns redirecionamentos foram se pautando na década de 1990, principalmente na área urbana de Guarabira, como o apoio às novas lutas e movimentos populares que pleiteavam acesso aos

serviços públicos: água, serviço de esgoto e pavimentação. Agregaram-se a este trabalho ainda novas categorias de trabalhadores e trabalhadoras, almejando seu fortalecimento por meio de associações e sindicatos, a exemplo de professores, associação de lavadeiras, empregadas domésticas e comerciários/as.

No final dos anos 1990, a Associação SEDUP Serviço de Educação Popular se destaca pelo trabalho de alfabetização de centenas de pessoas que não tinham acesso à escola formal. Muitas delas conseguiram aprender a ler também as estruturas que as oprimiam e a desenvolver melhor suas atividades cotidianas, aprimorando o trabalho organizativo, a partir de suas comunidades. Por meio desse projeto de alfabetização, realizado pela associação com intuito de despertar a consciência crítica dos sujeitos em seus papéis como cidadã e cidadão, a organização recebeu dois prêmios: Prêmio Educação para qualidade do trabalho, em 1997, e Prêmio Paulo Freire especial, 1998, do FAT/Ministério do Trabalho, pelo reconhecimento do trabalho de alfabetização de jovens e adultos desenvolvido nos assentamentos rurais e na cidade de Guarabira.

Nas duas décadas seguintes, 2000 e 2010 a Associação SEDUP dá continuidade ao seu trabalho com a mesma radicalidade inicial, implementando algumas mudanças, principalmente a respeito das ações de alfabetização. Com a iminência das políticas públicas educativas e a ascensão de governos de campos populares, a instituição decide não oferecer mais aulas de alfabetização escolar, mas prossegue com a formação de base e o desenvolvimento de cursos oferecidos às comunidades, grupos e defensoras/es de direitos humanos, associações e sindicatos. Os processos educativos tratavam de compartilhar informações e formação para a participação e incidência política e social, a exemplo do o trabalho “De olho nas contas e políticas públicas”, realizado na última década. Neste sentido, a organização colheu frutos ao longo de seus anos de atuação, acumulando com as experiências em anos de trabalho junto às comunidades e assentamentos da reforma agrária, na escuta e acompanhamento de suas principais demandas.

Desde sua fundação, o trabalho da Associação SEDUP agregou outras lutas, sempre garantindo sua radicalidade na ação e ampliando também seu alcance geográfico. Atualmente, as atividades estão concentradas em quatro municípios: Guarabira, Pilões, Serraria e Areia. Outras ações pontuais são desenvolvidas nas demais cidades da região do Brejo e da Paraíba. Porém, a organização prioriza os projetos com as mulheres, residentes nos bairros populares e periféricos da cidade e dos assentamentos da Reforma Agrária na região atendida, com agricultores e agricultoras familiares de assentamentos rurais da reforma agrária e as juventudes da cidade e do campo, com atenção maior à juventude urbana. O foco são grupos e coletivos

mais vulneráveis, alcançados pela realidade de precariedade social, nível profundo de pobreza e desrespeito aos direitos humanos.

São mais de quarenta anos de história, dedicados aos mais necessitados da região, desde a alfabetização de jovens e adultos, como o apoio e fomento de experiências alternativas junto às comunidades: construção de cisternas, experiências de bancos de sementes comunitários, hortas nas comunidades rurais, fundo rotativo solidário, coletivas de mulheres com produção de sabão ecológico (reutilizando o óleo de cozinha), além das diversas temáticas que compõem as atividades formativas, com um diálogo coerente e conjunturalmente atualizado junto aos grupos com os quais trabalha a organização, visando a melhoria da vida das pessoas, a partir de sua comunidade. Moreira (2021, p. 192) observa que a atuação da associação passa por mudanças ao longo desse período. No entanto, o SEDUP conseguiu preservar “o seu legado pedagógico e político vinculado ao pensamento crítico, sempre tentando contribuir com o processo de transformação social e atento aos desafios colocados pelas mudanças conjunturais, assim como o contexto de participação dos movimentos sociais populares e suas demandas”.

A Associação SEDUP, promove ações educativas por meio de processos de formação que se organizam considerando as várias dimensões, desde atividades que se preocupam com a organização dos grupos, associações, dentre outras estruturas organizativas do movimento social na região, propondo a promoção da justiça social e dos Direitos Humanos. Neste sentido, Moreira (2021, p. 13) pontua que a “educação popular praticada pela SEDUP não é somente um método de alfabetização, mas uma ferramenta de conscientização dos trabalhadores, dos canavieiros, dos posseiros, das mulheres”. Afirma ainda que a organização promove um exercício original e criativo, fazendo com que as/os envolvidas/os se tornem protagonistas “de sua própria libertação e história”.

A organização desenvolve uma ação educativa que segue um fluxo diferenciado, conforme pontua Libânio (2002), compreendendo a educação não escolar, desenvolvida por organizações profissionais, científicas e culturais, tais como agências formativas para grupos sociais. O autor reflete a respeito dos processos que constituem o objeto de estudo da pedagogia, como um campo próprio de investigação e justifica a sua existência pelo estudo sistemático das práticas educativas que se realizam em sociedade como processos fundamentais da condição humana. Dessa forma, segundo o estudioso, à pedagogia convém investigar a natureza, as finalidades e os processos necessários às práticas educativas com o objetivo proposto.

Estas atividades educativas utilizam uma metodologia contextualizada na realidade, uma prática de educação popular, conforme aponta o Freire (2011, p. 38), reforçando a “práxis, que implica na ação e reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo”. O educador

está convencido de que a “libertação autêntica” é um processo de humanização, diferente de algo que depositamos nos homens como mais uma palavra mítica, oca de significados, uma concepção mecânica da consciência, onde enxergamos o outro como um ser vazio que precisa ser preenchido, pensamento que rege a “educação bancária”. Ao contrário, a educação popular é um exercício libertador e problematiza as práticas dos seres humanos em sua relação com o mundo.

Na última década, desde 2013 a Associação SEDUP vem recebendo apoio financeiro para a realização de suas principais atividades de uma cooperadora alemã (MISEREOR)¹⁴, por meio dos Projetos Trienais. No Trienal (2019-2021)¹⁵, o projeto teve como foco o fortalecimento da organização de base para participação social. Em que o SEDUP se propôs, dentre outros objetivos, promover o fortalecimento dos grupos de base, por meio de processos de formação, mobilização e incidência política. A instituição expõe, como principais mudanças promovidas pelo projeto: avanço da organicidade institucional, fortalecimento de parcerias locais e melhorias nas condições de vida das mulheres, jovens e agricultoras/es atendidas/os pelo projeto, no que se refere à participação no trabalho realizado com as mulheres. Esta proposição deveu-se à organicidade dos grupos localmente, resultado das formações de base, com promoção de seminários e rodas de diálogos com as mulheres, sobre os mecanismos de enfrentamento da violência doméstica, economia feminista e solidária e levantamento de temáticas, o que era necessário para a incidência política.

Mesmo sendo um triênio difícil, haja vista a pandemia da Covid-19, e diante do contexto difícil da política socioeconômica do Brasil, o trabalho junto às mulheres a partir de suas coletivas conseguiu encontrar alternativas, com intervenção e apoio às comunidades e grupos. Com encontros de autocuidado, com promoção de campanhas educativas para o enfrentamento à Covid-19, bem como a chamada de atenção da sociedade para o aumento da violência contra as mulheres, que se agravou durante a pandemia.

Outra iniciativa foram as ações de solidariedade, por meio de fornecimento de cestas básicas às mulheres e suas famílias, em parceria com outras instituições que apoiaram coletivos por meio de editais extraordinários de solidariedade, como a FIOCRUZ, Fundo Baobá, Fundo Magalú de Combate à Violência contra as mulheres, CNBB e a MISEREOR, esta última, também apoiou as mulheres na produção e geração de renda, atendendo a dois dos grupos:

¹⁴ MISEREOR - Existe desde 1958, têm em sua missão o compromisso com a “Proximidade, compaixão e empatia para com pessoas que sofrem necessidade, caracteriza o trabalho de Misereor até os dias de hoje”. Pesquisa realizada no dia 01/05/2023, realizada pelo site: <https://www.misereor.org/pt/sobre-nos>

¹⁵ Trienal - Informações retiradas dos relatórios de avaliação e planejamento dos trienais de 2019- 2021 e 2022-2024(em exercício) da Associação SEDUP Serviço de Educação Popular.

Coletiva de Mulheres Guerreiras do Mutirão e Grupo de Mulheres do Nordeste, acompanhados pela Associação SEDUP e foco deste estudo. O aporte deu-se no fortalecimento da fabricação de sabão ecológico, reutilizando o óleo de cozinha, e na confecção de máscaras de tecido que foram comercializadas, gerando renda para as mulheres, o que contribuiu para ajudá-las diante das dificuldades trazidas com a Covid-19 e o novo contexto político, social e sanitário.

O projeto trienal atualmente em desenvolvimento tem como foco o fortalecimento das organizações populares: *Mulheres, Juventudes e Agricultoras/es da reforma agrária no território do Brejo paraibano* (Projeto Trienal 2022-2024). Elege como grupos prioritários e beneficiários/as do projeto as mulheres residentes nos bairros populares e no meio rural; os agricultores e agricultoras familiares de assentamentos rurais da reforma agrária e as juventudes da cidade e do campo, com uma atenção às juventudes e mulheres negras.

No que se refere às mulheres atendidas pelo projeto, observa-se um processo de organização de caráter coletivo, em crescimento, visto que nos últimos três anos, essas coletivas de mulheres passaram de quatro grupos de mulheres, a partir das periferias da cidade de Guarabira, para 17 grupos organizados, cuja abrangência territorial estende-se desde a cidade de Guarabira ao trabalho com as mulheres do Campo, dos assentamentos da Reforma Agrária de Areia, Pilões e Serraria, todos localizados na região do Brejo paraibano. É um trabalho que pretende ampliar o alcance da mobilização das mulheres, para a formação e organização dos grupos e coletivas de mulheres, no sentido de fortalecer as ações por direitos e acessos às políticas públicas, principalmente no que se refere ao fim da violência contra as mulheres, acesso ao trabalho e renda, ao protagonismo e empoderamento político e a outras questões que considerem relevantes em suas vidas.

Figura 3 - Imagens do Encontro de planejamento semestral com as lideranças de mulheres dos grupos de Guarabira e dos Assentamentos da Reforma Agrária de Areia e Pilões



Fonte: acervo do SEDUP, 2022.

A Associação SEDUP tem mais de 40 anos de história e traz em sua memória a história de vários combates, testemunhou o trabalho, as tristezas e frutos das pejejas, construídos pelo povo na região o Brejo da Paraíba. Por causa de seu trabalho, a organização obteve reconhecimento público, constituído pelos títulos de Utilidade Pública Estadual (Lei n ° 6.279/96 de 10.05.1996) e Utilidade Pública Municipal (Lei 18/96 de 11.04.1996). Possui ainda Inscrição no Conselho Municipal da Assistência Social e é filiada à ABONG – Associação Brasileira de ONGs.

3.2 LUTAS SOCIAIS E PROTAGONISMO DAS MULHERES NA PARAÍBA

Nesta subseção, discorreremos de forma breve/bastante sintética, sobre as principais movimentações das mulheres na Paraíba, com foco no Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT) do Brejo, e suas contribuições para a organização local das mulheres engajadas desde a luta sindical, pela terra, por salários dignos, por direitos.

Na Paraíba, o movimento feminista surge no final dos anos 1970, através de mulheres que se organizam em grupos de resistência contra a ditadura militar, algumas componentes eram mulheres que retornavam do exílio ao Brasil, imbuídas de ideias libertárias e ex-presas políticas, ansiava por um país democrático e pela anistia, inicialmente com adesão de mulheres

que tinham filhos, companheiras, mães, esposos presos ou desaparecidos políticos pela ditadura militar. Foi um movimento que teve repercussão nacional de “norte a sul”, por meio de um manifesto. Tamanha repercussão fez com que esse tema chegasse a ser refletido na Conferência do Ano Internacional da Mulher, que aconteceu no México em 1975, conforme expõe Teles (1999). Momento histórico do ponto de vista da participação e de temas relacionados às mulheres, com a presença de cerca de mil mulheres.

No Brasil, algumas mulheres já se encontravam de certa maneira organizadas – com muitas dificuldades, é claro. Com a repressão política nas fabricas e nos sindicatos, os bairros populares de periferia transformaram-se em espaços de resistência, estimulados pelas mulheres, que constituíam a própria vida desses bairros. (TELES, 1999, p. 84).

Essas mulheres deixaram uma grande contribuição no que se refere ao legado de “ideias feministas, no Brasil”, relevantes para o que se seguiu. A partir desses lugares a mulher brasileira passou a “ser protagonista de sua própria história”, levantando as próprias pautas e bandeiras de luta, por direitos específicos para as mulheres e se impunham às questões gerais da movimentação social e política da década de 1970.

Voltando a Paraíba, as ações feministas organizaram-se a princípio por meio de grupos de reflexão para falar sobre a condição das mulheres, naquele início final dos anos 1970, período que vivíamos sobre a opressão e tortura, causada pelo regime ditatorial. E nesse contexto, com objetivo de fortalecer os ideais emancipatórios das mulheres, processo que também era realidade em outras regiões do País. Nesse sentido, a cartilha *Retalhos de uma História*, de 2001 da Cunhã Coletivo Feminista, traduz como o movimento feminino pela Anistia. A princípio, essas mulheres não se reconheciam como feministas, tinham como objetivo trabalhar pela revisão de processos jurídicos das presas políticas paraibanas que estavam no presídio de Itamaracá, PE (SOUZA, 2001). Surgiram desse processo de articulação política dois grupos: o primeiro se uniu às lutas do movimento popular e o outro se integrou ao movimento feminista, somando-se ao primeiro grupo feminista da Paraíba, o Centro Maria Mulher, em 1979, logo difundido como Maria Mulher, composto em sua maioria por acadêmicas, autônomas que exercia esse trabalho de forma voluntária.

O Maria Mulher promovia seminários e reflexões a respeito do feminismo, com intuito de provocar mudanças de mentalidade, da consciência crítica sobre a realidade das mulheres. Atuou nos espaços urbano e rural, publicou diversos materiais educativos, sobre corpo, sexualidade e educação sexual. (SOUZA, 2001, p. 13-14). Foi o responsável pelo o primeiro grupo de estudos sobre a mulher da Universidade Federal da Paraíba – de onde surgiram

algumas publicações e congressos a respeito da temática. Destaca-se as ações com as camponesas de Alagamar e na região do Brejo paraibano.

O Grupo Feminista Maria Mulher construiu, junto com outros coletivos de mulheres da região Nordeste, para a realização do III Encontro Feminista do Nordeste, em 1983, deixando uma grande contribuição para o movimento feminista da Paraíba. Este grupo se dissolve no final dos anos de 1980. Sobreira (2017, p. 33), ao dissertar sobre o Maria Mulher, expõe que o grupo atuou fortemente na abertura da primeira delegacia especializada da mulher no Estado, e contribuiu com a primeira manifestação pública para denunciar o assassinato de uma mulher, no Estado, a poeta Violeta Formiga, assassinada pelo marido em 1982. O grupo desenvolvia um trabalho educativo feminista pela valorização dos corpos das mulheres, pela liberdade e pela igualdade. De acordo com a estudiosa, o Maria Mulher colaborou com o MMT (Movimento de Mulheres Trabalhadoras) nos primeiros anos de seu surgimento, por meio de oficinas formativas, inclusive participando do I Encontro Estadual de Mulheres Trabalhadoras na região do Brejo, que aconteceu, em março de 1986, em Guarabira, PB, que contou com a participação de mais de duas mil mulheres. O Maria Mulher participou ainda de vários eventos nacionais e internacionais, que refletiam sobre as temáticas feministas.

Segundo Sobreira (2017, p. 19) nos anos seguintes, surgem grupos em João Pessoa e em outras regiões do estado, a exemplo do surgimento, em 1982, o Grupo Mulheres, em Campina Grande, PB, e das reverberações desse grupo, nasce o Grupo Raízes. E na região do Sertão em 1983, surge o Grupo Sertão Mulheres.

No início da década de 1990, é constituída a Cunhã – Coletivo Feminista, surge da confluência de mulheres feministas e de outros grupos, trabalhando com vários temas ligados à autonomia das mulheres, protagonizando as lutas por direito e pela a igualdade de gênero. Desde a sua fundação desenvolveu várias atividades formativas, campanhas, produção documentos e outros, se articulando aos diversos grupos e redes locais, regionais e em âmbito nacional e internacional pelas feministas. No mesmo período, é criado o Centro da Mulher 8 de Março, com objetivo de combater a violência contra as mulheres (Sobreira, 2017) e realizar um trabalho de assessoria a grupos e sindicatos, referentes a temáticas das mulheres e feminista.

A autora aponta ainda que surgiram outros grupos de mulheres, com pautas por direitos das mulheres, pelo fim da violência e outros, a partir do final dos anos 1970 e décadas seguintes, em diferentes regiões do Estado, a exemplo do MMT.

3.3 O MMT/PB – MOVIMENTO DE MULHERES TRABALHADORAS DO BREJO PARAIBANO

Na região do Brejo paraibano, as pautas por direitos específicos para as mulheres surgem no início da década de 1980 (DUARTE; 2014), como um movimento autônomo de trabalhadoras que questionou as condições desiguais, no desenvolvimento e expansão capitalista, do ponto de vista trabalhista e de representação, tornando-se nesse período, por suas ações na região, um movimento que se fez relevante do ponto de vista das lutas sociais das mulheres trabalhadoras na região.

Nesse período, algumas mulheres que acompanhavam os maridos nas reuniões de sindicatos e em outros momentos em que os trabalhadores se reuniam para discutir as lutas coletivas, começaram a observar que nesses ambientes o lugar de fala sempre era garantido aos homens, e as mulheres sempre ficavam caladas, só ouviam. Em um desses encontros, segundo Silva (1995), estavam três mulheres que, ao saírem da reunião, decidiram se juntar para conversar sobre as angústias de não poderem se colocar nesses espaços. Visitaram outras mulheres e realizaram pequenos encontros para conversar a respeito de sua condição de não direito, também no intuito de convencer outras mulheres a se juntarem a elas. De acordo com Souza (2019, p. 46), o movimento das mulheres trabalhadoras provinha da pastoral rural, a Comissão Pastoral da Terra (CPT) da região do Brejo, onde elas começaram a se questionar sobre a diferença de tratamento dado às mulheres pela pastoral, que na ocasião acreditava que a luta devia ser unificada.

Nesse princípio, as mulheres buscam apoio de outras organizações, também do Serviço de Educação Popular, assim como apresenta Moreira (2021, p. 141-142), expondo que a Instituição, contribuiu com a organização das mulheres camponesas. A princípio, quatro mulheres pertencentes à Comissão Pastoral da Terra (CPT), a “pastoral rural”, as mesmas engajadas no movimento do campo e da ala da Igreja Católica, ligado aos trabalhos sociais, deram início à “organização das mulheres trabalhadoras rurais na região do Brejo paraibano”.

O Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT), se institucionaliza em 1982 e se torna uma associação em 1986. Com sede no município de Pirpirituba, PB, o MMT tinha, como principal eixo de trabalho, a construção de processos organizativos, que se dava por meio de reuniões e encontros para debaterem os problemas locais do ponto de vista das mulheres. Esses momentos eram compreendidos igualmente como espaços formativos e de fortalecimento dos grupos e das mulheres, tendo também a perspectiva política organizativa, pois eram reuniões

em que se conversava de tudo, sobre o contexto social, político e econômico, além das pautas específicas das mulheres, conforme veremos.

[...] a organização de base; articulação e mobilização, formação, comunicação e cultura. Tem como objetivos: a luta pela terra e por política agrária e agrícola; a luta contra o desemprego; reforçar os grupos de produção já existentes e criar novos grupos para contribuir como a melhoria da renda familiar; organizar novos grupos de mulheres; estimular a formação e informação sobre a discriminação de gênero, classe, política sindical e econômica; garantir a auto-sustentação do MMT; incrementar a participação das mulheres na política dos Partidos dos Trabalhadores; lutar pela criação de Conselhos da Mulher em âmbito municipal, estadual e federal etc. Na área de produção e geração de renda desenvolvem ações desenvolvem ações como: criação de peixes e galinhas, corte e costura, confecção de painéis e bancos de semente. (MOREIRA, 2021, p. 165).

O movimento cresceu e chegou a agregar 35 grupos de mulheres, com atuação em várias cidades da região do Brejo, e se somava às ações do movimento de educação popular, que se fortalecia na região.

Vale ressaltar que a influência do movimento feminista acontece de modo diferenciada para as mulheres trabalhadoras, pois surge no contexto da luta pela terra e por melhores condições de trabalho no campo (SILVA, 1995). A trajetória das mulheres trabalhadoras rurais na região do Brejo paraibano, vem desse chão, tanto que é um equívoco se falar da luta e resistência dos trabalhadores no Estado sem que seja considerado o papel das mulheres trabalhadoras rurais. De acordo com a estudiosa, o MMT, desenvolveu um amplo trabalho junto às/às trabalhadoras/es rurais, que no seu tempo chegou a reunir cerca de 30 sindicatos rurais na região (SILVA, 1995), surgindo dessa representatividade várias outras mulheres, a exemplo de Maria da Penha do Nascimento, que foi também sindicalista integrante do sindicato rural de Alagoa Grande, no tempo que o sindicato foi presidido por Margarida Maria Alves¹⁶, que na época atuava na região como sindicalista, defendendo os “direitos dos trabalhadores sem terra”, tendo como objetivo, o registro a carteira dos trabalhadores, a jornada diária de trabalho de oito horas, 13° salário, férias, acesso a todos os direitos para que os trabalhadores do campo melhore-se suas condições de trabalho no campo.

Margarida Maria Alves presidiu o Sindicato por doze anos, período em que moveu mais de 600 ações trabalhistas, denunciou por diversas vezes às autoridades o aumento da violência no campo, haja vista que com a implementação do “Plano Nacional de Reforma Agrária, a

¹⁶ Margarida Maria Alves (05/08/1933-12/08/1983) “Nascida e criada em Alagoa Grande, no Brejo Paraibano, foi a primeira mulher presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade. Lá, fundou o Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural, uma iniciativa que, até hoje, contribui para o desenvolvimento rural e urbano sustentável, fortalecendo a agricultura familiar”. Disponível em: <https://www.fundacaomargaridaalves.org.br/campanha-margarida-na-memoria/>. Acesso em: 10 abr. 2023.

violência no campo foi intensificada por parte dos latifundiários, que não queriam perder suas terras, mesmo as improdutivas”. Nesta ocasião o trabalho da sindicalista na defesa dos direitos dos trabalhadores entra em conflito com os interesses dos latifundiários na região. Em reação, Margarida é assassinada em sua residência no dia 12 de agosto de 1983, tendo repercussão internacional, com denúncia encaminhada à Corte Internacional de Direitos Humanos e várias outras entidades análogas. O dia 12 de agosto, dia de seu assassinato, tornou-se conhecido como o Dia Nacional de Luta contra a Violência no Campo e pela Reforma Agrária.

Em seu discurso na comemoração do 1º de maio de 1983, na cidade de Sapé, na Paraíba, ela deixou isto bem claro: “Eles não querem que vocês venham à sede porque eles estão com medo, estão com medo da nossa organização, estão com medo da nossa união, porque eles sabem que podem cair oito ou dez pessoas, mas jamais cairão todos diante da luta por aquilo que é de direito devido ao trabalhador rural, que vive marginalizado debaixo dos pés deles”.¹⁷ (FUNDAÇÃO MARGARIDA MARIA ALVES, n.2 p.1).

Após o assassinato da companheira de luta, Penha se preocupou em registrar as ações de resistência ao latifúndio e lançou o livro: *Violência Rural e Reforma agrária e porque trabalhar com mulheres*, numa parceria com outros autores e instituições. A sindicalista tinha uma grande preocupação em deixar registrado o cotidiano das lutas e a memória da luta das mulheres na Paraíba. Lutas que estendia a outras mulheres que começaram a acreditar na mudança e na possibilidade de participação, observando que as trabalhadoras rurais vivenciavam uma “condição de exploração na esfera da economia capitalista no campo”. Daí surgiram as primeiras reflexões sobre as diferenças de gênero e como essa condição estava associada ao tratamento desigual entre mulheres e homens nas relações de trabalho e no acesso a direitos (SILVA, 1995). Dessas insatisfações e da necessidade de conversar e questionar os limites em sua participação por ser mulher nesse espaço de luta que se inicia o processo de organização do MMT na região do Brejo paraibano.

Respondendo demandas apresentadas pelas mulheres que compunham a microrregiões de Guarabira e Sapé. Segundo Laianny Cordeiro Silva de Souza (2019 p. 38-39), provem da movimentação de vários movimentos da região que passaram a existir e se fortaleciam na época, como associação das professoras, das empregadas domésticas, associação das lavadeiras de Guarabira, dos pequenos produtores e áreas de assentamento, são cenários que precedem a criação do MMT, com a contribuição de muitas mulheres, conforme descreve Souza (2019) em entrevistas realizadas para sua pesquisa.

¹⁷ Disponível em: <https://www.fundacaomargaridaalves.org.br/campanha-margarida-na-memoria/>. Acesso em: 15 maio 2023.

Para Zefinha, Penha foi a responsável pela criação do movimento de mulheres na mesorregião do Agreste Paraibano. Já para Cícera, a organização de mulheres tinha sido iniciada e levada à frente por Inês, que detinha aproximação com o SEDUP e a Diocese de Guarabira. Cícera enfatiza que “Inês era a cabeça dessas coisas, era a Inês, Ana Analice, Valeria, Izabel Sofia [...]”. (SOUZA, 2019. p. 41).

Souza aponta que Penha e Inez fizeram parte dos primeiros momentos na organização e processos formativos dos grupos, chegando a mobilizar mulheres de 21 cidades do Agreste e Mata Paraibana. As lutas dessas mulheres organizadas em movimento giravam em torno de resistir às imposições de seus patrões, contra à violência doméstica, sendo as questões de gênero o centro das discussões nos grupos de mulheres.

As principais dificuldades enfrentadas no período foram a ditadura militar, os latifundiários e a sociedade conservadora da época, que eram terminantemente contra qualquer tipo de organização que tivessem mulheres como protagonistas e ocupando as ruas. Mesmo diante desses desafios e enfrentando conflitos – principalmente com seus maridos e no âmbito da vida reprodutiva e doméstica, sendo algumas responsáveis pelo cuidado com crianças e pessoas da família –, esse contexto não foi suficiente para barrar essas mulheres e impedi-las de ocuparem seus espaços na luta política.

Vera Lúcia de Mendonça Silva, ao dissertar sobre o MMT, através de sua pesquisa *Movimento de Mulheres ou Mulheres em Movimento*, descreve o percurso das coordenadoras do movimento de mulheres do Brejo paraibano (SILVA, 1995), apresentando seu olhar sobre a ação das mulheres em movimento na região. Segundo ela, essa mobilização das mulheres teria acontecido pela percepção das mesmas sobre a realidade conjuntural da época, visando encontrar formas para sobreviver à expansão do sistema capitalista, que se estendia também no campo, e se fortalecia com a expropriação do trabalhador (SILVA, 1995, p. 25, 26 e 27).

É nesse cenário que algumas trabalhadoras iniciam sua participação nesse movimento que se organizavam na região. Movimento que acrescia à expansão do movimento feminista que se articulava em todas as regiões do Brasil, por meio de grupos de debates nas cidades e no campo, refletindo e discutindo os temas pertinentes às mulheres (SILVA, 1995, p. 25).

A participação das mulheres nesses espaços sindicais e de partidos políticos de esquerda que se organizavam e se fortaleciam na região demandou, por parte das mulheres, a construção de estratégias organizativas, de articulações e processos formativos através dos pequenos e grandes encontros que se articulavam a outros movimentos, como o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR), e mesmo com as barreiras impostas às mulheres, conforme relata Laianny Cordeiro Silva de Souza (2001, p. 14). Visto que neste período, início dos anos

1980, as mulheres ainda não podiam se associar, serem membros com plenos direitos dos sindicatos rurais, o que se tornou a partir desse momento uma das reivindicações do movimento.

As mulheres, inclusive, não tinham coragem de solicitar a fala, por timidez e medo, por “não saberem falar”, por falta do exercício de falar em público, até por acharem que não entendiam dos assuntos, que por toda a vida eram só tratados por homens. Nessa pequena reunião, deliberaram pela a promoção de encontros com as mulheres, para tratarem desses sentimentos e das questões próprias das mulheres. A pesquisadora comenta que o primeiro encontro foi bem esvaziado, mas o segundo contou com aproximadamente 50 participantes, depois de um trabalho de base realizado pelas mulheres que estavam no primeiro encontro, com o convite às mulheres por meio de visitas a suas residências.

O encontro foi um sucesso e foram apontadas por elas três grandes questões, que atingiam diretamente as trabalhadoras: “a dupla jornada de trabalho, a remuneração inferior à do homem no ato produtivo e o machismo”. Foi um momento em que se discutiu a condição de “ser mulher”, considerando as especificidades das trabalhadoras rurais, quando se perceberam e propuseram a criação de grupos que continuassem discutindo as questões específicas e as estratégias de mudança na situação de discriminação sofrida pelas mulheres. Começavam a acreditar na importância desses encontros para falarem de suas questões, na importância de promoverem a organização de grupos para se prepararem para a participação nos sindicatos, partidos, dentre outros, com as mulheres podendo falar e participar das decisões, inclusive sendo representantes desses espaços em nome da categoria.

Foi uma luta difícil, pois vários sindicalistas promoveram a política do descrédito das mulheres, outras foram oprimidas no interior de suas famílias, por meio da reprodução dos costumes patriarcais e machistas. Surgiram muitas questões e conflitos, mas não impediram o florescimento da semente plantada. As mulheres buscaram outras articulações, como estratégias de fortalecimento, com a abertura para a participação de mulheres urbanas, como as trabalhadoras domésticas, lavadeiras, professoras, ampliando assim os temas discutidos, como mulher e a terra e mulher e trabalho. A organização amplia seu rol de atuação, chegando a uma segunda fase, em que elas decidem em suas assembleias chamar seu processo de auto-organização de movimento pelos atributos, crescimento e fortalecimento da luta organizada, no ano de 1981, quando tomam consciência da força e existência do movimento. Neste momento, o movimento começa a discutir sua autonomia da organização pastoral rural, à qual estava ligado através da organização geral na região, em torno da luta pela terra.

A inserção de outras mulheres trabalhadoras no grupo faz surgir um novo debate sobre autonomia do grupo e primazia das questões a serem discutidas. Este encontrava-se completamente à mercê das decisões e determinações da pastoral, que não abria espaço para argumentações que fugia do centro de seu interesse: conflitos de terra. (SILVA, 1995, p. 47-48).

Inicialmente, as mulheres se sentiam tolhidas em suas particularidades nos instantes em que sugeriam acrescentar ao debate geral suas questões específicas, próprias da condição das mulheres. Como movimento autônomo, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras (MMT) buscou apoio junto à Associação SEDUP Serviço de Educação Popular, que, como uma organização de assessoria, passou a apoiar financeiramente algumas ações por um tempo, enquanto o movimento se fortalecia.

Nesse sentido Moreira (2021) destaca que a Associação Serviço de Educação Popular, contribuiu com o MMT, em diferentes fases do movimento. Em momentos diferentes do seu livro, mais especificamente no terceiro capítulo, o autor descreve como se dava esta relação de fortalecimento da organização das mulheres, ao tratar sobre a “Educação Popular em Tempos de Resistência” de diversas maneiras, desde o apoio financeiro a assessorias na produção das metodologias utilizadas nas ações realizadas.

Um marco importante desse processo de organização das mulheres foi a ampliação para outros territórios e outras categorias profissionais. Um primeiro alargamento aconteceu em relação à área de atuação, ultrapassou as fronteiras das comunidades rurais e chegou às “pontas de ruas” das cidades, lugar onde estavam as mulheres assalariadas rurais. O tema gerador para mobilizá-las foi a questão dos direitos, em função dos desrespeitados por parte dos patrões. Seguindo nessa direção o movimento chega às periferias das cidades, entram em cena as lavadeiras e empregadas domésticas, como novas categorias de mulheres trabalhadoras. (MOREIRA, 2021, p. 147).

Nesse período, meados da década de 1980 e nas décadas seguintes, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras amplia seu potencial de lutas, considerando a necessidade de acolher as novas pautas, com o objetivo de atender também as demandas das mulheres populares e periféricas da cidade por seus direitos, mas também pela participação e de decisão nos espaços de poder e de representatividade.

O MMT passou por várias fases desde a sua criação, com períodos mais efervescentes, e muitos outros de fragilidade. Em 2019, após um período de estagnação, decidiram em assembleia retomar as suas atividades, momento em que ampliaram o grupo, com a chegada de novas lideranças e retorno de outras, que por diferentes motivos haviam se afastado. Atualmente, conforme registros do relatório das ações formativas do Associação Serviço de Educação Popular (2023), o Movimento de Mulheres Trabalhadoras segue atuando em defesa

de suas principais bandeiras de luta. A figura 4 retrata um desses momentos, quando de lideranças do MMT, participaram de um debate sobre as políticas públicas para as mulheres.

Figura 4 - Lideranças do MMT pautando as políticas públicas para as mulheres



Fonte: Arquivo SEDUP, 2023

4 POSSIBILIDADES E CONSTRUÇÃO DE UMA CULTURA DA AUTONOMIA E DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

“O poder que a gente tem sobre nós mesmo, é isso que a gente está aprendendo aqui. Valorizar cada vez mais o tanto de independência que a gente tem.”

Janete, Comunidade do Nordeste, 2022

Apresentaremos nesse capítulo o produto/resultado da pesquisa, fruto do trabalho de campo, conforme já informado na metodologia e nos objetivos do estudo. Teremos a oportunidade de apresentar através do conhecimento empírico, os achados da pesquisa em sua forma mais fidedigna, visto que quem responde são as próprias mulheres. A proposta é dialogar e fazer as aproximações necessárias aos principais referenciais teóricos que orientam o estudo, observando a respeito da Educação Popular e Direitos Humanos numa perspectiva dos direitos humanos das mulheres.

As mulheres pesquisadas estão organizadas em grupos e fazem parte do público atendido pelo trabalho realizado pela Associação Serviço de Educação Popular, que por mais de quarenta anos oferece apoio organizativo para o fortalecimento dos movimentos sociais local. Nos últimos anos, a instituição focou seu trabalho nas mulheres das comunidades periféricas da cidade, em prol do acesso às políticas públicas, principalmente nas temáticas do enfrentamento às diversas formas de violência e da autonomia econômica e política, organizando encontros, seminários, intercâmbios formativos dentre outras configurações metodológicas. As ações visam o empoderamento e o protagonismo dessas mulheres a partir de suas comunidades, conforme apontado nos projetos trienais 2019-2021 e no Relatório das Ações SEDUP (2018; 2019; 2020; 2021).

Esse estudo se delineou pela ótica das mulheres ouvidas por meio da pesquisa, no período de 2018 a 2022, considerando, pois, o trabalho desenvolvido pela instituição que prioriza a ação na organização dos novos grupos de mulheres e nas temáticas que perpassam sua vida no dia a dia, como por exemplo as formações sobre orçamento público e incidência política, objetivando seu acesso às políticas públicas para as mulheres.

Outra fonte de informações foram os documentos da Associação Serviço de Educação Popular a respeito das comunidades e dos grupos pesquisados, buscando o melhor

embasamento para o estudo ora apresentado. Dessa forma vale ressaltar o mapeamento realizado pela organização por meio do diagnóstico *As Mulheres nos bairros populares de Guarabira: suas condições de vida*, em 2016, quando foram entrevistadas 302 mulheres de cinco bairros populares do município: Nossa Senhora Aparecida, Mutirão, Rosário, Nordeste I e Nordeste II. Segundo o documento, 75% das mulheres pesquisadas são negras, com idade entre 16 e 65 anos, das classes D e E. Em relação à renda, 40% dessas mulheres, na época, ganhavam menos do que um salário-mínimo. A maioria tem baixa escolaridade e/ou é semianalfabeta, onde 60% das entrevistadas não fizeram ou não terminaram o ensino fundamental, cerca de 20% se declararam analfabetas ou semianalfabetas, e apenas 4% estavam cursando a universidade. Das mulheres que participaram do diagnóstico, 77% já sofreram violência física e/ou sexual; 81% conhecem mulheres que sofreram violência ou presenciaram situações dessa natureza. Entre elas, 71% presenciaram atos de violência em seu bairro e 43% viram a violência acontecer em sua própria casa ou de familiares.

O perfil nos aponta que essas mulheres são marcadas por práticas de violência, reveladas de diversas maneiras, desde a falta de acesso às políticas públicas de educação e de renda ao desconhecimento da existência de serviços de enfrentamento à violência doméstica disponíveis no município, vivendo em condições de várias violações dos direitos humanos, como aponta o diagnóstico.

O relatório descritivo sobre as ações a respeito das atividades realizadas no triênio 2019-2021 (SEDUP, 2022) expõe que a associação foca no trabalho de formação dos grupos de mulheres em bairros populares da cidade de Guarabira e nos assentamentos da reforma agrária na região do Brejo paraibano, especificamente dos municípios de Areia, Pilões e Serraria. Segundo o relatório, o principal objetivo da instituição a respeito do tema é o fortalecimento dessas mulheres, a partir da organização de grupos, com ações sobre enfrentamento à violência e as políticas públicas voltadas para as mulheres. Conforme o relatório, por meio de oficinas formativas a partir de temáticas sobre a Economia Solidária e Feminista e sobre o modelo de autogestão com a perspectiva popular, formas de geração da renda, que as mulheres vão se juntando e se reconhecendo nessas lutas, visto que são Coletivas de mulheres em situação de grande vulnerabilidade econômica e social. A ação junta a essas coletivas contempla ainda as temáticas que tratam do enfrentamento às diversas formas de violência contra as mulheres, com estudos e reflexões sobre a Lei Maria da Penha e do Femicídio e como reivindicar efetivamente esses direitos.

Esse trabalho teve um crescimento efetivo de mulheres entre os anos de 2021 e 2022, haja vista o apoio do Projeto Sementes de Margarida/SEDUP (2020), aprovado por meio do

Edital Magalú de Combate à violência contra a mulher, no contexto de pandemia da Covid-19. O Projeto Sementes de Margarida teve como objetivo fortalecer as mulheres organizadas em grupos, acompanhadas pelo SEDUP, na cidade de Guarabira, PB, e Assentamentos da Reforma Agrária na região do Brejo paraibano, por meio de formação e capacitação para esses grupos incidirem politicamente em prol de acesso às políticas públicas para as mulheres. As temáticas que compõem a formação se delinearam em dez temas de trabalho que se vinculam: Lei Maria da Penha; Ciclo da violência contra as mulheres; políticas públicas para as mulheres e políticas sociais; Participação social, política e democrática; Divisão sexual do trabalho; Equidade de gênero; Economia feminista e solidária; Autogestão e participação; Mulheres e agroecologia; Saberes tradicionais, soberania e segurança alimentar.

O Projeto Sementes de Margarida/SEDUP, concretizado nos anos de 2021 e 2022, foi importante, aportando recursos com foco na saúde coletiva das mulheres, incidência política e segurança alimentar, e fomentou a geração de renda das mulheres a partir da aptidão de grupos interessados. Foi realizado por meio de seminários, intercâmbios, oficinas de trabalho e processos contínuos de planejamento, monitoramento e avaliação (PMA) junto com as mulheres, visando o exercício do “fazer aprendendo junto” em prol empoderamento e protagonismo das envolvidas. Neste sentido, foi fundamental para essas mulheres acompanhadas pela instituição nas comunidades periféricas de Guarabira e nos assentamentos da reforma agrária dos municípios de Areia, Pilões e Serraria, em tempos bem difíceis, como na égide da pandemia da Covid-19, em função das perdas, do empobrecimento financeiro com a redução do poder de compra de alimentos e do básico necessário à subsistência de suas famílias. O projeto contribuiu ainda com essas mulheres e sua organização coletiva em meio a um cenário de desemprego, insegurança política e de extrema precarização do ponto de vista das políticas públicas e atenção básica do Estado ao seu povo.

De acordo com o Relatório Anual das Ações (SEDUP, 2022), o resultado desse trabalho realizado pela associação com apoio de diversos projetos entre os anos de 2018 e 2022, no eixo com mulheres, evidenciou e fortaleceu o trabalho realizado com estas coletivas. Como resultados desse processo, estão: formação/capacitação das Coletivas de mulheres de Guarabira; participantes informadas sobre as formas de participação, políticas públicas para as mulheres, orçamento público, Lei Maria da Penha dentre outros temas afins. Como resultados, destaca-se o surgimento de novos grupos de mulheres em assentamentos da reforma agrária em cidades vizinhas, como: Areia, Pilões e Serraria, acompanhados pela Associação SEDUP. Nesses municípios, estão distribuídos 6 grupos produtivos de Economia Solidária e Feminista, no campo e na cidade, trabalhando com sabão ecológico, quintais produtivos, artesanato,

culinária regional e sacolas reutilizáveis; 20 mulheres participando diretamente nos eventos, reuniões e feiras promovidas pelo Fórum Regional de Economia Solidária. Ao todo, a ação da organização contribuiu com 255 mulheres organizadas em 17 grupos – 14 grupos, nos assentamentos de reforma agrária, e 3 Coletivas de Mulheres, em áreas de vulnerabilidade social na cidade de Guarabira-PB, sendo estes últimos, foco do presente estudo. São denominadas pela Associação Serviço de Educação Popular como Coletivas de Mulheres.

Conforme aponta o Relatório Anual das Ações/SEDUP (2022), esse é um trabalho que a instituição vem ampliando do ponto de vista de quantidades de grupos e de mulheres atendidas. Contudo, diante do aumento substancial de grupos, a instituição decidiu, em seu último encontro de planejamento, em princípio de 2023, de acordo com o Relatório¹⁸, priorizar os processos formativos e o trabalho de organicidade dos grupos já existentes, visando mobilização e ações de incidência mais qualificada, no sentido de fortalecer as ações por direitos e acesso às políticas públicas para mulheres, principalmente no que se refere ao fim da violência contra as mulheres, ao acesso a trabalho e renda, ao fortalecimento do seu protagonismo e empoderamento, dentre outros de interesse delas.

4.1 PERFIL DAS MULHERES PARTICIPANTES DAS AÇÕES EDUCATIVAS DA ASSOCIAÇÃO SEDUP

“Eu, uma companheira me chamava direto para mim ir participar e eu não queria, e quando foi uma tarde ela passou e disse vamos, Carminha, participar, você vai. Se você gostar, você fica. Vamos! Aí eu fui em 2018 e fiquei até hoje. E não faltou! Qualquer reunião, qualquer coisa que tiver, eu estou de dentro”. (Carminha, Coletiva de Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022)

Os grupos estudados se organizam por meio de Coletivas de mulheres, que se juntaram no intuito de compartilhar sonhos e desejos, mas também refletir sobre os problemas sociais de suas comunidades, e principalmente sobre as questões pertinentes às mulheres e pautas feministas, das quais todas compartilham. O propósito é juntas somarem forças e encontrarem alternativas que melhorem as suas vidas. As participantes residem nas Comunidades do Nordeste; Conjunto Nossa Senhora Aparecida e Comunidade do Mutirão, bairros da cidade de Guarabira-PB. Elas se encontram todos os meses uma, duas, ou até mais vezes – a quantidade

¹⁸ Relatório do Encontro de avaliação 2022 e planejamento 2023 da Associação Serviço de Educação Popular, realizado em Guarabira-PB em fevereiro de 2023.

de reuniões depende da necessidade –, quando conversam sobre os problemas do cotidiano, que vão desde a relação com suas filhas e filhos e amores, trabalho, sobre o adoecimento físico e psicológico, a violência doméstica, políticas públicas para as mulheres, economia feminista, relações de gênero e poder, orçamento público e outros.

Essas mulheres são expressão da resistência, da presença e da potência e assumem um protagonismo em um contexto permeado de conflitos, insegurança e incertezas. Suas narrativas são carregadas de historicidade, permeadas por dificuldades, limites e exclusões, mas também marcadas por deslocamentos, lutas e conquistas. São majoritariamente negras - e quando não negras, igualmente pobres -, o que nos leva a reconhecer a sua condição de subalternidade social a partir de uma perspectiva feminista e decolonial que reconhece a continuação das relações de poder herdadas da imposição da modernidade colonial no Brasil. Ou seja, baseadas no sistema capitalista, colonial-racista e de gênero. Essas expressões são sinérgicas às ativistas sociais das favelas e, para além dessas dimensões, se associam à pobreza e à segregação socioespacial, complexificando o quadro de desigualdades e opressões a que essas mulheres estão sujeitas. (NUNES; VAILLETTE, 2022, p. 6).

As autoras refletem sobre as mulheres de favela e o feminismo popular reconhecidas pelo seu ativismo político, construindo análises das “epistemologias feministas e decoloniais (“com objetivo de ressaltar as resistências das mulheres populares e periféricas que na maioria das vezes são invisibilizadas pela colonialidade do gênero, e às vezes também pelo feminismo hegemônico” (NUNES; VAILLETTE, 2022, p. 6).

Para alcançar as informações almeçadas neste estudo, foram realizados dois grupos focais, com a presença de 20 mulheres. Destas mesmas, foram entrevistadas 2 mulheres que também são lideranças, comprometidas com a organização dos grupos aos quais pertencem, pois de algum modo se sobressaem nas articulações, fortalecendo-os, sendo constantemente indicadas pelas demais para representá-las.

O público-foco da pesquisa tem idade entre 17 e 86 anos. São majoritariamente mulheres negras (pretas ou pardas, conforme a classificação do IBGE, com baixo grau de escolaridade, a maioria não chegou ao ensino médio. Três são mulheres semianalfabetas e não estudam, 5 voltaram a cursar o EJA, 4 estão cursando o ensino médio, 8 não concluíram os estudos e pararam de estudar no antigo ensino fundamental. Vale ressaltar que as cinco mulheres que voltaram a estudar o fizeram após suas participações nas Coletivas de Mulheres, por incentivo das demais e por acreditarem que voltar à escola vai ajudá-las a se sentirem melhor, realizando um sonho antigo, porque agora acreditam que podem.

No que se refere ao trabalho, as mulheres pesquisadas trabalham na informalidade, ou seja, não têm carteira assinada, estando sem acesso aos direitos garantidos por lei e sem

cobertura da previdência social. Todas vivem de bicos: vendem produtos diversos, são faxineiras, cuidam das crianças para outras mulheres poderem trabalhar, são costureiras, trabalhadoras domésticas, trabalham no comércio, na feira, são catadoras de materiais recicláveis – antes em lixões e agora nas ruas da cidade. São as “donas de casa” que também trabalham fora da casa, no subemprego, para sustentar suas famílias.

São mulheres alijadas de seus direitos em todos os âmbitos, sofrem das “faltas” de saúde básica, comida, educação e segurança alimentar, e vivem em situação de exploração no mundo trabalho. Neste sentido, vale citar que a estudiosa e feminista Carmen Silva (2016), no livro *Feminismo popular e lutas antissistêmicas*, traz Marx para ajudar a refletir a questão da exploração capitalista, mesmo quando pondera as problemáticas e críticas dessa aproximação:

[...] no feminismo marxista a questão de classe tem lugar preponderante, como não poderia deixar de ser pela força da explicação elaborada por Marx sobre a exploração capitalista. As relações sociais de classe, baseadas na exploração do trabalho, são estruturantes da vida social e, portanto, da situação social das mulheres. Entretanto muitas feministas abandonaram ou nunca transitaram pelo pensamento marxista, mas hoje, o marxismo é julgado necessário, embora insuficiente, por muitas, entre as quais me incluo. Para outras vinculadas ao pensamento pós-moderno, é visto como uma metanarrativa totalizadora, o que dificulta perceber suas contribuições e também suas lacunas de elaboração. Em especial, me são caras as contribuições do método dialético e da explicação das relações de exploração que fundamentam o capitalismo e considero relevante reconhecer, entre outras, a pouca elaboração no pensamento de Marx sobre a dominação das mulheres. (SILVA, 2016, p. 25).

Os grupos em estudo começaram a se reunir em 2017. A Coletiva Mulheres Guerreiras do Mutirão, no momento da pesquisa, era composta por 10 pessoas, oito mulheres, e dois homens gays, acolhidos pelo grupo, que participam de todas as atividades e ações, com algumas ressalvas quando as temáticas são exclusivamente pertinentes às mulheres, a exemplo da saúde e questões relativas à sexualidade. Nesses casos específicos, eles não participam, porém, sempre se juntam às atividades e lutas por direitos das mulheres, a exemplo das incidências e no trabalho da economia solidária.

A Coletiva de Mulheres Guerreiras do Mutirão, na época, tinha como objetivo se organizar em torno da geração de renda, através da produção de sabão ecológico, reutilizando o óleo de cozinha coletado em casas familiares e estabelecimentos comerciais para a produção das barras de sabão para o consumo doméstico. O grupo já passou por vários arranjos no que se refere às participantes, tendo certa rotatividade, inclusive no período pandêmico, mas sempre se mantiveram algumas representantes estratégicas, garantindo a segurança e a continuidade do grupo.

Ao mesmo tempo, os grupos de Mulheres do Nordeste e do Conjunto Nossa Senhora Aparecida se estabelecem como grupos organizados a partir de 2019. Dentre eles, algumas lideranças já passaram por vários outros grupos em luta por direitos, a exemplo de D. Maria, do Conjunto Nossa Senhora Aparecida, que está na luta por direitos sociais desde a década de 1980, quando fez parte de ocupações por direito à moradia, conforme aponta, em sua entrevista e também em depoimentos, Relatório *do Encontro de Mulheres do campo e da cidade da região do Brejo paraibano*, realizado em 23/07/2022.

Figura 5 - Encontro de Mulheres do campo e da cidade da região do Brejo paraibano



Fonte: Registro da autora, julho de 2022.

4.2 MULHERES COMO PROTAGONISTAS NA LUTA POR DIREITOS

“Uma das características peculiares do movimento feminista em relação aos outros movimentos sociais reside na sua capacidade de teorizar criticamente sobre si próprio”.

Céli Regina Jardim Pinto, 2010

A estudiosa Céli Pinto (2010) destaca uma das características do movimento feminista e de mulheres que dialoga com a proposta desta pesquisa. Neste sentido, a seguir vamos refletir através dos depoimentos das mulheres que responderam à pesquisa por meio dos grupos focais. Levaremos em consideração as teorias sobre os feminismos subalternos e populares, conforme

expõe Luciana Maria de Aragão Ballestrin (2017), em seu artigo “Feminismos subalternos”, onde observa que, a partir dos anos 1980, há certa influência do “encontro entre o pós-colonialismo e o feminismo e vice-versa”, o que posteriormente é aprofundado pelas contribuições das tensões e limites para a cosmopolitização da agenda feminista, pós-colonialista.

Com base nesta compreensão, Ballestrin define os marcadores antagônicos dos feminismos hegemônico e subalterno. O feminismo “hegemônico”, que surge dentro de uma geopolítica ocidental, do primeiro mundo, do Norte Global e da América do Norte/Europa, se colocando como parte do mundo moderno e urbano. Suas representantes são “hegemônicas”, pois pertencem ao grupo detentor de privilégios, em que a maioria dessas mulheres são brancas, de classe média e/ou alta, acadêmicas e escolarizadas, autônomas, liberais e reconhecidas como universais. Em contraponto, os feminismos considerados “subalternos” provêm do ocidente, do terceiro mundo, do Sul Global – Ásia, África. América Latina e Caribe, Oceania. Não moderno, religioso (a exemplo do mundo islâmico), comunitário, comunal, rural, do local e particular. Suas representações “subalternas” refletem a diversidade de raça e etnia – mulheres negras, mestiças e indígenas, de “cor de café”, “*chicanas* –, pobres, trabalhadoras”, pouco escolarizadas e vítimas em vários aspectos do poder hegemônico.

Ballestrin (2017) afirma que esse sistema de pensamentos e reproduções gerou enormes consequências do ponto de vista prático e teórico para o entendimento da vida das mulheres, “sob o impacto – passado ou presente – do colonialismo. Uma das mais evidentes foi a despolitização do debate feminista terceiro-mundista e pós-colonial e que, atualmente, pode ser observado na tentativa de projetar um feminismo do Sul e decolonial” (BALLESTRIN, 2017, p. 03). A autora apresenta os antagonismos entre os feminismos ocidental e não ocidental, com intuito de expor uma crítica, com uma versão contemporânea, latino-americana, de feminismo decolonial.

Nesse sentido, reflete Castro (2020) que o debate sobre o feminismo decolonial nos ajuda a entender os diversos feminismos.

“Feminismo decolonial” nomeia uma corrente dos feminismos subalternos, contra-hegemônicos, que incluem também os feminismos pós-coloniais, negro, comunitário e indígena, cujas representantes, intelectuais não brancas, denunciam o racismo de gênero e a forma como a geopolítica do conhecimento silencia as vozes das intelectuais e dos intelectuais subalternos, isto é, todas as pessoas não brancas, indígenas, negras, *chicanas*, latinas, indianas, asiáticas, afrodescendentes, mestiças, imigrantes, e as vozes de sexualidade dissidente, pessoas transexuais, gays e lésbicas dos países periféricos do capitalismo. (CASTRO, 2020, p. 1).

Vale também fazer um link entre essas estudiosas (PINTO, 2010; BALLESTRIN, 2017; CASTRO, 2020) com Saffioti (1999), quando esta elabora, por meio de metáforas, sobre o triplo sistema de exploração/dominação em nossa sociedade, apresentando-o como o nó górdio formado por três subestruturas: gênero, etnia e classe, o que forma a estratégia da violência e do adestramento das mulheres nas sociedades patriarcais. Nesse sentido, Saffioti articula a violência de gênero às demais opressões e torna visíveis a transversalidade do conceito frente às categorias de raça/etnia e classe social.

As mulheres em estudo integram esses feminismos subalternos, contra-hegemônicas, vivem nas periferias da cidade. São pobres, negras e com pouca escolarização, experimentam em seus próprios corpos toda sorte de violências, desses diversos lugares dos quais fazem parte.

O estudo busca refletir o olhar delas, compreender como a ação educativa popular da Associação SEDUP junto às mulheres, na sua interface com a educação em Direitos Humanos, influencia na autonomia e ampliação de uma cultura de direitos humanos, em benefício às mulheres, visto que somos a parcela da sociedade sistematicamente excluídas dos direitos.

O estudo de campo contou com a participação de 20 mulheres, pertencentes aos grupos organizados, acompanhadas pela Associação SEDUP na cidade de Guarabira-PB, conforme descrito anteriormente neste estudo. Neste sentido, participaram da pesquisa: 1) na Coletiva de Mulheres Guerreiras do Mutirão, Rute, D. Bastinha, D. Rosa, Maria Lúcia, Aparecida, Gisele, Carminha e D. Maria José; 2) no Grupo de Mulheres do Nordeste: Gilmara, D. Socorro, Dinha, Gorete, Janecleide, D. Maria José e Janete; 3) no Grupo de mulheres do Conjunto Nossa Senhora Aparecida: Maria Célia, Luciene, D. Maria, Maria Aparecida e Luzinete. O primeiro grupo focal mobilizou 8 mulheres da Coletiva de Mulheres Guerreiras e o segundo, 12 mulheres dos grupos do Nordeste e Conj. N. Senhora Aparecida.

Dentre estas, as duas lideranças que responderam à entrevista foram D. Bastinha da Coletiva de Mulheres Guerreiras, e D. Maria do Conj. N. Senhora Aparecida. São mulheres, com papel ativo, e que fortalecem os grupos de que participam, evidenciam-se constantemente como protagonistas, em suas Coletivas, comunidades, assumindo espaços de representatividade, o seu lugar de fala, nos encontros, intercâmbios e em atividades, fora do ambiente conhecido para elas, a exemplo das ações de incidência política, audiências públicas, feiras e encontros dos fóruns que reúnem outras mulheres e experiências.

Conforme relatado, pautamos na pesquisa os estudos sobre: Direitos Humanos para as mulheres e Educação Popular, perpassando pelos diferentes temas abordados nos processos formativos e de capacitação, oferecidos pela Instituição, como: autonomia econômica e solidária, autonomia política, participação, relações de gênero e de poder, empoderamento,

reconhecimento das diversas formas de violência contra a mulher, com isso, as determinações da Lei Maria da Penha e do feminicídio, saúde, autocuidado, entre outros aspectos relacionados.

Esses temas nos fazem refletir sobre a equidade de gênero, como um direito fundamental e como esse debate vem sendo incorporado na agenda dos Direitos Humanos em nosso País, desde a Carta das Nações Unidas, de 1945, sendo imprescindível o desenvolvimento de diversas estratégias e incidências a partir dos movimentos feministas e de mulheres junto aos organismos internacionais e, internamente, na medida de propor um conjunto de mecanismos, como os programas e ações que garantam que as mulheres sejam sujeitas de direitos.

Concernente à ação das mulheres junto a conferências mundiais, cabe ressaltar a importância da Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Cedaw), visto constituir um dos documentos de maior alcance entre os produzidos no âmbito internacional. A Cedaw, adotada em 1979 pela Assembleia Geral da ONU, definiu o que constitui discriminação contra as mulheres e apresentou uma agenda de atividades nacionais visando eliminar essa discriminação [...] toda a distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, sobre a base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais da esferas política, econômica, social, cultural e civil ou em qualquer outra esfera. (PRÁ; EPPING, 2012, p. 7).

Em seus fundamentos, a Convenção propõe o estabelecimento da igualdade entre homens e mulheres, recomendando o igual acesso a oportunidades na vida política e pública, com oportunidades iguais em educação, emprego e saúde. Todos os países que assinaram a documento, a exemplo do Brasil, assumiram a responsabilidade de criar medidas, inclusive legislativas, para que os direitos humanos para mulheres tornem uma realidade. Desde então, as questões de gênero foram, portanto, incluídas paulatinamente na agenda global de direitos humanos, sendo um ponto importante da luta das mulheres, e a produção de evidências e narrativas voltadas para deslocar a ideia de sujeitos centrados para a compreensão de sujeitos fragmentados, multifacetados, assim como as relações de gênero, raça, etnia, religiosidade, territorialidade.

No Brasil, esse documento teve maior evidência na Convenção de Belém do Pará sobre a Eliminação da Violência contra a Mulher (1994). Expõem Prá e Epping (2012):

No Brasil, o documento Estratégias da Igualdade (1997) e o I e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004 e 2007) oportunizaram a maximização dos conteúdos de instrumentos internacionais (mundiais, interamericanos e regionais) de reconhecimento e defesa dos direitos das mulheres. A Lei Maria da Penha (Lei n. 11.340), editada em 2006 e que dispõe sobre a violência doméstica e familiar, exemplifica esse processo acionando

duas dessas convenções nos termos do seu artigo primeiro. (PRÁ; EPPING, 2012, p. 15).

Partindo desse pressuposto, discorro buscando o diálogo entre as temáticas que perpassam a vida das mulheres no cotidiano. Iniciei a pesquisa, refletindo com a Coletiva de Mulheres Guerreiras do Mutirão, cujas integrantes trabalham juntas num experimento de economia feminista e solidária, desde a fundação do grupo em 2017, um modo encontrado por elas de gerar renda por meio da produção do sabão ecológico, reutilizando óleo de cozinha. As mulheres guerreiras veem a coletiva como um lugar também de oportunidades, pois no bairro, as chances de trabalho são mínimas. Algumas atuam como diaristas (serviços domésticos sem acesso aos direitos trabalhistas) na casa das “madames” da cidade, outras fazem bicos, quando conseguem, “pegam alguma lavagem de roupa”, e a maior parte das entrevistadas trabalha como coletoras de material reciclável.

São mulheres que percebem outras oportunidades na Coletiva, a exemplo da participação em intercâmbios, encontros com outras mulheres, aprendizado com outras experiências semelhantes e diferentes, compartilhamento dos problemas semelhantes e das experiências de trabalho solidário.

É muito importante, né? Para a comunidade. As mulheres trabalhar, ter uma oportunidade de trabalhar, né? Que é, está muito difícil o trabalho aqui e é muito importante pra gente. Para mim é muito importante. Eu aprendi a fazer o sabão e quero aqui mostrar o meu melhor, né? (Rute, Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022).¹⁹

Para Rute, a Coletiva oferece uma chance diferenciada de trabalho, foi onde aprendeu a confeccionar o sabão, e instiga a si mesma a oferecer o seu melhor nessa experiência.

¹⁹ O grupo focal realizado com a Coletiva Mulheres Guerreiras aconteceu em 6 de junho de 2022, no bairro do Mutirão, cidade de Guarabira, PB.

Figura 6 - Mulheres trabalhando na produção do sabão



Fonte: acervo do SEDUP: maio de 2023 (esq.) e outubro 2019 (dir.)

Eu gosto também porque a gente tira muito, muito óleo aí de circulação, né? Porque o povo joga muito óleo no esgoto, joga fora e sem ser no esgoto, joga na pia e aí não pode, né? Porque isso contamina a natureza e contamina tudo. A gente tirar esses óleos da circulação (...), muito boa né? E poluía a natureza. (Bastinha, Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022).

É um trabalho que reflete o cuidado que as mulheres desenvolveram com o meio ambiente. Para as integrantes da Coletiva de Mulheres Guerreiras, o trabalho na produção do “sabão ecológico” é também a possibilidade delas cuidarem da “natureza, do meio ambiente, assumindo ainda outros significados importantes, como a participação em encontros, e a possibilidade de continuar perto de casa, sem precisar abandonar a casa, as filhas e filhos, de não ser necessário pagar passagens, o que é muito caro pra elas, para ir à cidade, como relata Gisele, ao falar sobre o Projeto realizado pela Associação SEDUP na Comunidade:

O projeto das mulheres foi muito (...) É assim que a gente aqui no mutirão vive em busca de projeto, né? No mutirão principalmente para as mulheres. A gente tem dificuldade de ir para a rua, vamos supor se a gente conseguir um trabalho lá fora, a gente vai ter que pagar transporte. Então tendo coisa no próprio bairro focado nas mulheres principalmente, né? Que a gente tem filhos e não pode, né? Está deixando assim para trabalhar fora no horário que tem que trabalhar lá. Então eu achei muito interessante. E conhecimento, né? Que a gente vai aprendendo muita coisa, né? Com essas [formações] muito conhecimentos pra ajudar em casa também, né (...). (Gisele, Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022).

Gisele destaca uma série de questões relacionadas às dificuldades que as mulheres em situação de pobreza vivem, nas periferias das médias e grandes cidades do Brasil, em sua rotina de luta pela sobrevivência, principalmente quando têm filhas/os. Enfrentam uma série de

problemas, a exemplo da falta de transporte público para as/os moradoras/es do bairro que precisam acessar o centro da cidade, a rua, para ir ao trabalho, fazer seus bicos, acessar atendimentos médicos e outras precisões. É um bairro onde a população não tem acesso a condução/transporte público, que deveriam ser acessíveis a todas e todos. Quando necessitam ir ao centro da cidade ou arredores, pagam muito caro. Vão de alternativos, particulares, mototáxi, às vezes conseguem uma carona, ou vão a pé (andando uma distância que pode chegar a cinco, até sete quilômetros, dependendo do ponto de referência). Inclusive esse tema foi denunciado aos setores responsáveis do município, na última incidência pública, promovida pelas mulheres com apoio do SEDUP, em meados de 2022.

Figura 7 - Incidência das mulheres em defesa do transporte público e gratuito, por emprego dentre outros direitos das mulheres



Fonte: acervo SEDUP, de 07/04/2022.

As mulheres se envolvem com esse tipo de projeto realizado pelo SEDUP, haja vista a ausência de oportunidades no bairro, pois vivem em situação de subemprego e de profunda vulnerabilidade econômica, conforme apresentado no perfil das participantes e testemunhos distribuídos nesta dissertação.

Mesmo que às vezes em casa fique meio atrapalhada em algumas coisas, mas é sempre bom a gente correr atrás. Já faz três anos que eu decidi fazer isso... eu não estudava, não podia estudar. Não podia fazer curso. Mas já faz tempo que eu venho fazendo, né? Eu acho que o primeiro que eu pude fazer foi em 2013, depois de 2015 eu já fiz uns cinco cursos (...). (Gisele, Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022).

Gisele comenta sobre sua busca por qualificação, através de cursinhos vários, se preparando, buscando alternativas para aprender algo que possa ajudar no sustento da família, em que ela possa se capacitar e criar as condições para gerar alguma renda. E anima as demais mulheres a se dedicarem para aprender mais sobre a produção do sabão e outras modalidades, visando o crescimento do empreendimento solidário.

Aprender fazer o sabão em pó, tem que se dedicar, se reunir, conversar, pesquisar e botar em prática. Melhorar né? É porque a gente vai colocar o sabão pra vender...o pessoal ver, e vai vim comprar só sabão, aí se tiver um amaciante, se tiver um sabão em pó. Chama mais gente. Cabe todo mundo pensar nisso também. (Gisele, Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022).

Gisele reflete com as Mulheres Guerreiras sobre sua preocupação em se melhorar, assim como as demais, pois pensa na ampliação e diversificação dos produtos e colocá-los à venda, encontrar formas de despertar o interesse da comunidade. São alternativas para acrescentar a renda, segundo ela.

Já o que mais interessou a Rute foram os debates promovidos pela Associação SEDUP, os estudos sobre a Lei Maria da Penha. Para ela é muito importante que as mulheres, sejam elas casadas, noivas ou namoradas, não fiquem vulneráveis aos desmandos dos companheiros: “Por isso a Lei Maria da Penha né? Que mulher não tem que se submeter o que o marido quer fazer com a gente. As noivas também” (Rute, Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022).

Porém, nesse caso D. Rosa, apresenta questionamentos, apontando algumas falhas na Lei. De acordo com ela, a execução da Lei, muitas das vezes não consegue garantir a segurança efetiva da mulher, gerando medos, insegurança para aquelas que sofrem violência doméstica e gostariam de denunciar, pois temem ser assassinadas, haja vista a série de questões que as deixam vulneráveis, logo que denunciam o agressor, como muitos casos que acompanha pelos telejornais.

Acho que os direitos das mulheres são muito falho. Quando vejo pela televisão que muitas mulheres são agredidas e mortas, vão lá pra delegacia prestar a queixa, mas eles não resolve depois, quando vejo o pior acontecendo, colocando a nossa vida em risco, pois a justiça ela é falha com a gente. A mulher não tem assim o meio de ir prestar o depoimento e sentir protegida. (...) E às vezes a justiça é falha por conta de nossos governantes. (D. Rosa, Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022).

Ao mesmo tempo, D. Aparecida Felix expõe seus sentimentos no que se refere às dificuldades, mas também a sua crença em vencê-los por causa de capacidade de recomeçar a cada dia que as mulheres têm. “Olha, apesar das dificuldades, a gente deve ser uma mulher

guerreira, né? (...) a gente ser umas mulheres guerreira, apesar de todas dificuldades que a gente passa no dia a dia. (Aparecida Félix, Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022).

Bem importante ressaltar como elas se compreendem nesse processo, como mulheres guerreiras do mutirão. Orgulham-se do nome que deram ao grupo, por ser um nome que as representa, que simboliza o seu histórico de resistência, elas se sentem mais fortes ao refletir sobre o próprio nome. Segundo Carminha (Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022): “Quando a gente tem a reunião sempre repete esse nome, o conhecimento que a gente é, e nós mulheres podemos fazer por nós, né?”.

Depois dos cursos, das reuniões do SEDUP, mudei na forma de pensar, na forma de agir, na forma de se comunicar, né? Mudou bastante porque a gente ficou e tem mais conhecimento, né? Que devemos trabalhar pela gente, se cuidar, né? A gente trabalha muito em casa, eu gosto demais de participar. Abrir mais, desabafar... Essas reuniões aqui na comunidade ajuda a gente a perder o medo de falar, de sair da comunidade e não ter medo de falar mais pela gente. Transformou o conhecimento. (Carminha, Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022).

Carminha relata como as ações formativas oferecidas pela a Associação SEDUP e como essas atividades melhoraram a vida das mulheres, no sentido de acreditarem nelas mesmas, perderem o medo de participar e falar em nome de si e da Coletiva de Mulheres. E continua refletindo, agora sobre a questão dos direitos humanos das mulheres:

O que eu entendo do direito das mulheres é que já faz alguns anos que, que nem diz o ditado, a mulher deixou de ser propriedade do homem, agora as mulheres, os direitos são quase ou são iguais aos dos homens. A mulher não tem que deixar, que nem diz um ditado, o homem tomar o fôlego dela. (Carminha, Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022).

“A mulher não tem que deixar (...) o homem tomar o fôlego dela”. Bem forte essa expressão e de Carminha e que propõe algumas leituras sobre a violência contra as mulheres, um dos dispositivos do patriarcado, representado pelas relações desiguais de gênero e poder, haja vista as estruturas de dominação. Neste sentido, vale ressaltar Saffioti (1992), quando fala do patriarcado e de seus códigos de dominação, um sistema que determina as relações sociais e de gênero nas sociedades capitalistas, que, mesmo sendo a violência contra as mulheres um dos códigos de dominação mais antigos e anteriores ao capitalismo, faz-se presente, consolidando-se como um esquema de opressão e exploração das mulheres.

Assim, a luta contra o patriarcado é constante. Mesmo que as mulheres tenham conseguido alguns avanços no acesso a direitos no Brasil – desde o sufrágio universal, período histórico para as mulheres –, não podem em nenhum momento descansar, a custo dos

retrocessos que nos rodeiam. Basta um presidente, um congresso, um senado mais à direita e fascista, como o que ocorreu nos últimos anos em no Brasil, para que os nossos direitos, conquistados ao sangue e suor daquelas que vieram antes que nós, sejam questionados e até postos novamente em causa, no intuito da sua diminuição.

Quando ela quiser fazer um negócio, tiver um sonho, corra em busca e pronto, não se importe com a estupidez dos homens, as brutalidades, mas é luta” (D. Rosa, Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022).

Dona Rosa, costuma ser bem falante, no sentido das ideias e questionar as coisas, para dentro e fora do grupo, e sempre expõe seu pensamento, depõe sobre suas experiências de vida, como uma mulher que já viveu mais, conforme ela mesmo fala.

A lei Maria da Penha, né? Fala é dos direitos humanos... Bom o que eu acho é que a gente como mulheres a gente tem que se amar primeiro. Né? Não temos que deixar ninguém querer fazer o que quer com a gente né? (D. Maria Felix, Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022).

Elas também apresentaram por diversas vezes como se enxergam enquanto mulheres, e das vezes incontáveis que tiveram que se superar, enfrentando as violências, os desrespeitos, a falta de recursos para criar os filhos, mas se mantiveram em pé, na resistência:

Tem homens que acha que a gente só tem que estar em casa, lavando prato, lavando roupa, fazendo comida, cuidando da casa. Só que a gente tem outras coisas intensamente, então a gente tem que ter coragem, força e buscar. (Carminha, Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022).

Falam do amor por si, como um sinal e possibilidade de força para continuar seguindo em frente, se apoiando naquilo que foi conquistado, a exemplo dos direitos humanos garantidos as mulheres. Saber disso e propagar.

Que a gente sabe os direitos que a gente tem como mulher né? E a gente tem que se amar primeiro eu só sei dizer isso que o lugar de mulher é onde ela quiser, né? (Bastinha, Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022).

O segundo grupo focal atendeu os grupos de mulheres do Conjunto Nossa Senhora Aparecida e do bairro do Nordeste. São dois grupos com perfis semelhantes, mesmo com algumas dificuldades distintas. Semelhantes, quando se observa as vulnerabilidades sócio econômicas, pois as mulheres de ambos os coletivos encontram grandes limites em acessar as políticas sociais, realidade de muitas mulheres periféricas das grandes e médias cidades do País. Porém, os grupos de mulheres do Conjunto Nossa Senhora Aparecida e do bairro do Nordeste, estão mais próximos ao centro da cidade e conseguem se beneficiar com mais frequência de ganhos dessa aproximação de apoios assistenciais do governo local. Não se sentem apartadas da cidade, como as pessoas que vivem no bairro do Mutirão, realidade das Mulheres Guerreiras.

Além disso, soma-se o preconceito direcionado à comunidade pelas pessoas residentes do município por serem catadoras, ou ex-cadoras do lixo que ficava nas imediações do bairro.

Os grupos de mulheres do Conjunto Nossa Senhora Aparecida e do bairro do Nordeste, até o momento da pesquisa, não haviam se decidido a respeito de trabalho na perspectiva de geração de renda. Contudo, se reúnem periodicamente para refletir sobre questões pertinentes às suas condições, com temas desde o autocuidado aos direitos humanos para mulheres, como tratado anteriormente nessa dissertação.

Gostei muito de falar sobre a economia solidária e do feminismo, da gente trabalhar com o que a gente gosta, sem depender de ninguém, sem ter alguém dizendo faça isso, ou aquilo. Dos exemplos que foi apresentado no grupo também, sobre um grupo de mulheres onde elas tinham um negócio onde nenhuma era o dono, todas eram as donas do próprio negócio. Ninguém mandava em ninguém. A união delas fez elas terem a autonomia. (Gilmara, Grupo de Mulheres do B. Nordeste, 2022).

Gilmara, em seu depoimento, relata sobre um encontro que reuniu todas as mulheres acompanhadas pela Associação SEDUP, que favoreceu os grupos a compartilharem suas experiências. Assim, ouviu a Coletiva de Mulheres Guerreiras do Mutirão falar sobre o trabalho na produção do sabão e como o empreendimento tem ajudado as mesmas na geração de renda.

É verdade, tem que trabalhar, você tem que correr atrás do que você deseja pra você. Se você é mulher, você deve ser o melhor, tem que correr atrás das coisas que você quer na sua vida tanto pra você como para os seus filhos. Se não for assim, quem vai correr atrás? (Gorete, Comunidade do Nordeste, 2022).

Nesta linha, Gorete dialoga a respeito da busca por oportunidade, convergindo com o que outras mulheres já apresentaram nessa pesquisa, o “correr atrás”, pois não há ninguém que faça por elas, ou por seus filhos, refletindo uma solidão que parte das mulheres periféricas vivem. E suas buscas são desde levar comida para si e seus filhos, como por melhores trabalhos, melhor qualificação e outros.

Continuando, Janete reflete sobre a relevância dos encontros promovidos pela Associação SEDUP, sobre como a organização tem ajudado as mulheres a formarem outros pontos de vista, e narra os níveis dessa contribuição:

[...] a gente tá aqui presente, e tem o entretenimento também, né? Quebra a rotina, assim do dia a dia... e conversando com a gente, vamos aprendendo a correr atrás dos nossos direitos, né? Reivindicar, né? E os direitos, que é os direitos à saúde, à educação, à nossa estabilidade financeira. Nós mulheres hoje, graças a Deus, a gente está chegando também lá em cima, pois antes não podíamos trabalhar. Hoje nós somos independentes e é sobre isso. (Janete, Comunidade Nordeste, 2022).

Para Janete, são vários ganhos proporcionados por esses encontros: quebra da rotina, do cotidiano, aprendizado sobre direitos básicos fundamentais à vida, como saúde e educação, sobre o direito a ter trabalho. Um momento de entrosamento e de se reconhecer como sujeitas de direito.

Sobre os direitos humanos das mulheres, as estudiosas Prá e Epping (2012, p. 45), no artigo “Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres”, observam ser “comprovado se considerarmos os frutos gerados na luta pelo reconhecimento dos direitos humanos das mulheres empreendida em âmbitos locais e internacionais. Contudo, essas ações nem sempre são consideradas por não se incorporarem, necessariamente, à política formal”. D. Dinha continua observando em seu depoimento o valor daquelas mulheres que nos antecederam, foram atrás e trabalharam para que hoje pudéssemos falar em direitos:

Na forma de pensar sobre ser mulher nessa sociedade que a gente vive, de que a gente tem o mesmo direito porque outras mulheres lutaram pela gente, ali, aqui. E que temos que correr atrás e do que precisa se juntar, pois não conseguimos só, mas precisamos de ajuda. Que a gente tenha os mesmos direitos. (Dinha, Comunidade Nordeste, 2022).

Então, falando aqui sobre educação, sobre os direitos das mulheres, né? A participação lá dos espaços do trabalho. (Janeleide, Comunidade Nordeste, 2022).

São diversos direitos apresentados por meio grupo, incluindo ainda o direito das mulheres em terem um trabalho para conseguir melhorar as suas condições financeiras. E sobre o fato de ser independente.

Acreditar que “a união faz a força” é um modo de dizer delas, reproduzido em alguns momentos, muito comum entre as mulheres dos grupos do Conjunto nossa Senhora Aparecida, assim como as mulheres do Nordeste.

A seguir, refletiremos a partir de fatos apresentados sobre a violência contra as mulheres. Várias entrevistadas do grupo focal admitiram ter passado, por situações de violência doméstica, ou são próximas de pessoas que viveram, ou ainda vivem sob essa condição.

A respeito das agressões sofridas pelas mulheres, por parte de seus maridos, elas observam que haviam aprendido por toda a vida que ninguém podia se meter em briga de casais. Só nos últimos tempos, com as formações e os questionamentos decorrentes das mesmas, que descobrem que esse comportamento foi aprendido, reproduzindo o pensamento machista. Com a mudança na lei e a criação da Lei Maria da Penha, a ordem na atualidade é denunciar, como elas mesmas conversam em suas reuniões e momentos de formação, a ordem agora é meter a

colher para salvar a vida das companheiras, e promover um novo discurso a ser difundido por toda a sociedade.

Porque aprendemos sobre que podemos se meter em caso de violência doméstica, pois a gente ouvia que não podia se meter mesmo vendo uma mulher ser espancada. (D. Maria Conjunto N. S. Aparecida, 2022).

Entre as questões mais apontadas nos dois grupos focais, são situações de violência doméstica e alguns casos de feminicídio. As participantes relatam terem sofrido violência, realidade que conhecem bem de perto, como em seu ambiente familiar e de amigas.

(...) assim, pra mim, né? Às vezes meu esposo acha que pode tudo porque as vezes ele bota um prato de comida dentro de casa, um prato de comida. Ele acha que ele é o dono de tudo. (Gorete, Comunidade do Nordeste, 2022).

Só em 2022 na Paraíba, sete mulheres foram assassinadas por mês, mortas por feminicídio²⁰, de acordo com os dados da Secretaria de Estado de Segurança e Defesa Social da Paraíba, apresentados pelo Portal de notícias do G1. E das 85 mulheres assassinadas em 2022, destes crimes, 24 casos estão sendo investigados por feminicídio, em torno de 28% dos assassinatos de mulheres. Mesmo com os dados apresentados, que já nos deixam horrorizadas, essas informações ainda estão subnotificadas. Segundo o IBGE (2021), em “Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil”, observando essa subnotificação, por exemplo, o Sistema do Ministério da Saúde (SIM), que apresenta os dados sobre os homicídios, não disponibiliza os aspectos relacionados à tipificação do feminicídio, apenas o local de ocorrência, auxiliando em alguns casos. De modo geral, existe uma ausência de pesquisas específicas referentes à violência doméstica, conforme aponta o IBGE (2021), sugerindo que nos casos de violência contra as mulheres há informações insuficientes. Outro dado a ser observado é que as mulheres pretas e pardas as mais atingidas em decorrência da violência doméstica e do feminicídio, onde as taxas de homicídios das mulheres pretas e pardas em seu domicílio era de 34,8% maior que as mulheres brancas (IBGE, 2021), e 121,7% maior, no caso de violência ocorrido fora de casa.

Porque assim a gente pensa que não pode se meter numa briga de vizinho, né? E a gente pode, sim, se a mulher estiver sendo espancada, o que não pode é não se meter, não pode esclarecer o mar, né? Para nos esclarecer o máximo e a gente atender os direitos da gente, né? Nós mulheres. (Gilmara, Comunidade Nordeste, 2022).

A violência doméstica contra as mulheres se manifesta de diferentes formas e pertence a um complexo e antigo sistema, difícil de se conter. Alcança mulheres de todas as classes

²⁰ A Lei do Feminicídio nº 13.104 foi instituída em 9 de março de 2015 pela então presidenta Dilma Rousseff. Feminicídio é homicídio, classificado como crime hediondo cometido à mulher, por ser mulher, em decorrência da violência doméstica ou não, incluído no Código Penal (art. 121 do Decreto 2.848/40). (SEDUP, 2021).

sociais e povos em todo o mundo. No caso do Brasil, várias ações foram realizadas nas últimas décadas, manifestações que se realizam desde os Estados, algumas de abrangência nacional, a exemplo das atividades mobilizadas todos os anos no mês de março, mês de lutas por direitos para as mulheres e pelo fim da violência. Como resultado dessas reivindicações em 1996, foi promulgada a Lei Maria da Penha²¹²²: “Quando eu entrei no grupo eu já estava em outra, né? Outra vida. Mas quando eu entrei, e comecei a participar das reuniões, eu me lembrei do fato, né? Quando vocês começaram a falar da Lei Maria da penha. Fomos entendendo, o que houve, e que eu tinha vivido essa violência”. Este é um depoimento de uma das mulheres presentes no grupo focal que atendeu as mulheres do Conjunto Nossa Senhora Aparecida e do bairro do Nordeste.

Elas costumam escutar de alguns agressores que, ao saírem da delegacia, se não forem presos, a medida de distanciamento não adianta. “Quantas vezes você não foi ameaçado só de palavra? (...) esse negócio de Lei Maria da Penha não adianta de nada porque o barco da mulher é mais difícil (...) eles falam, se eu não for preso vou de uma vez, uma légua daqui pra ali, não é nada”. São ameaças como essas que as deixam envolvidas em relações abusivas por muitos anos sem conseguirem acreditar na justiça, com medo de serem assassinadas na hora em que enfrentarem seus agressores na justiça para saírem da violência vivida.

No momento do grupo focal foi decidido pelos dois grupos que os depoimentos das mulheres presentes, que sofreram violência doméstica não seriam expostos, apenas os depoimentos em que não seja possível distingui-las, por questão de segurança.

Ali, que você fala como vítima, mas você se sente acusada e ameaçada diante da palavra dele, deles com a gente, tipo assim, termina a gente se sente oprimida e a gente acaba se sentido a culpada. Em vez da gente ir buscar a proteção, não, a gente sai mais pra baixo do que foi. (Participante do Grupo Focal, 2022).

O relato é de uma das mulheres que integraram o grupo focal e que buscou apoio em uma delegacia, o que a fez sentir mais medo e julgada perante os agentes de segurança presentes no atendimento. Isso evidencia que os serviços que deveriam atuar no acolhimento e proteção das mulheres em situação de violência são falhos e acabam por violentar ainda mais as mulheres que os procuram.

²² Lei Maria da Penha: Nº 11.340. De 7 de agosto de 2006 - Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm. Acesso em: 14 abr. 2023.

Das vinte entrevistadas, nove mulheres admitiram ter sofrido violência física, sexual e patrimonial. E todas alegaram que em algum momento de sua vida, em seus relacionamentos já passaram por violência psicológica e/ou moral.

Não aceitar todas as coisas. Não aceitar assim, você entra num casamento ruim e aceita tudo que aquela pessoa faz com você e simplesmente fica calada. (Maria Célia, Conj. Senhora Aparecida, 2022).

A Lei Maria da Penha define que a violência doméstica e familiar pode ocorrer nas seguintes relações e contextos: no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas; no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa; em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a mulher, independentemente se mora junto ou não.

Conhecendo a lei conversando com as mulheres, né? Se deixar levar com um marido que faz isso, e faz com que a gente fique calada, não pode contar a ninguém, tem que ficar ali, manter aquilo ali. E aí não, aí quando eu entrei na reunião a gente viu, né? (Luciene, Conj. N. Senhora Aparecida, 2022).

Por fim, continuam trazendo reflexões sobre as atividades formativas que trataram dos direitos humanos das mulheres. Para Janecleide é um dos assuntos que gosta de aprender.

O meu assunto preferido é sobre independência da mulher, não depender do homem para mais nada. O poder que a gente tem sobre nós mesmo, é isso que a gente está aprendendo aqui. Valorizar cada vez mais o tanto de independência que a gente tem. Gostei de aprender sobre a autogestão. (Janecleide, Comunidade do Nordeste, 2022).

Janecleide, reflete sobre as conversas a respeito da autonomia, do poder de cada mulher sobre si mesma. D. Dinha também fala sobre a autonomia das mulheres, dos direitos trabalhistas alcançados e que vem aprendendo a respeito desses direitos nos processos formativos.

(...) de trabalhar em qualquer lugar, como os homens. E há homens que não nos deixa trabalhar, né? Mesmo a gente tendo os direitos de trabalhar em qualquer emprego, em qualquer lugar. Sinto que estou aprendendo sobre estes assuntos. Mesmo a gente mulheres sendo privada de muitas coisas de trabalho, né? (Dinha Comunidade do Nordeste, 2022)

As formações, assim dizem – reuniões, os encontros, as oficinas – ajudam e criam espaços de desabafo sobre os seus problemas, fazendo com que muitas mulheres sintam-se melhor, proporcionando uma relação de troca e confiança. São momentos como esses que ampliam os ciclos de apoio entre elas. “Depois das oficinas do SEDUP a gente começou a conversar mais, né? Se abrir mais, no grupo com as amigas, né? Desabafar (Janecleide, Comunidade do Nordeste, 2022)”. Nesses momentos de troca se conversa sobre tudo, muito

além das temáticas sugeridas por elas, se compartilha segredos da vida, pois sentem-se seguras para isso.

“Observo que melhorou a forma de pensar, né?” (D. Maria de Lourdes, Conj. N. Senhora Aparecida, 2022). Nesses espaços formativos que acontecem as mudanças a forma de pensar sobre o cotidiano, compreender melhor as relações entre os temas oferecidos.

Compreender melhor sobre os direitos humanos para as mulheres, né? Todos os assuntos batem na mesma tecla e têm nos ajudado a compreender mais, a gente gosta de ser independente, entender sobre economia e gestão. (Janeleide, Comunidade Nordeste –Guarabira-PB).

A educação popular para elas tem várias compreensões, passando pelas experiências do trabalho realizado pela Associação SEDUP. E lembram de alguns eventos, como segue nos depoimentos.

Eu acho que a educação popular é uma maneira de procurar o melhor pra você mesmo, né? Trabalhar, procurar ajuda, ajudar o próximo também. (Gorete, Comunidade Nordeste –Guarabira-PB).

Os depoimentos tratam desde a metodologia, no sentido da compreensão, “maneira”, falam de processos/caminhos metodológicos, assim como afirma Maria Célia em sua contribuição: “É toda uma forma de ensinar, de repassar aquela informação que você tem e passar para os demais” (Maria Célia, Conj. N. Senhora Aparecida, 2022). Entendem que a educação popular é uma proposta democrática de ação educativa: “E ajudar a quem precisa, né? Se não for de um jeito, é de outro, aprender um pouco. Você vai vivendo aquilo que vai aprendendo. (Luciene, Comunidade Nordeste, 2022).

Nesse sentido, Luzinete continua detalhando, observando que a educação popular pode ser expressa nas atividades rotineiras da Associação SEDUP, que preconiza a partilha de conhecimento com as outras pessoas.

Eu acho que a educação popular é toda aquela forma de ensinar tanto como seja um aprendizado de leitura, atividade artesanal, de pintura, educação popular de toda forma que tem de repassar os ensinamentos que você tem (...) pros demais. (Luzinete, Comunidade Nordeste, 2022).

Observa-se que estes últimos testemunhos a respeito da Associação SEDUP, são leituras imbuídas de experiências das mulheres com o trabalho educativo realizado pela Instituição, em suas diferentes fases de realização. São informações que vão se somando ao conhecimento trazido por elas na busca por compreender a realidade, com base no chão onde cada uma pisa e por meio de seus grupos, a partir de suas comunidades.

No que se refere às entrevistas, o principal objetivo foi buscar mais informações que se somassem ao já colhido nos grupos focais, junto às duas principais lideranças: D. Bastinha, da Coletiva de Mulheres Guerreiras do Mutirão, e D. Maria, do grupo de Mulheres do Conj. N. Senhora Aparecida. Ambas são lideranças com maior envolvimento na comunidade e ampla experiência nos grupos de resistência e luta por direitos em suas comunidades.

Para as duas entrevistadas, os direitos humanos, a princípio dão a entender, que na prática esses direitos deveriam estar acontecendo, para todas as mulheres, conforme chegam para os homens. D. Bastinha observa que “esses direitos são mais conhecidos em suas comunidades pela sua ausência, que começa pela falta de empregos com a carteira assinada, a falta de comida, de saúde, de quase tudo, quando vai ver”. Uma lacuna que repercute como a negação aos direitos humanos para mulheres às mulheres, desde o momento em que são violentadas de algum modo pelos seus companheiros, pelas chefias de trabalho, quando as assediam, quando respondem aos códigos sociais machistas, pagando menores salários numa constante desvalorização dessa força produtiva e reprodutiva do trabalho, somando para que essas mulheres tenham dificuldades em ocupar os espaços de poder e representatividade. Portanto, são dificuldades que as mulheres enfrentam constantemente, desde o seio doméstico e fora dele.

Nesse sentido, Carmen Silva (2016, p. 299), em seu livro *Feminismo popular e lutas antissistêmicas*, a partir de um estudo junto a mulheres de classes populares militantes da *Articulação de Mulheres Brasileiras*, observa que “as desigualdades que formam esse grupo social são estruturadas a partir das relações sociais de sexo, de raça e de classe. Mas, apesar disso, nós mulheres resistimos individualmente, e em coletivos, em movimentos sociais”. A estudiosa continua refletindo: “Isto significa que temos algo em comum que é capaz de contingenciamento, potencializar a nossa ação coletiva contra os adversários com o intuito de promover fissuras no sistema de poder”. (SILVA; 2016, p. 299).

Conversando com D. Maria (Conjunto Nossa Senhora Aparecida), sobre as lutas refletidas no cotidiano da vida, ela nos apresenta lembranças de sua luta na comunidade, muito relevantes do ponto de vista da história e do trabalho em educação popular, por direito à moradia, realizada com apoio da Associação Serviço de Educação. Segundo ela, a organização foi presença constante em sua comunidade no decorrer dos anos, juntando-se a outras lutas por direitos, chegando aos dias atuais com as ações de apoio aos grupos de mulheres do Conjunto Nossa Senhora Aparecida. D. Maria, costuma afirmar que “a união é que faz a força”, se coloca como uma espécie de guardiã e parceira e em movimentos sociais, por mais de quatro décadas

de trabalho e resistência, sempre prezando pelo coletivo, pelo trabalho comunitário, em busca de melhores condições de vida para ela e para a comunidade.

Entrei no grupo depois de participar da Comunidade. Foi no tempo que a gente começou a se reunir pra organizar o canteiro, aonde veio essa criação como se diz de trabalhar em comunidade. E a gente foi, e eu fui trazendo mais pessoas para fazer parte do grupo, e fui gostando das palestras. E todos nós fomos gostando, trabalhando e se reunindo e aprendendo mais, e tô aqui, né? Graças a Deus. Já passei muita coisa na vida. Participei do projeto das casas, mas, graças a Deus, vencemos. O SEDUP e Dom Marcelo foi muito importante. Desde a outra equipe já aprendemos muita coisa boa. Porque se não fosse assim, não tínhamos conseguido, pois os peixes são grandes, tinha força, viu! Mas foi a união da gente, se não fosse, tínhamos ficado no meio da rua. Pois, do jeito que eles queriam, era como que fosse assim. Se abandonasse as casinhas da gente e ficar na rua sem nada. E então, por isso que eu digo que haja união, que é ela que faz a força e a gente participar das coisas boas. E quando tem um grupo assim como esse, o desejo é aprender mais e mais, é como se esse grupo ajudasse a lutar e chegar lá (...), a gente vai viver aprendendo, né?

[...] sabendo mais. E aí conhecemos muitas coisas (...) desde que chegemos, tem um assunto, tem outro assunto. E gostei mais porque a gente lutou muito pela nossa moradia da nossa vida. Porque o pessoal tocava fogo na casa para ver se a gente abandonava. Daí, foi uma luta.

Estamos esperando agora também por um trabalho comunitário como as mulheres da Coletiva Mulheres Guerreiras, para termos um trabalho, que trabalha produzindo sabão. De fazer um movimento assim, crescer o grupo melhor. (Dona Maria, Conjunto Nossa S. Aparecida, 2020).

A experiência relatada por D. Maria encontra-se na obra *Educação Popular na Paraíba: memória e história do SEDUP* (MOREIRA, 2021, p. 162), quando o autor fala sobre o trabalho da Instituição, no que se refere à ampliação das ações em atenção às problemáticas urbanas.

Um olhar mais atento às carências e problemáticas urbanas, em consonância com as demandas apresentadas pelos movimentos populares urbanos, em consonância no contexto político pós promulgação da constituição em 1988, levou o SEDUP a definir o campo da cidadania e políticas públicas como temática central de sua ação educativa. Com esse novo foco, as ações políticas e pedagógicas passaram a focar na capacitação e fortalecimento dos sujeitos para atuação nos espaços institucionais, no âmbito dos governos locais e nos espaços não institucionais, no campo da sociedade civil (MOREIRA, 2021, p. 162).

Estudiosos/as da Educação em Direitos Humanos, como Monte Silva, Tavares da Silva e Zenaide (2018, p.282), observam que as “estratégias metodológicas fundamentais na educação popular nortearam o que chamamos de educação popular em direitos humanos”, quando analisam as diferentes formas de associação e grupos de resistência, desde associação de moradores, de mulheres, rádios comunitárias e outros dos mais diferentes e variados campos que surgiram pós-redemocratização do País.

Voltando às experiências mais recentes, especificamente dos últimos cinco anos, uma das questões que muito chama a atenção são as transformações no pensar e no agir das mesmas, assim como refletem Nunes e Veillette (2021), em seu artigo “Mulheres de favelas e o (outro) feminismo”, observando que pertencem aos grupos feministas e/ou de mulheres populares, se expressam em sua resistência estabelecendo uma presença e potência protagonista em contexto “permeado de conflitos, insegurança e incertezas. Suas narrativas são carregadas de historicidade, permeadas por dificuldades, limites e exclusões, mas também marcadas por deslocamentos, lutas e conquistas” (NUNES; VEILLETTE, 2021, p. 6). De acordo com as pensadoras, são mulheres, em sua maioria negras e pobres, que integram esses processos coletivos de organização popular e mobilização política.

D. Bastinha carrega em si esses identificadores sociais, vividos pela maioria das mulheres que estão nas periferias das médias cidades do nordeste brasileiro.

Principalmente meu nome. Porque hoje eu escrevo, não vou mentir. Escrevo tudo, faço o negócio, só não sei ler direito. Era o que eu mais queria na minha vida, era aprender ler. Principalmente meu nome, que não sabia assinar, tinha que pôr o dedo, ai que vergonha. Porque eu tinha muita vergonha de chegar aos cantos, o povo mandar assinar e ir logo direto pro dedo. Só uma ridícula. Isso é feio. Eu mesmo, eu da minha parte, eu acho isso ridículo. Mas fazer o quê, né? Ainda bem que Jesus me deu essa inteligência, de eu fazer o nome, (...) ter essa coragem de começar a estudar, né? Aí, comecei a querer escrever, poxa. Tenho que mudar e mudou bastante. Que a gente melhore mais, se tiver gente pra dar mais apoio da gente, a gente agradece, né? (Bastinha, Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022).

É importante pra gente ter o conhecimento, né? (...) E agora a gente está tendo esse conhecimento, é muito importante. E eles vieram pra explicar pra gente a não estar preso, sem entendimento... (Bastinha, Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022).

Um sonho, aprender a escrever e ler, se reprime por uma ausência/negação de direito por parte do Estado. Nesse sentido, vale continuar o diálogo sobre o que nos apontam Nunes e Veillette (2021, p. 6), em relação aos lugares que reflete as exclusões sociais.

São majoritariamente negras – e quando não negras igualmente pobres –, o que nos leva a reconhecer a sua condição de subalternidade social a partir de uma perspectiva feminista e decolonial que reconhece a continuação das relações de poder herdadas da imposição da modernidade colonial no Brasil. Ou seja, baseadas no sistema capitalista, colonial-racista e de gênero. Essas expressões são sinérgicas às ativistas sociais das favelas e, para além dessas dimensões, se associam à pobreza e à segregação socioespacial, complexificando o quadro de desigualdades e opressões a que essas mulheres estão sujeitas. (NUNES; VEILLETTE, 2021, p. 6).

Nesse sentido, para as mulheres entrevistadas, os direitos humanos, referente ao acesso, como a própria entrevistada relatou, é mais conhecido pelas ausências de direito no cotidiano de suas vidas. Uma realidade que perpassa o histórico de vida das mulheres entrevistadas, mostrando o quanto ainda está distante do apregoado pelo Estado brasileiro, quando se tornou signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e das Conversões das Organizações das Nações Unidas (ONU). Sendo parte desse acordo, o Brasil se comprometeu com a efetivação de todas as políticas públicas, considerando do ponto de vista da construção de uma sociedade baseada na promoção da igualdade de oportunidades e da equidade de gênero, com respeito à diversidade e na consolidação de uma cultura democrática e cidadã para todas as pessoas (BRASIL, 2007, p. 11). Em contraste, as mulheres somam, por exemplo, em grande parte a parcela da população mais atingida pela precarização e desvalorização de sua força de trabalho e pela redução do Estado no que se refere à oferta de saúde, educação, assistência, dentre outras políticas sociais, lacunas impostas às mulheres combinadas com a sobrecarga de trabalho e responsabilidades, especialmente nas classes pauperizadas.

Sobre os processos de trabalho vivenciados coletivamente, como alternativa esse contexto adverso de negação de direitos, Bastinha fala das dificuldades encontradas desde o início do empreendimento solidário, pois não tinham um lugar para trabalhar:

Melhorou bastante, né? Porque antigamente tudo era na minha casa... a gente conseguiu agora um canto melhor pra gente trabalhar. E sempre tem o apoio de vocês, porque, quando a gente está com poucas condições, a gente conversa com vocês, chega junto, ajuda. É porque antigamente tudo era mais difícil, né? Hoje sempre está sendo mais fácil, né? Através da ajuda de vocês [SEDUP]. (Bastinha, Mulheres Guerreiras do Mutirão, 2022).

Importante refletir nesse contexto, sobre o “conflito capital-vida”, um termo que vem sendo muito utilizado por estudiosas feministas e que reflete sobre a economia feminista para fazer a denúncia de como o sistema patriarcal econômico capitalista se impõe sobre a vida e os corpos das mulheres. Quando se compreende esse conceito, ampliam-se novas habilidades que ajudam na organização das lutas e alianças entre os diferentes sujeitos políticos de resistência.

Lendo o sistema a partir dessa ótica de desigualdade complexa e multidimensional, vemos uma injustiça na distribuição dos recursos com os quais se sustenta a vida, bem como uma injustiça no reconhecimento de quais são as vidas que merecem ser sustentadas. Podemos pensar que o capitalismo dá materialidade a essa hierarquização das vidas, enquanto outras relações sociais de privilégio/opressão (racistas e heteropatriarcais) dão “valores” desiguais às vidas diversas. Voltaríamos então à tese das marxistas feministas de algumas décadas atrás, segundo as quais o capitalismo é um “sistema de postos vagos”: materializa a desigualdade na repartição de recursos, tempos e trabalhos, mas não define quem ocupa os diversos postos. (SOF, 2021, p. 25).

Uma abordagem que retoma as contribuições discussões anteriores nesta dissertação, quando da citação a respeito da reflexão apresentada pela pesquisadora e feminista Carmen Silva (2016), ao falar sobre o feminismo popular e as lutas antissistêmicas, que reflete sobre o quanto essa realidade de exploração capitalista perpassa o histórico de vida das mulheres entrevistadas.

4.3 AS AÇÕES EDUCATIVAS POPULARES EM INTERFACE COM A EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Nessa alínea a proposta é dialogar sobre os processos formativos desenvolvidos pela Associação no trabalho realizado com as mulheres para a promoção de incidência política. Nesses anos de estudo, a Associação Serviço de Educação Popular realizou ações de incidência política e de formação que buscaram refletir temas da realidade dessas mulheres em seu cotidiano, conforme elas mesmas apontaram nas entrevistas e nos grupos focais. E umas das formas de analisar isso são os resultados apontados pelos relatórios anuais a respeito do trabalho da Associação SEDUP. Nesse sentido, as ações realizadas pela instituição se alinham com a educação popular e a defesa dos Direitos Humanos, haja vista as temáticas refletidas nos processos e metodologia utilizada, assim como reflete (CALAÇA; MARINHO; 2016) ao refletir sobre o modelo de educação popular, implantando no Brasil, na década de 60, ajuda na compreensão sobre.

[...] as dimensões da Educação Popular em Direitos Humanos no cenário paraibano do século XX pressupõe nutrir-se de instrumentos capazes de analisar criticamente as dimensões das relações políticas sociais, culturais, econômicas, e também a herança dessas articulações para a contemporaneidade. (CALAÇA; MARINHO, 2016, p. 250).

Estão refletindo sobre a “práxis” em Paulo Freire, numa perspectiva da construção da educação popular, uma das principais referências da prática educativa da Associação SEDUP. A Instituição há mais de quarenta anos desenvolve um trabalho em educação popular que se evidencia pelos processos democráticos e na perspectiva direitos humanos numa leitura crítica da realidade.

Desta forma, a organização se orienta metodologicamente para a realização de suas atividades na Educação Popular, centradas no diálogo e na construção coletiva de suas ações, com a participação efetiva dos sujeitos sociais envolvidos nas atividades, neste caso específico

das mulheres. Uma metodologia inspirada no pensamento do educador Paulo Freire, que ao longo de sua trajetória de ação educativa tem orientado nossa atuação, apresentando como um dos destaques, os elementos que seguem

A conscientização é, nesse sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se “des-vela” a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-lo. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em “estar frente à realidade” assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora das práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou transformar o mundo (Freire, 1980, p. 26).

Para a Associação SEDUP, o envolvimento do público atendido pelos projetos em exercício se define desde a elaboração, execução e avaliação das ações, por meio dos diagnósticos, encontros e visitas no período de feitura dos projetos sociais, de forma a garantir que os/as beneficiários/as também sejam sujeitos ativos nesse processo. Na realização das ações, o ponto de partida é a problematização, levando em conta a realidade do território, ao mesmo tempo em que faz uma reflexão sobre os fatores que levaram à situação vivenciada pelos grupos, que, nos casos em estudo, são sempre marcados por carências e desigualdades de diversas ordens.

Para a Instituição, fazer uma leitura crítica da realidade é sempre importante na construção de processos educativos individuais e coletivos. Na integração, busca-se juntar e articular grupos locais com redes através de variadas formas: grupos, coletivas, fóruns que se movimentam através de encontros, colaboração e intercâmbio de ideias, bens e serviços, no sentido de fortalecer a ação coletiva. O trabalho privilegia a formação e o fortalecimento dos grupos locais a partir de seus territórios, seja no campo ou na cidade, tendo como foco principal as pessoas como sujeitos e com consciência crítica para agir por justiça social para todas as pessoas, a partir de suas comunidades.

Nesse sentido gostaria de partilhar as informações, conforme o quadro 1, sobre as ações do Setor Mulheres da Associação SEDUP, retirado do Relatório²³ avaliativo de 2022 e planejamento 2023. O documento exhibe brevemente o resultado do trabalho realizado com mulheres, apresentando os principais indicadores do processo. No quadro a seguir, evidenciarei os grupos foco dessa pesquisa.

²³ Relatório de Encontro de Avaliação de 2022 e Planejamento de 2023. Realizado entre os dias 08, 09 e 10 de fevereiro de 2023 em Guarabira- Paraíba.

Quadro - Eixo MULHER/SEDUP

INDICADOR	AÇÕES REALIZADAS – 2022		RESULTADOS
	1º ano (2022)		
<p>O número de mulheres participando de atividades formativas, com informações para empoderamento no enfrentamento a todas as formas de violência, elevação da autoestima, participação social e enfrentamento a pobreza, mais que triplicou.</p>	<p>Partida (JAN/22)</p> <ul style="list-style-type: none"> - 60 Mulheres com formação e informadas sobre relações de gênero, feminismo, economia solidária, ciclo da violência doméstica, Lei Maria da Penha, empoderamento e participação, assim como, meios de acesso aos mecanismos de políticas p. públicas para mulheres. - 240 Mulheres com formação e informadas sobre relações de gênero, feminismo, economia solidária, ciclo da violência doméstica, Lei Maria da Penha, empoderamento e participação, assim como, meios de acesso aos mecanismos de políticas públicas para mulheres. <p>Atual (Dez/22)</p> <ul style="list-style-type: none"> - 498 mulheres, no campo e na cidade, em processo de capacitação sobre Participação nas Políticas públicas; Gênero; Violência Doméstica; Economia Feminista e Solidária e orçamento público. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ ● Assessoria técnica, política e pedagógica aos Grupos de Mulheres dos Conjuntos Mutirão e Nossa Senhora Aparecida, do Bairro do Nordeste, na cidade de Guarabira; e nos assentamentos de reforma agrária, dos municípios de Pilões, Serraria e Areia, contribuindo com planejamento das ações empreendidas, com a participação das Comissões representativas dos referidos grupos; ● 255 mulheres organizadas em 17 grupos (14, nos assentamentos de reforma agrária, 03, em áreas de vulnerabilidade e risco social na cidade de Guarabira); ● 234 Mulheres participaram de rodas de conversas, oficinas e seminário, com informações sobre: participação política; conjuntura política; violência doméstica e a Lei Maria da Penha; gênero e feminicídio; participação da mulher nos espaços de fala; agroecologia, divisão sexual do trabalho, economia feminista e solidária; 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumento no número de grupos mulheres no campo e na cidade, passando de 06 para 17 grupos (sendo 14 nas áreas de assentamentos de reforma agrária de Pilões, Serraria e Areia, e 03 em comunidades em situação de vulnerabilidade e risco social, na cidade de Guarabira; ▪ Criação de 17 Comissões representativas de grupos de mulheres, enquanto agentes de articulação e organização para a incidência política, nos seus territórios; ▪ Aumento no número de mulheres engajadas nas ações do Fórum das Assentados da Reforma Agrária e no Fórum Regional de Economia Solidária; e Aumento no número de mulheres na composição de organizações existentes direções de Sindicatos, associações da Reforma agrária); participação de mulheres na composição da coord. do Fórum das Assentados da R. Agrária da região do Brejo, representando 70% da atual

INDICADOR	AÇÕES REALIZADAS – 2022		RESULTADOS
<p>O número de Mulheres comprometidas em contribuir com propostas de políticas públicas específicas, e de incidência política nos espaços de reivindicações em saúde, agricultura, educação e assistência social, através de Comissões Representativas, triplicou.</p>	1º ano (2022)		
	<p>Partida (JAN/22)</p> <ul style="list-style-type: none"> - Audiências públicas junto aos poderes, responsáveis de direito para que reflitam sobre a questão em pauta, visando resoluções; - Incidência políticas junto aos organismos de políticas públicas para as mulheres, dentre outras ações conjuntas junto aos movimentos sociais e promoção de campanhas nas mídias sociais, visando o fim da violência e do feminicídio. <p>Atual (Dez/22)</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mulheres encorajadas e informadas sobre seus direitos, e reivindicando melhorias na assistência à saúde, assistência social e infraestrutura para as áreas de assentamentos, com aumento importante; 	<ul style="list-style-type: none"> ● Sessão Especial, alusiva ao Dia 08 de março, junto aos Poderes Legislativos Municipais dos municípios de Guarabira, Areia e Pilões, com apresentação de reivindicações dos grupos de mulheres; ● Ato Público em protesto à atitude do presidente da Câmara Municipal de Guarabira, que impediu a realização da Sessão alusiva ao Dia Internacional da Mulher; ● Audiências Públicas, junto ao Poder Executivo, com reivindicações de melhorias no atendimento básico para áreas de assentamentos de Pilões (recursos hídricos, melhorias nas estradas, construção de posto de saúde, assistência social); ● Acompanhamento sistemático e incidência políticas nas Audiência do ciclo Orçamento Público Municipal – LDO e LOA (2023); e Atividade formativa sobre Orçamento Público e as peças orçamentárias. 	
INDICADOR	AÇÕES REALIZADAS – 2022		

	1º ano (2022)		RESULTADOS
<p>Número de mulheres articuladas e organizadas em grupos de economia solidária e feminista e Fundos Rotativos, no campo e na cidade, com aumento importante.</p>	<p>Partida (JAN/22)</p> <p>08 mulheres atualmente estão organizadas em grupo, produzem e participam das feiras feministas e solidárias.</p> <p>TRIEINAL</p> <p>- 20 mulheres articuladas a outras organizações de mulheres, com foco na economia solidária e feminista, comercializando seus produtos em feiras solidárias;</p> <p>Atual (Dez/22)</p> <p>- 30 mulheres, articuladas em atividades do Fórum Regional de Economia Solidária e Feminista, participando de planejamentos, encontros, intercâmbios de experiências e feiras regionais de comercialização de produtos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Assessoria técnica, política e pedagógica aos Grupos de economia feminista e solidária de Sabão ecológico, quintais produtivos e Fundos Rotativos Solidários com criação de pequenos animais e cisternas de placas; ● Acompanhamento sistemático e participação nas reuniões do Fórum Regional de Economia Solidária; ● Incentivo a participação de representação dos grupos de mulheres em intercâmbios de experiências e nas feiras de economia solidária; 	<ul style="list-style-type: none"> - 60 mulheres organizadas em grupos de economia feminista e solidária de Sabão ecológico, artesanatos, culinária regional, remédios caseiros, quintais produtivos e Fundos rotativos de criação de pequenos animais e cisternas de placas; - 60 mulheres, distribuídas em 06 grupos produtivos de Economia Solidária e Feminista, no campo e na cidade, trabalhando com sabão ecológico, quintais produtivos, criação de pequenos animais, artesanato, culinária regional e sacolas reutilizáveis; - 30 mulheres, foram beneficiadas com o kit fomento à geração de renda (mesa para corte do sabão ecológico, compra de caprinos, telas de cerca); e-20 mulheres, participando diretamente nos eventos, reuniões e feiras promovidas p/ Fórum R. de Economia Solidária.

INDICADOR	AÇÕES REALIZADAS – 2022		RESULTADOS
	1º ano (2022)		
Aumento no número de mulheres encorajadas em sair da situação de violência, empoderadas em denunciar seus companheiros, requerendo a proteção do Estado, em constante elevação.	<p>Partida (JAN/22) 00 - Na região do brejo paraibano não há um centro de atendimento às mulheres vítimas da violência doméstica.</p> <p>TRIENAL Avanços efetivos com a instalação de equipamentos de atendimentos às mulheres em situação de violência, através de incidência política.</p> <p>Atual (Dez/22) - Criação da Casa de Atendimento à mulher em situação de violência, no município de Guarabira, equipamento criado a partir de atos de incidência política; - Criação da Patrulha Maria da Penha, equipamento em fase de estruturação, instalado na cidade de Guarabira, coordenado pelo Governo da Paraíba, com equipe multiprofissional (segurança policial, serviço social, psicólogo e assessoria jurídica), às mulheres da região do brejo paraibano, em situação de violência doméstica. Criado a partir de reivindicações e atos de incidência política junto aos órgãos competentes do Estado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● Estratégias de incidência política, junto às gestões municipais, para criação de equipamentos necessários à defesa e acolhimento para mulheres vítimas de violência; ● Diálogo com o Movimento Estadual de Mulheres em luta, composto por 145 mulheres representantes das diversas organizações; ● Rodas de diálogo sobre gênero, feminicídio e a Lei Maria da Penha; ● Transferência de informações estratégicas de proteção x sentimento de solidariedade e cuidado mútuo com outras mulheres em situação violência permanente. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Maior participação e comprometimento das mulheres nas ações de incidência política (ato público, protestos, audiência pública na Câmara Municipal e Prefeitura Municipal, nos municípios trabalhados); ▪ 498 mulheres, no campo e na cidade, informadas sobre todas as formas de violência e onde devem formular denunciar e buscar acolhimento; ▪ Mulheres empoderadas e engajadas no enfrentamento a todas as formas de violência. ▪ Incidência política qualificada em audiências públicas junto aos poderes legislativo e executivo municipal, no tocante ao acesso aos programas, projetos e atividades destinadas ao enfrentamento a violência doméstica, risco e vulnerabilidade social da mulher; ▪ Espaços de articulação e intercâmbio das mulheres do campo e da cidade, considerando a diversidade cultural, vivências e perspectivas.

Fonte: Relatório do Encontro de avaliação 2022 e planejamento 2023. SEDUP, 2023.

O Quadro anterior é um resumo que expõe o trabalho desenvolvido com as mulheres nos últimos anos, os formatos operacionais, ampliação dos grupos atendidos, dificuldades encontradas, perspectivas e principais indicadores de resultados, apontando orientações a Instituição sobre os passos seguintes.

Dentre os grupos atendidos pelo projeto de formação e capacitação da Associação SEDUP, por meio do Eixo MULHER/SEDUP, conforme apresentado no quadro, foram priorizadas, como foco desse estudo: 20 mulheres da cidade de Guarabira, PB, são elas integrantes da Coletiva de Mulheres Guerreiras do Mutirão, do Grupo de Mulheres do Nordeste e do Grupo de Mulheres do Conjunto Nossa Senhora Aparecida. São coletivos que surgem nesse formato atual em 2017, mesmo que algumas mulheres já sejam lideranças há muitos anos, e fizeram parte de outras lutas junto ao SEDUP, assim como já esboçados neste trabalho na subseção 4.2, quando discorro a respeito das mulheres a partir de seus depoimentos nas entrevistas e grupos focais.

4.4 FORTALECENDO A PARTICIPAÇÃO SOCIAL E A AUTONOMIA DAS MULHERES

A pensadora feminista Betânia Ávila (2005) fala da importância de consolidar nos próprios movimentos sociais espaços que primem pela equidade de gênero e étnico-racial, que sejam capazes de dialogar, confrontar ideias, projetos, propostas de alianças entre os movimentos. Ávila (2005) define o sujeito político, como ator político, cidadão/cidadã, numa esfera de equivalência democrática, em condições de colaborar para afastar o risco da reprodução das desigualdades e dos privilégios, inviabilizando os modelos prontos, construídos de cima para baixo, na medida em que possa concentrar esforços para a articulação de processos políticos que desencadeiem transformações sociais. Para a autora, é fundamental que se fortaleça a ação política coletiva a partir dos movimentos, pois essa dinâmica potencializa e amplia o espaço público contra o modelo capitalista neoliberal. Nesse sentido, o maior desafio seria nos transformarmos como movimento, ao mesmo tempo em que transformamos o mundo.

Figura 8 - Atividade realizada com as mulheres



Fonte: Encontro de mulheres no Bairro do Mutirão. SEDUP 2018.

Refletindo essa realidade, exponho o que ÁVILA (2005) fala a respeito da ação na esfera pública, percebe-se que a mesma tem de ser capaz de questionar e ao mesmo tempo rearticular o interesse da sociedade, afirmar as propostas provenientes dos movimentos sociais e disputá-las na arena política, onde diferentes sujeitos da transformação social atuam, questionando a atuação dos movimentos de mulheres e feministas, que deve se provocar como movimento, também no processo de diálogo entre as organizações de mulheres negras e indígenas, lésbicas, sindicalistas, trabalhadoras rurais, acadêmicas e trabalhadoras domésticas. O que nos leva à necessidade de mais estudos relativos aos direitos humanos das mulheres numa perspectiva das ações educativas populares, pela importância do movimento feminista e de mulheres que se constroem em movimento ao mesmo tempo em que propõem mudanças da própria realidade e da sociedade onde se vivem.

No que se refere aos dezessete grupos atendidos pela Associação SEDUP, vejo seu movimentar e os sonhos grandiosos tanto quanto desafiadores. Do ponto de vista da Associação Serviço de Educação Popular, observo algumas limitações em responder às necessidades, anseios, às infinitas demandas. Primeiro, por causa de sua própria natureza de ONG, associação, que tem em sua missão trabalhar com formação política crítica, numa perspectiva da educação popular, para que as pessoas e grupos sejam os próprios protagonistas. E que, pela quantidade das demandas, não consegue responder a todos, desde a quantidade ínfima de educadoras com perfil e formação para atender ao demandado, assim como em relação às doações dos recursos

cada vez mais insuficientes para o trabalho com mulheres, que se ampliou nos últimos cinco anos.

Por outro lado, várias das solicitações das mulheres são demandas relativas a políticas públicas, de responsabilidade do Estado, como as denúncias acerca de violências domésticas, que em grande parte não tiveram eco. As mulheres em situação de violência que responderam a esta pesquisa, que dispuseram a respeito de modo geral, não tiveram respostas adequadas dos serviços da rede: delegacias, CRAS, CREAS, centros de referência... Isso nos aponta a gravidade do quanto ainda é ausente a implementação da Lei Maria da Penha, quando as mulheres precisam de apoio e proteção. Nesse sentido da falta de proteção do Estado, vale ressaltar o grau de empobrecimento das mulheres, que não contam com programas/projetos de incentivo à geração de renda que lhes dê condições dignas de trabalho melhora de suas condições de vida. Em nossa pesquisa, há apenas alguns relatos de atividades pontuais e de caráter assistencialista disponibilizadas pelo poder público local.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Sem as mulheres os direitos não são humanos”, aclamavam as mulheres na Conferência Mundial de Direitos Humanos em Viena, Áustria, em 1973. Esta frase me acompanhou em todo o percurso da pesquisa e expõe as fragilidades às quais estamos expostas, considerando a realidade de nossa sociedade estruturada com base nos sistemas patriarcal, racista e capitalista.

Esta pesquisa desenvolveu um estudo tendo como foco os direitos humanos das mulheres e suas lutas. As participantes – mulheres dos bairros do Mutirão, Conjunto Nossa Senhora Aparecida e bairro do Nordeste, comunidades periféricas de Guarabira, PB – estão articuladas em processos de auto-organização de coletivas de mulheres nas suas respectivas comunidades e concordaram em participar do estudo, que abarcou o período de 2018 a 2022. São mulheres que estão expostas a diversas vulnerabilidades que se impõem de modo imperativo em seu cotidiano, lidando com as ausências do Estado em garantir o acesso a direitos e a políticas públicas que respondam às suas demandas. Isso se dá principalmente em se tratando da efetividade e eficiência da Lei Maria da Penha e de seus mecanismos, que muitas vezes falham em sua resposta às necessidades das mulheres. Outra lacuna são as políticas de geração de emprego e renda que deveriam garantir igualdade salarial às mulheres, as colocando nas mesmas condições dado aos homens.

Para dialogar com esta realidade, o estudo abordou temáticas referentes aos direitos humanos, por meio da prática educativa promovida pela Associação SEDUP (Serviço de Educação Popular). Investiguei como os referidos temas perpassam suas vidas e de que forma as influenciam na construção de um pensamento crítico sobre a realidade que as cerca, nas ações de incidência política, nos processos organizativos das coletivas e na luta por direitos e por políticas públicas sociais para as mulheres.

O principal objetivo a que me propus responder foi compreender como a ação educativa popular da Associação SEDUP junto às mulheres, na sua interface com a Educação em Direitos Humanos, influencia na autonomia e ampliação de uma cultura de direitos humanos para mulheres. Nesse intuito, foram mapeadas as ações educativas desenvolvidas pela Associação junto a mulheres das comunidades populares de Guarabira, buscando analisar em que medida as ações formativas/informativas desenvolvidas junto aos grupos de mulheres têm fortalecido a sua participação social. Outro objetivo foi identificar as temáticas dos direitos humanos das mulheres através das ações educativas da Instituição, levando em consideração as suas contribuições na ampliação de uma cultura de direitos para as mulheres, público estudado.

Pude observar como as mulheres se compreendem, tanto para dentro dos próprios grupos em suas práticas nos processos de aprendizagens educativa e popular, como seguindo seu próprio movimento, na defesa de suas bandeiras de luta, na participação de encontros formativos e de incidência política. Observei algumas mudanças que foram ocorrendo processualmente do ponto de vista formativo e de participação, principalmente no que refere à representatividade, à participação nas incidências políticas, e na formação de juízos por parte das mulheres, referentes à sua própria realidade. Elas questionam a falta de acesso aos seus direitos, desde a complexidade em buscar a autonomia financeira, através de políticas de geração de emprego e renda com igualdade salarial às mulheres, conforme é garantido aos homens, o que é dificultado às mulheres pelas determinações sociais, como o cuidado da casa, das/os filhas/os, idosas/os. Para garantir o sustendo de suas famílias, submetem-se a ofertas de trabalhos informais, às vezes, degradantes, questões que apontam para a desigual divisão sexual do trabalho, que impõe às mulheres condições inferiores de empregos, mesmo quando conseguem chegar ao topo no que refere à capacitação profissional, ainda recebem menores salários, ocupando os mesmos cargos.

Outro exemplo muito refletido por elas foram as leis Maria da Penha e do Femicídio, avançadas e plausíveis pelo que se propõem, mais morosas em sua aplicação prática, visto os feminicídio e as violências pelas quais as mulheres estão expostas a todo instante. As participantes expõem suas críticas ao Estado, por sua inanição em dar respostas adequadas a diversidade das mulheres, a respeito ao alto índice de mulheres que são assassinadas pelo fato de serem mulheres e as que sofrem todo tipo de violência doméstica a cada instante, por todo o país. O estudo apresenta como contribuição respostas às indagações levantadas no decorrer da pesquisa, no sentido de apontar como resultado da investigação a relevância das ações educativas para o processo de organização e participação sociopolítica das mulheres, tendo se destacado no conjunto de ações realizadas junto aos grupos de mulheres a dimensão da organização, da representatividade e da sua autonomia.

Os achados da pesquisa me possibilitaram observar que a ação educativa junto aos grupos de mulheres numa perspectiva da educação em direitos humanos tem promovido significativas mudanças em suas vidas, acerca de sua visão de mundo. O trabalho de educação popular desenvolvido pelo SEDUP tem criado oportunidades para a participação protagonista das mulheres, visto que as atividades formativas, os intercâmbios de informações e formação entre elas, as incidências políticas a partir desse exercício de formação, a ação e as lutas por direitos na coletividade possibilitaram para elas, uma postura de empoderamento, ao se colocarem criticamente perante a sociedade, intervirem publicamente para a melhoria das

condições de vida de suas famílias e comunidades, mesmo convivendo com situações de violência. Nesse contexto, a construção de redes de apoio e solidariedade entre as mulheres apresenta-se como um indicativo no processo de organização, assim como na geração de alternativas econômicas feministas e solidárias para o enfrentamento à exploração do trabalho das mulheres e garantia de direitos humanos, a partir de seu cotidiano, de suas comunidades e territórios.

Acredito que este estudo apresenta uma relevância acadêmica empírica de significância singular, haja vista que oferece novos conhecimentos referentes à educação popular por meio do seu exercício genuíno. E ainda se faz necessário na medida em que debate teorias feministas relativas aos direitos humanos para as mulheres articuladas com as experiências das mulheres periféricas em sua luta por direitos e por políticas públicas.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Sonia. A globalização dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. *In*: ALVAREZ, Sonia; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2000. p. 383-426.

ALVAREZ, Sonia E. Construindo uma política feminista translocal da tradução. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n. 3, p. 743-753, 2009.

ALVAREZ, Sonia E. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. Dossiê O Gênero da política: feminismos, Estado e eleições. **Cadernos Pagu**, n. 43, jul.-dez. 2014.

ARANTES, Rivane Fabiana de Melo. **Meditações sobre feminismos, relações raciais e lutas antirracistas**. Recife: Edições SOS Corpo, 2018.

ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Veronica; ARANTES, Rivane. **Trabalho e autonomia econômica das mulheres: uma análise crítica**. Recife: Edições SOS Corpo, 2016.

ÁVILA, Maria Betânia. **Feminismo como sujeito político**. *In*: SILVA, Carmen; FERREIRA, Verônica; ÁVILA, Maria Betânia (Orgs.). **Mulher e Trabalho**. Recife: Edições SOS CORPO, 2005.

ÁVILA, Maria Betânia. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2009.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Feminismos subalternos. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, p. 1035-1054, 2017.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011. 229p.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BOTH, Valdevir; BRUTSCHER, Volmir J. Educação popular e direitos humanos: pautas Pedagógicas para a atuação. *In*: CARBONARI, Paulo César; KUJAWA, Henrique Aniceto (Orgs.). **Direitos Humanos desde Passo Fundo: homenagem aos vinte anos da Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo**. Passo Fundo: CDHPF/IFIBE, 2004. p. 89-109.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3)**. Brasília: SEDH-PR, 2010.

BRITO, Lara; FECHINE, Dani. Paraíba teve 7 mulheres assassinadas por mês em 2022. **G1 PB**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2023/02/04/paraiba-teve-7-mulheres-assassinadas-por-mes-em-2022.ghtml>. Acesso em: 18 maio 2023.

HOOKS, Bell. **O Feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Trad.: Ana Luiza Libânio. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

CALAÇA, Suelídia Maria; MARINHO, Davi Glasiel Azevedo. Da observação à práxis: a construção da Educação popular em direitos humanos na perspectiva freireana de ensino no estado da Paraíba (1960-1996). *In*: SILVA, Severino Bezerra; MOREIRA, Orlandil de Lima (Orgs.) Educação e movimentos sociais: saberes e práticas em Educação Popular. Cidade: João Pessoa. Editora CCTA. 2016.

CAMURÇA, Sílvia; SILVA, Carmen. **Feminismo e movimentos de mulheres**. Recife: Edições SOS Corpo, 2010.

CASTRO, Susana. Origem e ideias centrais. Dossiê Digital: O que é o feminismo decolonial. *Cult*, n. 262, 2020.

CEDAW. **Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher**. CEDAW, 1979. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw1.pdf. Acesso em: 22 jul. 2023.

COLECTIVA XXK; SOF SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Juntas e misturadas: explorando territórios da economia feminista. São Paulo, 2021, 96p. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Juntas-e-misturadas.pdf>. Acesso em: 18 maio 2023.

COSTA, Ana Alice Alcântara; SARDENBERG, Cecília Maria B. (Orgs.). **O Feminismo do Brasil**: reflexões teóricas e perspectivas. Salvador: UFBA / Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher, 2008.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. **O Lugar das Mulheres nas Políticas de Assistência Social**: Um Estudo sobre o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI em Pernambuco. 2004. 284 f. Tese (Doutorado) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pernambuco. Recife, 2004.

FLORESTA, Nísia Floresta Brasileira Augusta. **Direitos das mulheres e injustiça dos homens**. 4.ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FLORESTA, Nísia Floresta Brasileira Augusta. **Opúsculo Humanitário**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Conscientização, teoria e prática da libertação**: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Moraes, 1980.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 28. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 62. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

GUSMÁN, Virginia. Mulher, desenvolvimento e educação popular. *In*: **Educação popular**: utopia latino-americana. GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos A. (Orgs.). Trad.: Jaime Bizet. 2. ed. Brasília: Ibama, 2003.

HERRERA FLORES, Joaquín. **A reinvenção dos direitos humanos**. In: HERRERA FLORES, Joaquín. Trad. Carlos Roberto Diogo Garcia; Antônio Henrique Graciano Suxberger; Jefferson Aparecido Dias. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. 10 ed. São Paulo: Ática, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos**: para quê? São Paulo: Cortez, 2002.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, p. 935-952, 2014.

MARTINEZ, Fabiana Jordão. Militantes e radicais da quarta onda: o feminismo na era digital. **Revista Estudos Feministas**, v. 29, 2021.

MATOS, Marlise. Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 67-92, 2010.

MATOS, Marlise. A quarta onda feminista e o campo crítico-emancipatório das diferenças no Brasil: entre a destradicionalização social e o neoconservadorismo político. 38º Encontro Anual da ANPOCS. **Anais**. 2014. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/papers-38-encontro/mr-1/mr20/9339-a-quarta-onda-feminista-e-o-campo-critico-emancipatorio-das-diferencas-no-brasil-entre-a-destradicionalizacao-social-e-o-neoconservadorismo-politico/file>. Acesso em: 18 maio 2023.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Apresentação. In: SILVA, Aída Maria Monteiro; TAVARES, Celma. **Políticas e fundamentos da educação em direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2010. p. 1-324.

MILL, Stuart. **A sujeição das mulheres**. São Paulo: Almedina, 2006.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MOREIRA, Orlandil de Lima. **Educação popular**: memória e história do SEDUP. Curitiba: 2021.

MUNIZ, Iranice Gonçalves. **Protagonistas de um Sonho**: desafio da assessoria jurídica no campo. João Pessoa: Imprell, 2000.

NAHMÍAS, Marcela Tchimino. Os desafios da Educação Popular frente à diversidade e à exclusão. In: **Educação Popular na América Latina**: diálogos e perspectivas. PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Orgs.). Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2006.

NUNES, Nilza Rogéria de Andrade; VEILLETTE, Anne-Marie. Mulheres de favelas e o (outro) feminismo popular. **Revista Estudos Feministas**, v. 30, 2022.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1992.

PEREZ, Olívia; RICOLDI, Arlene. 42º Encontro Anual da ANPOCS GT8-Democracia e desigualdades. 2018. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Olivia-Perez->

[2/publicacao/332639884_A_quarta_onda_do_feminismo/links/5cc1ad5a4585156cd7b01ed2/A-quarta-onda-do-feminismo.pdf](https://publicacao/332639884_A_quarta_onda_do_feminismo/links/5cc1ad5a4585156cd7b01ed2/A-quarta-onda-do-feminismo.pdf). Acesso em: 18 maio 2023.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Ed. EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

PITANGUY, Jacqueline. **Movimento de mulheres e política de gênero no Brasil.. Cepal/Eclac. Mujer y Desarrollo**, p. 30, 2003.

PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy. **Educação popular na América Latina: diálogos e perspectivas**. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006.

PRÁ, Jussara Reis; EPPING, Léa. Cidadania e feminismo no reconhecimento dos direitos humanos das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, p. 33-51, 2012.

RODRIGUES, Nádia. Educação Popular Integral: um quê de utopia. *In: Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas*. PONTUAL, Pedro; IRELAND, Timothy (Orgs.). Brasília: Ministério da Educação/UNESCO, 2006.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes: mito e realidade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANCHEZ, Beatriz Rodrigues. Interações entre os movimentos feministas e o Estado: uma abordagem a partir da obra de Nancy Fraser. Disponível em: <https://sdpscp.fflch.usp.br/sites/sdpscp.fflch.usp.br/files/inline-files/2235-2974-1-PB.pdf>. Acesso em: 18 maio 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos**. São Paulo: Cortez, 2013.

SCHUMACHER, Schuma. **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SILVA, Aída Maria Monteiro; TAVARES, Celma. **Políticas e fundamentos da Educação em Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, Maria Rozângela. **Mulheres pelo Bem Viver**. Guarabira: Associação SEDUP, 2020.

SILVA, V. L. de M. **“Movimento de Mulheres ou Mulheres em Movimento”**: o percurso das coordenadoras do movimento de Mulheres do Brejo paraibano. 1995. Dissertação (Mestrado em Sociologia Rural) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rural, Universidade Federal da Paraíba. Campina Grande, 1995.

SOBREIRA, Dayane do Nascimento. **A Cunhã Coletivo Feminista**: subjetividade, história e feminismo na Paraíba (1990-2015). 2017. 123 f. Dissertação (Mestrado) – Pós-graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9575>. Acesso em: 18 maio 2023.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos**: trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SOUZA, Estelizabeth Bezerra de *et al.* **Grupos de Mulheres da Paraíba**: retalhos de uma história. Cunhã Coletivo Feminista. João Pessoa: Textoarte Editora, 2001.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares; DIAS, Adelaide Alves; FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra (org.). **Educando em direitos humanos**: fundamentos educacionais. João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

ZIRBEL, Ilze. Ondas do feminismo. **Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas**, p. 10-31, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A: DECLARAÇÃO DO PROGRAMA

28/07/2021

https://sipac.ufpb.br/sipac/protocolo/documento/documento_visualizacao.jsf?imprimir=true&idDoc=1912161


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

DECLARAÇÃO Nº 132 / 2021 - PPGDH (11.01.15.16)

Nº do Protocolo: 23074.074336/2021-22

João Pessoa-PB, 28 de Julho de 2021

DECLARAÇÃO

DECLARAMOS, para os devidos fins, que o Projeto de Pesquisa intitulado **EDUCAÇÃO POPULAR: Uma leitura a partir dos Direitos Humanos das Mulheres** de autoria de MARIA ROZÂNGELA DA SILVA, matrícula nº 20201025478, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos, Cidadania e Políticas Públicas - PPGDH/UFPB, foi aprovado pelo Colegiado deste programa.

CURSO CREDENCIADO PELA PORTARIA CNE/MEC nº 1324 de 08/11/2012, publicado no DOU em 09/11/2012 sect, p.8.

(Assinado digitalmente em 28/07/2021 11:34)
AHYANINA DE SOUZA MONTEVERDE
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO
Matrícula: 1060284

(Assinado digitalmente em 28/07/2021 22:30)
MARLENE HELENA DE OLIVEIRA FRANCA
COORDENADOR DE CURSO
Matrícula: 2485129

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufpb.br/documentos/> informando seu número: 132, ano: 2021, documento(espécie): **DECLARAÇÃO**, data de emissão: 28/07/2021 e o código de verificação: **7f39ae4c1b**

APÊNDICE B

CARTA DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins, que aceitaremos a pesquisadora Maria Rozângela da Silva, a desenvolver o seu projeto de pesquisa **“EDUCAÇÃO POPULAR: Uma leitura a partir dos direitos humanos das mulheres”**, que está sob a coordenação/orientação do Prof. Dr. Orlandil de Lima Moreira, cujo objetivo é compreender como a ação educativa popular do SEDUP junto às mulheres, na sua interface com a educação em direitos humanos, tem influenciado na autonomia e ampliação de uma cultura de direitos humanos para mulheres, nesta Organização Não Governamental – Associação Serviço de Educação Popular.

Esta autorização é condicionada ao cumprimento da pesquisadora aos requisitos da Resolução 466/12 CNS e suas complementares, comprometendo-se o mesmo a utilizar os dados pessoais dos sujeitos da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

João Pessoa - PB, 26 de outubro de 2021.



Luciel Araújo de Oliveira
Luciel Araújo de Oliveira (lucelaraújo@outlook.com)

Luciel Araújo de Oliveira
Associação Serviço de Educação Popular

APÊNDICE C

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Prezada PARTICIPANTE DE PESQUISA,

A pesquisadora Maria Rozângela da Silva convida você a participar da pesquisa intitulada “EDUCAÇÃO POPULAR: UMA LEITURA A PARTIR DOS DIREITOS HUMANOS DAS

MULHERES”. Para tanto você precisará assinar o TCLE que visa assegurar a proteção, a autonomia e o respeito aos participantes de pesquisa em todas as suas dimensões: física, psíquica, moral, intelectual, social, cultural e/ou espiritual – e que a estruturação, o conteúdo e forma de obtenção dele observam as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos preconizadas pela Resolução 466/2012 e/ou Resolução 510/2016, do Conselho Nacional de Saúde e Ministério da Saúde. Sua decisão de participar neste estudo deve ser voluntária e que ela não resultará em nenhum custo ou ônus financeiro para você (ou para o seu empregador, quando for este o caso) e que você não sofrerá nenhum tipo de prejuízo ou punição caso decida não participar desta pesquisa. Todos os dados e informações fornecidos por você serão tratados de forma anônima/sigilosa, não permitindo a sua identificação.

A pesquisa tem por objetivo, compreender como a ação educativa popular da Associação Serviço de Educação Popular (SEDUP), junto às mulheres, na sua interface com a educação em direitos humanos, tem influenciado na autonomia e ampliação de uma cultura de direitos humanos para mulheres. Dessa forma, pretende-se, mapear as ações educativas desenvolvidas pelo SEDUP junto às mulheres das comunidades populares de Guarabira; averiguar em que medida as ações formativas/informativas desenvolvidas junto aos grupos de mulheres têm fortalecido a sua participação social, e identificar nas ações educativas as temáticas dos direitos humanos das mulheres e sua contribuição para a ampliação da cultura de direitos.

Justifica-se o presente estudo uma vez que o resultado obtido na pesquisa nos permitirá identificar estratégias relativos a Educação em Direitos Humanos (EDH) para as Mulheres. Além disso, no campo acadêmico, a pesquisa permitirá o debate e a reflexão sobre educação popular, educação em direitos humanos e debates em torno da geração e desenvolvimento de uma cultura sobre os direitos humanos para as mulheres, provocando a discussão sobre os

desafios dessas temáticas e a efetividade dessas estratégias no contexto da Paraíba.

Sua participação na presente pesquisa é de fundamental importância, mas será voluntária, não lhe cabendo qualquer obrigação de fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pela pesquisadora se não concordar com isso, bem como, participando ou não, nenhum valor lhe será cobrado, como também não lhe será devido qualquer valor. Caso decida não participar do estudo ou resolver a qualquer momento dele desistir, nenhum prejuízo lhe será atribuído, sendo importante o esclarecimento de que os riscos da sua participação são considerados mínimos, limitados à possibilidade de eventual desconforto psicológico quando da realização das entrevistas, sobretudo em função da delicadeza do assunto abordado, enquanto que, em contrapartida, os benefícios obtidos com este trabalho serão importantíssimos e traduzidos em esclarecimentos para a população estudada.

Em todas as etapas da pesquisa serão fielmente obedecidos os Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos, conforme Resoluções nº. 466/2012 e 510/16 do Conselho Nacional de Saúde, que disciplina as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. Solicita-se, ainda, a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos científicos ou divulgá-los em revistas científicas, assegurando-se que o seu nome será mantido no mais absoluto sigilo por ocasião da publicação dos resultados.

A pesquisadora estará a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Eu (...), declaro que fui devidamente esclarecida quanto aos objetivos, justificativa, riscos e benefícios da pesquisa, e dou o meu consentimento para dela participar e para a publicação dos resultados, assim como o uso de minha imagem nos slides destinados à apresentação do trabalho final. Estou ciente de que receberei uma cópia deste documento, assinada por mim e pelo pesquisador responsável, como trata-se de um documento em duas páginas, a primeira deverá ser rubricada tanto pela pesquisadora responsável quanto por mim.

João Pessoa-PB, __de _____de 2021.



Datiloscópica

MARIA ROZÂNGELA DA SILVA

Pesquisadora responsável

Participante da Pesquisa

Pesquisadora Responsável: Maria Rozângela da Silva

Endereço da Pesquisadora Responsável: Rua Eng. Luís Ribeiro Beltrão, 130, Mangabeira, João Pessoa-PB - CEP: 58.056-572 E-mail: rozangelafsilva@gmail.com

E-mail do Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba: eticaccs@ccs.ufpb.br – fone: (83) 3216-7791 – Fax: (83) 3216-7791. Endereço: Cidade Universitária – Campus I – Conj. Castelo Branco – CCS/UFPB – João Pessoa-PB - CEP 58.051-900.